

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

TANIA CORRÊA DA SILVA

**BIOPOLÍTICA: A RELAÇÃO ENTRE SABER-PODER E GOVERNO
NO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT**

GUARULHOS – SP

2012

TANIA CORRÊA DA SILVA

BIOPOLÍTICA: AS RELAÇÕES SABER-PODER E GOVERNO NO
PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

Dissertação apresentada, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia, ao Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, sob a orientação do Prof. Dr. Ivo da Silva Júnior.

Guarulhos, agosto de 2012.

**Aos meus pais, Nelson e Eunice,
que mesmo com pouca instrução,
tornaram tudo isso possível...**

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que participaram dessa empreitada e que ao meu lado comemoram as conquistas e compartilharam das minhas angústias...

aos meus familiares, pela paciência e pela compreensão

aos meus amigos pelo apoio, pelo ombro

aos professores e colegas da Unifesp, grandes parceiros nesse processo

e, especialmente ao meu orientador Prof. Ivo, sempre muito gentil, atencioso e generoso, sem o qual...

A todos e a todas, o meu muito obrigado!

(...) deve haver um momento em que a população, rompendo com todos os vínculos de obediência, terá efetivamente o direito, não em termos jurídicos, mas em termos de direitos essenciais e fundamentais, de romper todos os vínculos de obediência que ela pode ter com o Estado e, erguendo-se contra ele, dizer doravante: é minha lei, é a lei das minhas exigências, é a lei da minha própria natureza de população, é lei das minhas necessidades fundamentais que devem substituir essas regras de obediência...

(...) A ideia de uma nação titular do seu próprio saber, ou ainda a ideia de uma sociedade que seria transparente a si mesma e que deteria a sua própria verdade, mesmo que, aliás, seja um elemento dessa população ou também uma organização, um partido, mas representativo de toda a população, a formular essa verdade – de todo modo, a verdade da sociedade, a verdade do Estado, a razão de Estado, não cabe mais ao próprio Estado detê-las, é à nação inteira que cabe ser titular delas...

(Michel Foucault, Segurança, território, população, p. 479)

RESUMO

Esta pesquisa pretende demonstrar que ao abrir uma nova perspectiva para o entendimento sobre as relações de saber e de poder, Foucault também apresenta uma nova possibilidade de interpretação para as relações de governo. Ela percorre a linha traçada pelo filósofo sobre as relações saber-poder e processos de sujeição, por meio do qual se torna possível desenhar um panorama crítico sobre a constituição das sociedades modernas. Nela corroboramos que as análises de Foucault, especialmente as de cunho genealógico, visam demonstrar a formação de um processo biopolítico, descrito como a captura das características biológicas do homem pelas estratégias de saber-poder, o que se efetiva pela soma de dois momentos correlatos. Um primeiro momento em que se efetivam as relações de poder e que, por isso, tem um caráter microfísico e interpessoal. E, um segundo momento no qual essas relações microfísicas adquirem um caráter macrossocial, através da interação com uma racionalidade a qual o filósofo chamou de governamentalidade. Essa pesquisa tem ainda por objetivo mostrar que, a análise empreendida por Foucault tece uma crítica bastante contundente sobre como os dispositivos de poder se correlacionam aos processos de constituição de saber e que essa correlação é o que torna possível a ação de um governo. Por fim, investiga, na trilha do pensamento de Foucault, como os homens do Ocidente teriam se sujeitado ao governo de outros iguais e ainda como seria possível romper com esse tipo de relação.

Palavras-chave: Biopolítica, Saber-poder, Sujeição, Governamentalidade.

ABSTRACT

This research aims to demonstrate that when to open a new perspective for the understanding of the relationships of knowing and power, Foucault also presents a new possibility of the interpretation for government relations. It goes through which the line drawn by the philosopher about relations know-power and processes of subjection, through which it make it possible to draw a critical overview on the constitution of modern societies. In it, we corroborate that Foucault's analyses, especially the of genealogical nature, aim to demonstrate the formation of a biopolitical process, described as the capture of the biological characteristics of man by the strategies of know-power, this process becomes effective by the sum of two moments. A first moment, wherein it effects the power relations and that therefore has an interpersonal character and microphysics. And, a second moment, in which these microphysics relationships acquire a macrosocial character, through interaction with a rationality which the philosopher called governmentality. This research has yet for objective to show that the analysis undertaken by Foucault weaves a fairly blunt criticism about how the power devices correlate to the formation processes of the know and that this correlation is what makes possible the action of a government. Finally, it investigates, on the trail of Foucault's thought, as the men from the West submitted themselves at government of other alike and yet how would it be possible to break with this kind of relationship.

Keywords: Biopolitics, Know-power, Subjection, Governmentality.

SUMÁRIO

Introdução	09
I. Biopoder e biosaber: As relações de poder vistas a partir de uma nova perspectiva	12
1.1. A ideia de poder e sua relação com o saber	13
1.2. Genealogia – a escolha de um método	16
1.3. A operação do método genealógico	20
a. O foco de pesquisa na obra <i>Vigiar e punir</i>	
b. O foco de pesquisa na obra <i>História da sexualidade: a vontade de saber</i>	25
c. O foco de pesquisa nos cursos <i>Segurança, território, população e Nascimento da biopolítica</i>	39
1.4. Corpo e alma – os efeitos da submissão provocados pela relação saber-poder	45
II. A governamentalidade e seus desdobramentos: Razão de Estado, Liberalismo e Neoliberalismo	50
a. A razão de Estado	58
b. O liberalismo	63
c. O neoliberalismo	72
III. A governamentalidade enquanto suporte das relações saber-poder e sujeição	81
a. Distinção entre Estado e governo	84
b. Delimitação do campo de atuação do Estado dentro da governamentalidade	94
c. O governo como prolongador as relações de saber-poder e sujeição	99
Conclusão	108
Bibliografia	121

INTRODUÇÃO:

Essa dissertação tem por objetivo a análise da biopolítica no pensamento de Foucault. O filósofo, ao descrever as relações de saber-poder e seus dispositivos de ação, nos faz ver que mais que mecanismos disciplinares e de controle, o desenvolvimento desses dispositivos possibilitaram a criação de um novo tipo de saber, um conhecimento biológico capaz de investir o corpo e inseri-lo dentro de uma série de estratégias políticas, com o intento de governá-lo. Ele chamou essa nova forma de constituição e organização do saber-poder de biopolítica.

O entendimento sobre como opera esse novo conjunto estratégico passa pela compreensão de que, para Foucault, as ações sociais não se vinculam à existência de uma superestrutura reguladora, ao contrário, elas são resultado de múltiplas e micro relações de poder que se dão entre os indivíduos. Porém, essas ações não se isolam em suas particularidades, mas, elas se somam para construir o que ele chamará de governamentalidade, conjunto que abarca num mesmo processo os antagonismos causados pelas ações e reações de poder.

Ao refutar o conceito tradicionalmente utilizado para a definição de poder, Foucault abre uma nova perspectiva para analisá-lo. Descreve o poder como algo que se constrói e se concretiza nas suas próprias relações e que, portanto, não pode ser entendido como uma entidade ou uma instituição que possa ser apossada, absorvida ou controlada por uma pessoa ou um grupo social. Por extensão, na ótica foucaultiana, isso parece inviabilizar a possibilidade dessas ações acontecerem a partir de um planejamento ou de uma vontade, seja ela individual ou coletiva, visto que as relações de poder político e econômico acontecem pela soma de ações que se multiplicam em esferas muito menores, que se pulverizam na sociedade.

Foucault verifica que a partir do século XVIII uma nova modalidade de poder normalizador começa a se constituir, cujo alcance estaria para além do controle disciplinar, deixaria de se restringir aos corpos individualizados ou disseminados no tecido institucional da sociedade, se ampliando a partir de intervenções de gerência presentes na própria figura do Estado, permitindo, a partir de então, a existência de políticas públicas de controle da

população. O filósofo opera aqui a passagem do poder disciplinador para a biopolítica, dando, com isso, novo curso às suas análises.

Nessa pesquisa, analisaremos como se entrelaçam as relações saber-poder e sujeição no prisma da governamentalidade descrita por Foucault. Com isso, temos por objetivo verificar se, ao rejeitar como adequados os processos de sujeição que resultam dessas relações de governo, o filósofo nos apresentaria uma proposta que sirva de alternativa para romper com esse tipo de relação. Acreditamos que ao traçar uma genealogia dos dispositivos de poder, sejam o de disciplina, o da sexualidade ou o de segurança, Foucault tenha por fito demonstrar como o nexo saber-poder serve de meio estratégico para as relações de condução impetradas pelas ações de governo.

Nossa indagação se baseia então, por um lado, no fato de que para o filósofo as relações de poder se concretizam nas microesferas, por meio de expressões muito individualizadas de poder, que se viabilizam a partir da constituição do saber e do poder e sua relação intrínseca na construção da subjetividade humana. E, por outro, num espectro mais amplo, no fato de que o filósofo também admite que os dispositivos de poder que se constituem são engendrados a partir de uma governamentalidade, que atua a partir de políticas públicas perpetradas pelo Estado. A partir desses dois eixos que se encadeiam na obra de Foucault, perscrutamos a possibilidade de encontrar alguma proposta propositiva de organização social onde os meios de sujeição não possam se reproduzir.

Para desenvolver esta problemática, as obras de Foucault nas quais encontraremos os elementos necessários são: *Vigiar e punir*; *História da sexualidade I: a vontade de saber*; e os cursos ministrados no *Collège de France*, *Segurança, Território, População* (1977-1978); e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), pois, nestes livros, o filósofo nos apresenta os traçados históricos de formação dos dispositivos de vigilância e controle do corpo, da sexualidade e da segurança, assim como de um poder gerenciador que passa a não mais agir sobre os corpos, mas que atua sobre uma população.

Essa dissertação se divide em três capítulos. No primeiro, procuramos mostrar como Foucault descreve o entrelaçamento das relações saber-poder. Visamos também mostrar como, o filósofo, através da pesquisa genealógica, irá compor uma nova interpretação dessas relações que se formam em concomitância a constituição de dispositivos de poder que, ao mesmo tempo em que as produzem, as reorganizam. Faremos ver que em *Vigiar e Punir*, Foucault descreve o funcionamento de um dispositivo de controle disciplinar, exercido através da vigilância (real ou possível) sobre os indivíduos, nas diversas instituições sociais.

Já em *A vontade de Saber*, o filósofo expõe a constituição do dispositivo da sexualidade, que possibilita maior controle sobre o corpo através da incitação da confissão do sexo. O sexo é apartado das funções fisiológicas do corpo e passa a ter condição dizer sobre o indivíduo quem ele é. Enquanto que nos cursos *Segurança, território, população e Nascimento da biopolítica*, Foucault apresenta o funcionamento do dispositivo de segurança como meio de controle populacional que, amparado nos estudos estatísticos, opera as relações de governo através da atuação do Estado. Esses dispositivos se articulam na sociedade através das relações de saber e de poder.

No segundo capítulo, procuramos descrever a configuração de uma tecnologia de saber-poder que se desenvolve correlativamente às relações de governo. Nele, mostramos a constituição desse tipo de relação, cuja aceitação, Foucault vincula a uma herança do pastorado cristão. Seguimos para a exposição dos desdobramentos da governamentalidade através das noções de Razão de Estado, de Liberalismo e de Neoliberalismo. Procuramos demonstrar como os procedimentos de manipulação de conduta permitiram a interação entre conhecimento e controle sobre o corpo, possibilitando a inserção da vida dentro das estratégias de governo, ou seja, como o exercício de uma governamentalidade viabilizou o desenvolvimento de um conjunto operacional das relações saber-poder, cuja manipulação será exercida diretamente sobre a vida.

E, finalmente, no terceiro capítulo, procuramos mostrar mais amplamente como a governamentalidade se apoia nas relações saber-poder e sujeição para se consolidar. Partimos, primeiramente, da distinção entre governo e Estado, pois é necessário ter em vista que numa abordagem foucaultiana existe um distanciamento entre essas duas coisas, que embora se relacionem não se confundem. Em seguida, tratamos sobre como a administração pública exercida pelo Estado será cada vez mais importante nas atuações da governamentalidade, no entanto, ela servirá apenas como um de seus instrumentos e não como aquilo que lhe dará forma. Por fim, apresentamos as conclusões acerca da crítica empreendida por Foucault às relações de governo como resultado das relações saber-poder e sujeição, procurando mostrar se o filósofo proporia ou não, um caminho alternativo a essas relações de condução institucionalizadas pelas relações de governo.

Nesse trabalho apoiamo-nos, sobretudo, nos textos de Foucault, pois embora o tema biopolítica e seus desdobramentos sociais tenha servido de inspiração a uma série de análises, raras são as publicações que trabalham a nossa problemática. Contamos, contudo, trazer uma contribuição importante com a realização dessa pesquisa no pensamento de Foucault.

CAPÍTULO I

Biopoder e biosaber:

As relações de poder e de saber a partir de uma nova perspectiva

Os termos biopoder e biosaber surgem a partir do resultado de pesquisas realizadas por Foucault sobre os mecanismos de poder, que culminou na apresentação de uma nova perspectiva para compreender esse tema. O filósofo visa realizar pesquisas cujas informações pudessem ser utilizadas, tivesse sentido e eficácia política. E isso só seria possível de ser devidamente concretizado se os temas trabalhados estivessem ligados aos combates práticos. Foucault afirma esta intenção ao dizer numa entrevista¹ que o papel do intelectual seria o de, através de seu trabalho, fornecer instrumentos de análise, mapear os pontos frágeis e os pontos fortes das estruturas de poder, para que esse material pudesse ser utilizado “livremente” por agentes sociais que desejassem operar as transformações sociais. “O problema, o desafio, o prêmio”, assevera o filósofo, “era poder formular um discurso verdadeiro e estrategicamente eficaz; ou ainda, de que modo a verdade da história pode ter efeito político”².

Nessa empreitada, Foucault lança mão do método genealógico, pois esse teria por princípio produzir o que ele chamou de “insurreição dos saberes dominados”. Esta “insurreição” visaria dois movimentos: num primeiro, mostrar que os saberes históricos foram negligenciados pela *história oficial* que os mascarou para que não fossem alvos de críticas; e num segundo revalorizar os saberes que foram desqualificados como incompetentes ou insuficientemente elaborados, cuja categoria se encontrava abaixo dos pré-requisitos científicos. O filósofo aponta justamente esses saberes proferidos por doentes, médicos, enfermeiros, internos – saberes menores – como meio viabilizador da crítica sobre esses processos de constituição de verdades históricas³.

¹ FOUCAULT. Poder – corpo. In: _____. *Microfísica do poder*, p. 151.

² FOUCAULT. Sobre a Geografia. In: _____. *Microfísica do poder*, p. 154.

³ FOUCAULT. Genealogia e poder. In: _____. *Microfísica do poder*, p. 170.

Nas obras em que Foucault investiga a constituição de alguns dispositivos de poder, como o disciplinar, o da sexualidade e o de segurança, o filósofo nos faz ver que as relações de poder, apesar de apresentarem alguns aspectos repressivos, são na realidade, na maior parte do tempo, meios de produção e reprodução da relação saber-poder. Segundo ele, com o funcionamento do dispositivo disciplinar, tornou-se possível um controle anátomo-político do corpo humano, capaz de formar corpos fortes, ágeis e dóceis, ao mesmo tempo em que disponibilizou um amplo conhecimento sobre o funcionamento desse corpo, possibilitando posteriormente, com os dispositivos da sexualidade e de segurança, o seu controle político-biológico ou populacional. O conhecimento que possibilita mais poder e o poder que impulsiona novos saberes são as relações de biopoder e de biosaber tratadas por Foucault.

A conjunção do biopoder com o biosaber significou o exercício de uma espécie de poder que se apropria não apenas da produção econômica realizada pelas pessoas, mas de suas próprias vidas, transformando o corpo em principal agente da sujeição política e do direito de preservação da vida num meio eficiente para se apropriar e condicionar sua vontade, o que o filósofo chamou de biopolítica⁴.

I – A relação entre poder e saber no pensamento de Foucault

Para Foucault, o poder não é algo uno, nem tão pouco unilateral, não possui consistência em si mesmo, apenas pode se manifestar através das relações. Portanto, sempre que empregarmos esse termo estaremos tratando-o a partir de um ponto de vista relacional. O filósofo resgata o poder da dimensão das coisas (objeto) para localizá-lo na dimensão das forças, de algo que só pode existir enquanto for exercido. Assim sendo, ele descarta a possibilidade de um poder centralizador e consciente de si, descrevendo-o como algo que existe na ação e reação entre as pessoas. O que significa dizer, portanto, que o poder não tem uma finalidade em si mesmo, ele é algo que se realiza apenas na dimensão das relações interpessoais e que só se exerce sobre alguém, o que invalida a possibilidade de entendimento de poder enquanto objeto independente, portador de uma funcionalidade em si mesmo.

Foucault entende então por poder uma estratégia, uma correlação de forças, cujas relações são sempre tensas. Para ele, o poder não se apresenta estanque nas relações vencedor e vencido, mas se confunde em ambos os polos. Ele diz:

⁴ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 182-8.

[...] se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir⁵.

Como é possível observar, o poder não é algo negativo nem positivo, mas algo que apresenta tanto aspectos positivos quanto negativos numa mesma ação. Ao mesmo tempo em que reprime, explora e submete também realiza e proporciona prazeres às pessoas, produz coisas. Caso fosse apenas repressivo seria muito frágil, não convenceria e ao não ser obedecido, se extinguiria. As pessoas têm não apenas a capacidade de ação como também a de reação. Portanto, ao resistir contra manifestações de controle os indivíduos na verdade estão fazendo uso de seu próprio poder.

Foucault compreende, ainda, as relações de poder como algo que não pode ser dissociado das relações de saber. Ele refuta a ideia de que o saber só poderia se constituir onde as relações de poder estivessem em suspenso ou, mesmo, que se devesse renunciar a elas para tornar-se um sábio. Considera que essas duas coisas encontram-se implicadas uma na outra. Em suas palavras: “(...) não há relações de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. (...)”⁶. O filósofo observa que, não haveria um sujeito externo a essas relações que pudesse orquestrá-las de fora, pois, são as próprias relações de poder-saber que constituem os possíveis campos de conhecimento. Deste modo, tanto o sujeito que conhece quanto os objetos do conhecimento são apenas efeitos dessas relações, a ação e a reação se complementam, pois ao mesmo tempo em que se exerce sofre sua ação. Nestas relações não existe apenas a ação de quem domina sobre quem é dominado ou de quem conhece sobre um objeto a ser conhecido. Portanto, elas não devem ser analisadas de um ponto de vista unilateral. O que existe são ação e reação acontecendo concomitantemente. Ninguém é dono do poder ou do saber, assim como ninguém é destituído deles.

Ao substituir a ideia de *um poder centralizador* pela ideia de relações plurais de poder-saber, Foucault demonstra que esse exercício ocorre através de um sistema de redes, dividido em microsferas que se constituem de maneira microfísica e que é desencadeado nas próprias relações entre os aparelhos, instituições e os corpos envolvidos nesse embate, corpos esses

⁵ FOUCAULT. *Microfísica do Poder*, p.08.

⁶ FOUCAULT. *Surveiller et punir*, p. 32 (na tradução brasileira: *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 27).

compreendidos a partir de suas materialidades e forças⁷. Esse poder-saber é algo que funciona em cadeia, que nunca está fixo ou estático nas mãos de alguém, mas que se debate e que se confronta, se caracterizando como algo extremamente dinâmico. Assim sendo, aqueles que esperam alteração social, não devem simplesmente combatê-lo, mas devem saber se utilizar dessa relação para inverter seus efeitos a seu favor.

Foucault, ao longo das quatro obras que servem de base a essa pesquisa, delinea as nuances dessa relação poder-saber. Em *Vigiar e punir*, ele descreve como o dispositivo disciplinar foi se constituindo na esteira dessa malha. O encarceramento colocou à disposição da sociedade um observatório sobre as variantes do comportamento humano e ainda, serviu de laboratório para testar ações e reações de estímulo e condicionamento do corpo. Em *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, o filósofo nos descreve como essa relação poder-saber viabilizou o desencadeamento de um outro tipo de instrumentalização do corpo. Ele expõe a forma como a burguesia constituiu para si um diferencial social apoiado na valorização biológica, a partir de algumas restrições sexuais, para a autoafirmação de sua classe, e, posteriormente, exportou esse projeto, invertendo seus efeitos, como meio de sujeição sobre o proletariado⁸. No curso *Segurança, território, população*, o filósofo nos aponta o funcionamento do dispositivo de segurança, onde as práticas de poder se alicerçam no conhecimento estatístico. Esses dois elementos serão fundamentais para as práticas de governo, descritas nesse curso e, em continuidade, no curso *Nascimento da biopolítica*. Na governamentalidade, descrita nesses dois cursos, as relações poder-saber se amplificam através da constituição da política econômica e, tornam-se os principais instrumentos de sujeição das pessoas a um governo.

Nem o poder e nem tão pouco o conhecimento formam um organismo institucionalizado e coeso nas mãos do Estado, de certas instituições ou de uma classe social. Ao contrário, eles formam algo que se manifesta nas diversas relações interpessoais a partir de uma configuração bastante complexa. Não existe indivíduo ou classe social completamente destituído de poder e nem de saber, pois até mesmo as ações de resistência que eles despertam, pertencem a esses campos. Todas as pessoas são portadoras de poder e de saber, sendo isso o que as capacita a fazer suas próprias escolhas, embora muitas vezes elas não se conscientizem de sua atuação no interior dessa relação.

⁷ FOUCAULT. *Surveiller et punir*, p. 31.

⁸ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, 164-8.

Dentro desse ponto de vista, localizar a ação poder-saber exclusivamente no Aparelho do Estado é cometer um grande engano e ao mesmo tempo colaborar para sua manutenção, pois na medida em que as pessoas creditam toda forma de poder e de conhecimento a algo fora de si, deixam de se perceber como parte capaz de interferir nessa relação, se isentando também da responsabilidade sobre os processos sociais.

II - Genealogia - a escolha de um método

Como observamos no item anterior, a escolha do método será primordial para que Foucault desenvolva sua compreensão sobre as formas em que se dão as ações de poder-saber dentro do contexto histórico de nossa sociedade. Para isso, o filósofo irá se apropriar do método genealógico, desenvolvido por Nietzsche, que lhe permitirá compreender a partir de quais acontecimentos essas relações se estabelecem. Foucault deixa clara essa escolha metodológica em alguns momentos de suas obras, sendo um deles, ao afirmar no livro *Vigiar e Punir* ser seu objetivo o de fazer uma “história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apoia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade”⁹. E, embora não explicita isso literalmente, o filósofo também utiliza esse método em *História da Sexualidade I: a Vontade de Saber*, o que pode ser observado na orientação para o redirecionamento da pesquisa histórica em várias passagens dessa obra¹⁰. Ou ainda, quando nos cursos *Segurança, território, população*¹¹ e *Nascimento da Biopolítica*¹², ele afirma ser seu intuito o de fazer uma análise genealógica da governamentalidade, tentando apreender onde as tecnologias de poder se formam e se escondem, tendo para isso, que passar por fora de conceitos universais e instituições generalizadoras, tais como, as noções de Estado, soberano, sociedade civil e povo.

Mas em que se diferencia o método genealógico dos demais? A análise genealógica se preocupa com os acontecimentos que permitem a constituição, o processo de formação dos saberes e se opõe à investigação que busca a origem metafísica das coisas, negando a

⁹ FOUCAULT. *Microfísica do Poder*, p. 23.

¹⁰ Em *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 140-1, Foucault afirma: “Trata-se portanto de, ao mesmo tempo, assumir outra teoria do poder, formar outra chave de interpretação histórica; e, examinando de perto todo um material histórico, avançar pouco a pouco em direção a outra concepção do poder.” (na tradução brasileira: *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. Trad. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 1999, p. 101).

¹¹ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p.120-1.

¹² FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 08-9.

possibilidade delas simplesmente surgirem. No artigo *Nietzsche, a genealogia e a história*¹³, Foucault, a partir da análise de algumas obras de Nietzsche, procura esclarecer sobre o funcionamento do método genealógico de investigação e a diferenciação dos objetivos propostos a partir de sua aplicabilidade. Ele evidencia, como principal diferença, o fato de que o genealogista não parta pela busca da origem (*Ursprung*) das coisas, mas por sua proveniência (*Herkunft*) e por sua emergência (*Entstehung*).

A procura pela origem tende pela busca da coisa em si, pelo esforço para atingir a essência exata do objeto, ou seja, é a busca para eliminar do objeto seus acidentes, suas máscaras, com o fito de atingir sua identidade primeira, sua verdade. Porém, essa verdade (ou essa origem) se encontra anterior a qualquer conhecimento que se possa ter sobre esse objeto. Qualquer coisa que se diga a seu respeito será um discurso sobre sua verdade (conhecimento positivo), que ao mesmo tempo o encobre, tomando o seu lugar, até que surjam novos discursos e o substituam com a mesma nomeação de verdade. Só se refuta uma verdade com outra verdade superior a primeira e que tomará o seu lugar. Diz Foucault:

Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há “algo inteiramente diferente”: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi constituída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas¹⁴.

O genealogista não pretende encontrar ou reconstituir o passado tal e qual acontecera, ou menos ainda, justificar o presente como uma consequência evolutiva e natural desses acontecimentos. Por isso, ele percorre em seu trabalho na busca pela proveniência daquilo que chamamos de “fato histórico”. Isto significa procurar por informações, não na continuidade evolutiva dos acontecimentos, mas nas suas fissuras, nos momentos onde se pode perceber qualquer mudança, melhor ainda, qualquer desvio no caminho percorrido. Ao buscar pela proveniência, ele atém sua pesquisa nas falhas, nos interstícios existentes entre um acontecimento e outro, nos acidentes de percurso que, de uma forma ou de outra, desviam as coisas de seu curso inicial e assim possibilitam a formação de novos rumos e novos entendimentos. Ou seja, ele busca apreender o exato momento em que se dá a ruptura dos acontecimentos históricos e de sua mudança de direção, para compor uma nova leitura desses acontecimentos. Ater-se apenas nos processos, como evolução automática das coisas,

¹³ Publicado em *Microfísica do Poder*, livro organizado e traduzido por Roberto Machado onde são reunidos artigos, cursos, entrevistas e debates ministrados por Foucault tendo por tema central as micro-relações de poder.

¹⁴ FOUCAULT. *Microfísica do poder*, p. 17-18.

eliminando suas falhas e rupturas, corresponde a naturalizá-los, extraindo-lhes qualquer intencionalidade racional, fazendo-os parecer como um curso natural da história, como se ela não fosse fruto dos confrontos de força e, portanto, de poder, existente entre seus indivíduos.

Além da busca pela proveniência, o estudo genealógico também investiga a emergência (*Entstehung*) das coisas. Emergência aqui empregada no sentido de emergir, de se formar. Essa busca seria no sentido de tentar compreender a partir de quais atritos as coisas se formam. Não avaliar o resultado final como causa inicial, mas demarcar seu processo de aparecimento. Os confrontos de forças é que fazem emergir coisas, situações ou relações novas. Foucault, em conformidade com o pensamento de Nietzsche, observa que o estado correspondente à sociedade não é o de paz, mas o de guerra. As ações sociais se voltam para a necessidade constante de que essa guerra seja evitada. Por essa razão, as sociedades se caracterizariam por seu constante estado de tensão. A iminência constante de guerra é consequência das contradições dos interesses entre aqueles que dominam e aqueles que são dominados. Essa tensão muitas vezes está velada nos aspectos cotidianos da sociedade, mas em alguns momentos eclodem em conflitos. O conflito significa o momento onde há o desequilíbrio de forças e nova sobreposição de uma sobre a outra. Esse momento de sobreposição será o que permitirá emergir os novos aspectos, a nova organização das relações sociais e, portanto, de poder.

Fazer aparecer a emergência das coisas significa circunstanciá-las, desnaturalizar seus processos, desnudar seus conflitos. Fazê-las emergir significa desvendar o terreno onde se alicerçaram os novos saberes, onde foram constituídos os novos conceitos, as novas verdades e as novas formas de organização social e política. Ou seja, fazer emergir significa desvendar o lugar onde as novas bases das relações de poder puderam se sustentar. Significa ainda, perceber que essa fixação não acontece sem conflito de forças e que implica, necessariamente, na sobreposição de uma dessas forças sobre a outra. Algumas das estratégias utilizadas pelo dominante, para prolongar o seu domínio, são a de disfarçar ou negar a origem ou de inverter a causa dessas relações de domínio, dando a impressão de que se trata de um processo natural, não de algo conquistado pelo conflito de forças e sobreposição de interesses.

Ao adotar o método genealógico, Foucault tem o intento de libertar sua pesquisa dos pressupostos metafísicos que pretendem o conhecimento do objeto para além de suas especificidades materiais e mostrar que o que faz o objeto ser o que é são justamente essas especificidades. Portanto, não é possível reconstituir o acontecimento a partir do estudo de sua história, mas apenas reinterpretá-lo a partir de suas significações no presente. Até mesmo a

história tradicional, com suas pressuposições metafísicas, é a apresentação de uma interpretação travestida de verdade. Essa apresentação equivocada não acontece por descuido, mas existe por trás dela a intenção de manutenção de poder, através do encortinamento do conflito. Como Foucault esclarece:

Se interpretar era colocar lentamente em foco uma significação oculta na origem, apenas a metafísica poderia interpretar o devir da humanidade. Mas se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser sua história: história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, história do conceito de liberdade ou da vida ascética, como emergências de interpretações diferentes. Trata-se de fazê-las aparecer como acontecimentos no teatro dos procedimentos¹⁵.

O estudo genealógico (dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento) se ocupará, portanto, não da “origem” a partir da negação da história, mas utilizará essa história para desconstruir seus discursos. Seu objetivo será o de descortinar as origens das relações de poder e, portanto, de direito, atualmente estabelecidas.

Como já afirmamos anteriormente, em *Vigiar e Punir* Foucault deixa clara a utilização dessa metodologia de pesquisa e para desenvolver esse trabalho estabelece quatro regras que deverão permeá-lo e servir como fio condutor. São elas:

- 1) Destacar nos mecanismos punitivos a série completa dos efeitos positivos que eles podem produzir, não apenas seus efeitos “repressivos”;
- 2) Analisar os métodos punitivos como técnicas específicas que integram outros processos de poder, não como simples consequências de regras de direito ou como indicadores de estruturas sociais;
- 3) Verificar se há uma matriz comum entre a humanização ocorrida na história do direito penal e no nascimento das ciências humanas, ao invés de tratá-los como processos separados;
- 4) Verificar se a inserção da alma na prática judiciária não é efeito de uma transformação na maneira como o próprio corpo é investido pelas relações de poder e de saber.

Foucault pretende, com essa obra, desvendar que os processos que culminaram com o abrandamento das punições penais e com o desvio de foco do castigo pela dor física para a

¹⁵ FOUCAULT. *Microfísica do Poder*, p. 26.

reeducação e recuperação do condenado, não teriam sido frutos apenas da evolução natural do complexo científico-judiciário rumo a sua humanização. O filósofo nos mostra que, por trás dessa interpretação, existem elementos que devem ser analisados de forma mais detalhada e que, por isso, merecem um estudo que se dedique a desvendá-los e a trazê-los a uma nova luz de interpretação. Trabalho esse que Foucault empreenderá, a partir da aplicação do método genealógico como base de sua pesquisa, conforme observaremos a seguir.

III - A operação do método genealógico

a- O foco de pesquisa na obra *Vigiar e punir*

Em *Vigiar e punir*, Foucault fará uma reconstrução histórica, retroagindo na busca da formação dos sistemas judiciários e punitivos que formaram o modelo de nossa sociedade, desvendando os relevos marcados pelos desvios, pelas mudanças nos comportamentos sociais, tanto em relação ao réu quanto em relação à instituição punitiva e seus instrumentos. Ele retoma a época onde o corpo supliciado era o principal alvo das punições. Nesse período, embora de certo modo se evitasse a aplicação da pena capital, todas as punições envolviam intensamente a dor física. A aplicação do suplício exigia a utilização do conhecimento técnico, para que a dor pudesse ser quantificada e qualificada, de acordo com a gravidade do crime e o status social do criminoso.

Segundo o filósofo, esse modelo será constituído já no final da Idade Média, com o progressivo entendimento de que o prejuízo causado por um crime se transferiria da vítima para o príncipe. Com isso, quem comete uma infração penal, lesa ao reino e, automaticamente, a seu representante, sendo isso considerado ao mesmo tempo como um prejuízo e como uma afronta à Coroa. Em consequência desse entendimento, só os representantes do rei passarão a ter o direito de aplicar penalidade e a exigir reparação. Nesse período, era comum fazer parte da punição a aplicação de multas e em casos considerados graves o desterro acompanhado do confisco dos bens, apenas em casos muito graves recorria-se à pena de morte, também acompanhada do confisco. Em todos os casos de aplicação da sentença, a dor e a humilhação pública estavam presentes e os castigos deveriam deixar no condenado, marcas que mesmo o tempo não pudesse apagar¹⁶.

¹⁶ FOUCAULT. *Surveiller et punir*, p. 52-4.

O suplício penal não pretende a reeducação do condenado, tanto que é aplicado mesmo aos condenados à morte. Nem mesmo a reparação do dano à sua vítima era considerada como o fator mais importante na aplicação de uma pena, pois, o valor pago pelo criminoso, fosse por multa fosse pelo confisco, seria transferido à Coroa, apenas em alguns casos o dano à vítima também era reparado. O que realmente se pretendia, era a reafirmação do poder real. A punição deveria servir como um meio para que o criminoso “pagasse” pelo que fez (pela desordem e mau exemplo causados) e também servir de exemplo para a sociedade, para que outros não repetissem o mesmo ato.

A passagem da sociedade punitiva para uma sociedade disciplinar se dá, na medida em que a compreensão sobre a finalidade e a forma de aplicação da pena também se transformam, por volta do início do século XIX. Embora o castigo físico fosse muito severo, não havia meios de atingir a todos que cometessem infrações, o aparelho repressor do Estado não alcançava a todos, de forma que muitos crimes passavam despercebidos. O confisco dos bens, como meio de punição, também era visto com muita desconfiança por parte da burguesia, classe social em ascensão. A violência utilizada na execução da pena (suplícios) muitas vezes fazia com que a população tivesse compaixão do réu e se indignasse contra seus algozes (carrascos, inquisidores e juízes)¹⁷. Se cometer crimes era visto como ato vergonhoso, punir também o era. Os primeiros sinais de mudança foram na direção de eliminar o espetáculo nas punições, que passaram a ser aplicadas em ambiente reservado, em segredo¹⁸. Além disso, outra motivação para que o sistema punitivo fosse revisto, foi uma nova tendência para os delitos praticados, o que Foucault descreve como a passagem da criminalidade motivada pelo sangue (resolução de conflitos interpessoais) para outra, motivada pela fraude, ou seja, contra a propriedade¹⁹. É a percepção sobre a ineficiência do modelo do suplício para atender as novas necessidades sociais, tais como, uma reeducação moral que possibilitasse maior vigilância sobre o comportamento cotidiano e uma política que melhor aproveitasse a multiplicidade de corpos e forças representados por uma população, que fará surgir o modelo disciplinar.

Essa nova percepção social desencadeia uma grande mudança na direção da pena, que perde o foco do corpo, da dor física, e passa a tê-lo sobre a “alma”, o comportamento do réu. O castigo deixa ser o objetivo principal da pena, esse objetivo passa a ser o de recuperação do réu. O que faz com que se busque conhecer sobre o condenado, não mais os pontos sensíveis à

¹⁷ FOUCAULT. *Surveiller et punir*, p. 63-5.

¹⁸ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 75-6.

¹⁹ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 32.

dor, mas os mecanismos de mudança de comportamento, para o seu adestramento. E, o avanço nesse sentido, tenderá para o desejo dos manipuladores desses dispositivos de controle, de prever o acontecimento de um crime e evitar que ele aconteça²⁰. Da necessidade de mudança no sistema de controle infracional, nasce um conhecimento que será utilizado para além de sua expectativa inicial, que servirá como um dispositivo de controle social amplo. Do domínio sobre esses saberes brota a sociedade de controle disciplinar.

Essa passagem do modelo punitivo para o modelo disciplinar, não se deu de forma súbita. Segundo Foucault, no final do século XVIII, coexistiam três modalidades punitivas de poder. A primeira era baseada no modelo monárquico, que tinha o suplício como principal forma de punição. A segunda era o projeto dos juristas reformadores, que pretendia a recuperação dos indivíduos como sujeitos de direito, através de castigos exemplares, com sua exposição pública vista inclusive por crianças, como medida educativa. E, por fim, a terceira era o projeto de instituição carcerária, que pretendia através do treinamento do corpo, formar o sujeito obediente que se dobrasse a uma instância específica de poder. O modelo monárquico, naquele momento, era contestado pelo outros dois, que se acreditavam mais eficaz. Porém, o último modelo, o disciplinar, acabou se sobrepondo aos dois primeiros e fez com que o modelo penitenciário como forma de punição, se multiplicasse por vários países e tivessem como principal função estabelecer a disciplina²¹.

O modelo disciplinar não consiste na criação de algo absolutamente novo, mas na utilização de técnicas já conhecidas, que serão aplicadas numa composição e direcionamento inéditos e a partir de objetivos bastante claros para aqueles que as aplicam. O conhecimento sobre seus procedimentos não surgiram subitamente, mas formaram-se a partir da soma de uma multiplicidade de processos, alguns deles de pequeno alcance, mas que ao se somar com outros tiveram sua importância aumentada. Algumas de suas ações surgiram em mosteiros, outras foram aplicadas em colégios, se estendendo às escolas primárias, outras ainda, surgiram no espaço hospitalar, mas sem dúvida alguma, os quartéis tiveram uma extrema importância para a organização e estruturação disciplinar nas sociedades atuais. A nova organização militar precisou desenvolver meios, para que um grande número de pessoas desocupadas (uma vez que tinha que estar disponível para o combate) se mantivesse ao mesmo tempo forte e facilmente controlável.

²⁰ FOUCAULT. *Surveiller et punir*, p. 32.

²¹ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 133-4.

A observação e o controle do indivíduo através da ação sobre seu corpo já eram exercidos nesse período, a novidade se apresenta na ênfase que será dada a esse corpo enquanto objeto de atuação de controle e de poder. Isso será possível, segundo Foucault, a partir de três aspectos: primeiro, da escala em que esse corpo será mergulhado, decompondo detalhadamente cada uma de suas partes e funções, para que sejam mecanicamente trabalhadas, conhecendo exatamente seus limites; segundo, da mudança do foco na ação de controle, que não se exercerá mais sobre o comportamento humano ou sua cultura, o controle se direcionará para o movimento do corpo, a eficácia na aplicação de sua força física para um fim determinado; e um terceiro aspecto desse controle se dará sobre sua modalidade, a partir de uma coerção ininterrupta que esquadrinha ao máximo os processos de atividade, cronometrando o tempo, o espaço e o movimento necessários para cada uma das operações do corpo²².

A distribuição dos indivíduos será uma das características gerais que deve ser observada nos procedimentos disciplinares, principalmente no que dizem respeito ao uso do espaço e do tempo. O espaço precisa ser absolutamente demarcado, para definir quem pode utilizá-lo ou quem deve ser excluído dele, ou ainda, quem deve estar em qual lugar, pois, cada indivíduo deve ter o seu espaço, para que se evitem aglomerações e dispersões. As definições desses espaços devem respeitar uma classificação prévia dos indivíduos, para que a organização de suas tarefas se torne mais eficientes.

O controle das atividades também é algo para o qual se deve estar atento, pois, para exercê-lo é necessário um rigoroso controle do tempo, distribuindo a programação do horário que as pessoas devem utilizar em cada uma de suas ocupações. Ele também exige que haja um controle externo ao ritmo coletivo para a execução de cada ato, visto que, corpo e gesto devem estar em correlação, para que o corpo realize cada movimento com o esforço mínimo, obtendo desta maneira, economia de tempo e de força. Assim sendo, a articulação entre corpo e objeto deve ser exata, de modo que todas as relações entre ambos se estabeleça como nas peças de uma engrenagem. Essa utilização deve ser exaustiva, o que significa obter o aproveitamento máximo tanto do tempo disponível quanto da força útil²³.

A viabilização desse modelo social se dá através da coerção praticada pela vigilância constante. Essa vigilância é executada pelas diferentes instituições sociais, onde os indivíduos devem ser classificados, catalogados e acompanhados o tempo todo, para que sejam mais bem

²² FOUCAULT. *Surveiller et punir*, p. 138.

²³ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 139-40.

aproveitados no espaço social, para que executem as tarefas que lhe são atribuídas no ritmo em que se espera, para que não sejam indolentes e preguiçosos e, também, para que não cometam crimes. Enfim, para que o adestramento ao qual são submetidos seja eficiente ²⁴.

O ponto alto dessa técnica seria o desenvolvimento da autovigilância, que consiste na interiorização desse processo de forma que as pessoas se sintam o tempo todo vigiadas e passem a exercer o controle sobre si e sobre os outros. Foucault recorre ao modelo arquitetônico *Panóptico* de Bentham para simbolizar a sociedade de controle. Esse modelo consiste num prédio circular com uma torre central e as demais células ao seu entorno, cada célula deveria ter duas janelas, uma a frente e outra nos fundos, para que a luminosidade a atravessasse, de forma que uma única pessoa, posicionada na torre central, pudesse vigiar a movimentação de todas as células. E seria importante que o vigia não pudesse ser visto, pois, o simples fato de se saber que poderia ter alguém vigiando, faria com que as pessoas se comportassem da forma desejada ²⁵.

Esse modelo arquitetônico será amplamente utilizado para a construção de instituições administrativas, como escolas, hospitais, asilos e presídios. Essas instituições servirão como principal meio de apoio na constituição da sociedade de controle. Elas inclusive alterarão o papel do próprio sistema judiciário. Antes esse sistema era responsável não apenas pela aplicação da sentença, como da vigilância dos indivíduos. Agora ele perderá espaço nessa segunda função, que passará a ser compreendida legalmente como papel geral da sociedade, ficando ao encargo principalmente da administração do Estado.

O grande diferencial apresentado nesse modelo disciplinar, em relação àqueles já praticados em colégios e mosteiros, é que ele não pretende marcar rituais de obediência ou de renúncia, mas, segundo Foucault, tem:

[...] com fim principal um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo. O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento das suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente ²⁶.

Como é possível observar, o corpo não será visto e respeitado como uma unidade. Será preciso trabalhá-lo detalhadamente em cada gesto, movimento ou atitude. O controle econômico de seus movimentos será minucioso, para que se faça mais, utilizando menos

²⁴ FOUCAULT. *Surveiller et punir*, p. 143-4.

²⁵ FOUCAULT. *Ibidem*, p.201-2.

²⁶ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 139-40 (na tradução brasileira: *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 119).

força. O esquadramento máximo do tempo, do espaço e dos movimentos permitirá o controle preciso de cada uma de suas operações.

A disciplina irá se acentuar, no final do século XVIII, como um meio eficaz de extração de força e ao mesmo tempo de docilidade. Sua aplicação nas instituições de sequestro (escolas, hospitais, quartéis, presídios e asilos) fornecerá um amplo laboratório para experimentação e aperfeiçoamento de suas técnicas, cujo uso será estendido para os meios de produção industrial. A partir de sua aplicação, se tornará possível moldar os indivíduos, aperfeiçoando neles o aproveitamento de suas forças físicas e habilidades para o exercício do trabalho, visto que, ao mesmo tempo em que os donos dos meios de produção precisavam contar com a mão-de-obra livre e assalariada, eles precisavam, também, que os trabalhadores se submetessem ao seu controle, garantindo a passividade social. Afirma Foucault:

A disciplina 'fabrica' indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. [...] é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado. E são eles justamente que vão pouco a pouco invadir essas formas maiores, modificar-lhes os mecanismos e impor-lhes seus processos. O aparelho judiciário não escapará a essa invasão, mal secreta. O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame²⁷.

b- O foco de pesquisa na obra *Historia da sexualidade I: a vontade de saber*

Assim como na obra *Vigiar e punir*, Foucault, em *A vontade de saber* também empreenderá uma pesquisa genealógica, tendo por objetivo traçar uma reconstrução sobre o papel exercido pela sexualidade nas sociedades Modernas. Para isso, ele retomará o momento em que supostamente teria tido início a prática repressiva contra o sexo, ainda no final da Idade Média e início da Idade Moderna. Um de seus objetivos será na tentativa de compreender como a sociedade burguesa inseriu o sexo dentro de um discurso científico, fazendo da sexualidade não apenas um objeto, mas um dispositivo de poder e uma forma de distinção e controle de classe.

Uma reorganização nas questões relativas à sexualidade humana teria tomado início a partir do século XVII, com a ascensão da burguesia vitoriana. Foucault observa que uma série de mudanças no comportamento cotidiano das pessoas foi implantada nesse período. O sexo

²⁷ FOUCAULT. *Surveiller et punir*, p. 172 (na tradução brasileira: *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 143).

teria sido recolhido ao quarto do casal de família conjugal legitimada pelo casamento. Tudo o mais que se referisse a essa questão era motivo de forte censura. O silêncio, cada vez mais crescente em relação à sexualidade dos demais membros da sociedade, relegou-os à clandestinidade e ao alto preço da marginalidade. A sociedade já não mais admitia a ocorrência de conversas públicas de cunho malicioso em grandes salões, práticas que no período anterior ao vitoriano era comum e, por vezes até, presenciado por crianças mais astutas. Desde então, imperaria uma enorme repressão sobre os temas pertinentes ao sexo, que só poderia ser discutido com os religiosos, direito estendido posteriormente também aos psiquiatras²⁸.

Foucault questiona, por que mesmo tendo passado mais de dois séculos a questão da repressão sexual ainda se faz tão presente? Questiona também que, se essa repressão realmente ainda existe, por que se fala tanto em sexo como hoje em dia? Em seguida, nos sugere que o discurso da repressão nos fascinaria, pois, ao acreditarmos ser o sexo algo inteiramente reprimido, o simples fato de falarmos sobre ele já simbolizaria uma transgressão. Falar sobre sexo já significaria tomar parte num poder²⁹.

O filósofo põe em dúvida se, ao analisarmos a história da sexualidade a partir de um estudo genealógico, aquilo que chamamos de repressão contra o sexo ainda se sustentaria enquanto um fim em si mesmo. Apesar desse questionamento, Foucault admite que a contestação de uma hipótese repressiva não é o foco principal de suas pesquisas, para ele a questão chave para a compreensão da sexualidade praticada em nossa sociedade não estaria na sua suposta repressão. Ele acredita que essa repressão sexual que se instalou a partir do século XVII, seria apenas parte de um processo muito mais antigo que ela e da qual ela seja somente um expoente. O filósofo está preocupado com uma análise mais profunda, que consiga perceber em que solo esse dispositivo da sexualidade brotou, a partir de quais vontades foi conduzido e quais intenções estratégicas o teria sustentado³⁰.

Foucault se interessa em saber a partir de quais interesses passou-se a afirmar ou negar isso ou aquilo sobre o sexo, como o poder passa a envolvê-lo, mesmo em seus aspectos mais íntimos e individuais de conduta, ou seja, ele se interessa pela colocação do sexo num discurso³¹. Discurso esse que ao mesmo tempo em que afirma estar o sexo absolutamente

²⁸ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 09-12.

²⁹ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 13-4.

³⁰ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 16-9.

³¹ Foucault compreende discursos como meios de articulação entre poder e saber. Formados a partir de uma série de segmentos descontínuos, cujo meio de atuação não é uniforme nem estável. Não é possível imaginá-los a

reprimido, o coloca como meio para uma redenção, que permitiria à humanidade alcançar a *felicidade futura*. O sexo é pregado como origem dos males (pela repressão que sofreu) e ao mesmo tempo como meio de salvação (pela subversão e pelo desafio à ordem). A colocação do sexo num discurso, longe de atingir um processo de restrição, levou-o a mecanismos de incitação de sexualidades polimorfas³². E, a obstinação em se quebrar um tabu sobre seu conhecimento levou à criação de uma nova ciência, a da sexualidade.

O século XVII marcaria o início de uma época em que a sociedade burguesa empreenderia uma forte repressão em relação ao sexo, cuja influência ainda seria sentida por nós na atualidade. A repressão sexual se efetivou principalmente a partir dos domínios da linguagem. A imposição do silêncio a seu respeito, assim como o temor em pronunciar seu nome teria imposto uma grave censura à sexualidade³³. A pastoral católica e o sacramento da confissão³⁴ foram os principais instrumentos desse processo, ao obrigar os fiéis a confessar – a si mesmo e a outrem – tudo o que estivesse relacionado ao sexo e ao desejo, no intuito de reprimi-los. O homem ocidental foi conduzido a dizer tudo a respeito do seu sexo. Não se exigia apenas silêncio, mas tipos variados de silêncio que determinavam o que poderia e o que não poderia ser dito, por quem e a quem, instituindo assim, um discurso autorizado sobre o sexo. Esse discurso direcionava o que se dizia ou o que se permitia dizer, o que se reprimia não apenas com palavras, mas também com gestos, ações e até com afirmações positivas que velassem o que se queria reprimir³⁵.

partir de uma bivalência (discurso admitido e discurso excluído ou dominante e dominado) pelo contrário, formam-se numa teia de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. Analisá-los significa recompor sua distribuição a partir do que eles admitem como o dito e que ele oculta; o que é dito diretamente e o que fica nas entrelinhas, suas variações de acordo com quem diz, a partir de quem, seu status social (autoridade) enquanto pessoa, enquanto grupo (empresa/instituição), suas próprias variações a partir de reinterpretções, deslocamentos e reutilizações de fórmulas idênticas para objetivos opostos. Suas variações fazem com que sejam não apenas “instrumentos de poder como também obstáculos, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (Cf. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 16-9). Da mesma forma que procedem aos discursos também funcionam o silêncio e o segredo que também servem como dispositivo de poder.

³² FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p.15-21.

³³ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 25.

³⁴ A confissão extrapolou a prática da penitência religiosa e passou a fazer parte de diversas relações sociais. Não apenas o ato sexual é alvo da confissão, mas também todo o imaginário nele contido. Nos primeiros séculos de confissão sobre o sexo os registros foram propositalmente apagados para não deixar vestígios. Porém, com a entrada das ciências nesse campo (medicina, psiquiatria, pedagogia) esse discurso começou a se solidificar através dos registros. O foco da confissão deixa de ser o de salvar a alma e passa a se preocupar com o corpo e com a vida. A partir das anotações de médicos e pedagogos esse discurso começou a se solidificar na forma de registro. Através da confissão utilizada como meio científico de produzir verdades que foi possível produzir o dispositivo da sexualidade. O foco da confissão deixa de ser salvar a alma ao se preocupar com o corpo e com a vida (FOUCAULT. *Ibidem*, p. 79-91.)

³⁵ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 27-33.

A prática da inserção do sexo num discurso já existia há bastante tempo, porém o século XVII fez dela uma regra para todos. No final do século XVIII, com a transferência desse controle da Igreja para a medicina, a conduta sexual passa a ser objeto de estudo e regulamento social. O sexo é extraído do campo da moral e inserido num pragmatismo para que possa ser gerido, com isso se torna algo administrável, regulável, passível de políticas públicas. Segundo Foucault, o sexo exercerá um papel fundamental na administração das populações, pois a partir dele é que se fará o controle populacional. Não apenas a virtude dos cidadãos, regras de casamento ou organização familiar serão analisadas, mas também como cada um usa seu sexo. Esse controle será aplicado desde a infância. A adoção da Educação Sexual nas escolas reforçará a ideia da sexualidade enquanto assunto científico e de política de utilidade pública, definindo o discurso que poderá ser pronunciado publicamente por jovens sem que haja repressão. Ao contrário, repreende-se a ação de adultos que não compreendam a seriedade da questão³⁶. Segundo Foucault:

(...) Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um 'povo', porém com uma 'população', com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat. (...) ³⁷.

As tentativas e as manifestações de controle sobre as sexualidades se incidiram, não apenas sobre o que se proíbe dizer, como também sobre quem está autorizado a falar ou em que tipo de silêncio se exerce e se faz exercer. Foram esses os mecanismos que fizeram irradiar diversos discursos em torno do sexo, intensificando sobre ele a ideia de perigo e conseqüentemente incitando-se a falar sobre ele – fala essa, de reprodução de um discurso normativo – a repressão ao sexo não o reduz ao silêncio, ao contrário, promove uma depuração do vocabulário, onde as novas regras de decência filtraram as palavras, estabelecendo o que pode ser dito sobre ele, onde, quando e com quem. Como Foucault reafirma, as crianças serão um importante alvo na constituição desse discurso:

(...) falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhe escapa – tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso. (...) ³⁸.

³⁶ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 33-5.

³⁷ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 36 (na tradução brasileira: *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. Trad. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 1999, p. 28).

³⁸ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 42 (na tradução brasileira: *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. Trad. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 1999, p. 32).

Durante os séculos XVIII e XIX multiplicaram-se as atividades que colocaram o sexo em discussão, visando o controle social, inicialmente com a introdução da medicina para intervir no tratamento das “doenças dos nervos”, seguida pela ação psiquiátrica, que parte desse ponto para procurar o diagnóstico das doenças mentais, e aproximadamente em meados do século XIX com a ação de agentes da justiça penal, que passaram a se ocupar com assuntos de pequena monta, como o comportamento de casais, adolescentes perigosos e em perigo. Anteriormente, no que diz respeito à sexualidade, preocupava-se apenas com crimes “crapulosos” e antinaturais.

Foucault cita o exemplo de um trabalhador agrícola, sem emprego fixo, que se submetia a trabalhos rudimentares e à caridade para sobreviver, que teria sofrido uma denúncia por ter sido visto “obtendo carícias de uma menina”, comportamento que até então era comum para ele e outros moleques da região. O que chamou a atenção do filósofo foi o tratamento dispensado a ele, cito Foucault:

(...) O importante está em que dessa personagem comum, até então parte integrante da vida camponesa, se tenha tentado medir a caixa craniana, estudar a ossatura facial e inspecionar a anatomia, na busca de possíveis sinais de degenerescência; que o fizeram falar; que o interrogassem sobre seus pensamentos, gostos, hábitos, sensações, juízos. E que se decidisse, finalmente, isentando-o de qualquer delito, fazer dele um puro objeto de medicina e de saber – a ser enfiado, até o fim de sua vida, no hospital de Maréville, mas a ser revelado ao mundo científico através uma análise detalhada. (...) ³⁹.

Foucault, com esse exemplo procura ilustrar o quanto as ações relativas ao sexo foram retiradas do comportamento cotidiano e tratadas não apenas como motivo de interdição social, mas como meios laboratoriais para investigação e construção de saberes, elaboração de discursos, enfim, de constituição de poder e controle e, conclui que a repressão ao sexo não o reduziu ao silêncio, ao contrário, dirigiu-o a construção de um discurso a longo prazo. Em suas palavras:

[...] de um extremo a outro o sexo se tornou, de todo modo, algo que se deve dizer, e dizer exaustivamente, segundo dispositivos discursivos diversos, mas todos constrangedores, cada um à sua maneira. Confidência sutil ou interrogatório autoritário, o sexo, refinado ou rústico, deve ser dito. Uma grande injunção polimorfa submete tanto o inglês anônimo como o pobre camponês da Lorena, que a história quis que se chamasse Jouy ^{* 40}.

³⁹ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 44 (na tradução brasileira: *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. Trad. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 1999, p. 33).

* Em nota, os tradutores da publicação brasileira esclarecem sobre a ironia percebida por Foucault, pois o nome Jouy possibilita o trocadilho com o verbo *jouir* que em francês significa gozar (p. 43).

No que diz respeito à implantação do sexo num discurso, Foucault nos mostra que ela não partiu de procedimentos que se multiplicassem fora do poder ou contra ele, ao contrário, a sexualidade humana, fruto da ebulição desses discursos, é um ponto de passagem particularmente denso nas relações de poder. Não é o elemento mais rígido, mas o mais utilizável no maior número de manobras, podendo servir de apoio e articulação para as mais variadas estratégias.

Foucault nos sugere que ao pesquisar os discursos relativos à sexualidade devemos nos atentar não apenas sobre o quanto se falou sobre ela, mas principalmente o que se dizia – Que tipos de discursos foram possíveis? Quais foram as práticas sexuais por eles autorizadas? E, o que aconteceu com as demais? – Visto que, segundo ele, foram através desses discursos que se multiplicaram as condenações judiciais das perversões menores, que se anexaram as irregularidades sexuais à categoria de doença mental, bem como, que se organizaram os controles pedagógicos e tratamentos médicos⁴¹. Segundo hipótese levantada pelo próprio Foucault, será que todas essas intervenções não poderiam ter por fim último, a concentração da sexualidade na genitalidade e na reprodução? Enfim, não estariam essas práticas sexuais preocupadas em, cito Foucault: “assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir as formas de relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora?”⁴².

Até o final do século XVIII o lícito e o ilícito nas práticas sexuais eram regidos por três grandes códigos explícitos: o direito canônico; a pastoral cristã; e a lei civil. Todos centrados nas relações matrimoniais que eram saturadas por prescrições, regras e recomendações. As demais práticas sexuais não recebiam uma atenção direcionada, ainda não havia formas definidas de interdição para práticas como a sodomia ou a sexualidade das crianças. Qualquer transgressão sexual era condenável da mesma forma, estivesse ela ligada ao matrimônio ou não, levando-as em conta apenas como um ilegalismo global. O “contra-natureza” era marcado por uma abominação particular, mas era percebido apenas como uma manifestação extrema do “contra-lei”, tendo por parâmetro as leis do matrimônio⁴³.

⁴⁰ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p.45 (na tradução brasileira: *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. Trad. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 1999, p. 34).

⁴¹ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 50.

⁴² FOUCAULT. *Ibidem*, p. 51 (na tradução brasileira: *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. Trad. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 1999, p. 38).

⁴³ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 52-3.

Foucault descreve o comportamento social referente ao sexo, para observar nele duas grandes modificações ocasionadas pelas explosões discursivas dos séculos XVIII e XIX. A primeira seria o distanciamento que a sociedade toma das práticas sexuais do casal conjugal, atribuindo-lhe o direito a discricção. A segunda modificação seria que o alvo de investigação passa a ser dirigido à sexualidade das crianças, dos loucos, dos criminosos, dos homossexuais, e dos que se comportam fora daquilo que a sociedade entende como normalidade, ou seja, daqueles que outrora se escondiam e que haviam sido submetidos ao silêncio e a uma maior repressão⁴⁴.

Segundo Foucault, as regras pertinentes ao matrimônio e à sexualidade em geral se inscrevem a partir de dois registros, o da lei e o da medicina. O filósofo afirma que, nesse processo seria mais importante verificar a forma como o poder foi exercido sobre o sexo do que verificar o nível de indulgência ou de repressão que ele teria recebido. Nessa estratégia de poder, foram aplicadas quatro operações bem mais complexas que a pura repressão sexual⁴⁵. Seriam elas:

- 1- Ao comparar as velhas práticas de interferência à sexualidade (proibição de alianças consanguíneas e do adultério) àquelas praticadas recentemente (no século XIX a perseguição à sexualidade das crianças) Foucault percebe que no primeiro caso visa-se à eliminação daquilo que condena por meio de sua diminuição, já no segundo caso a intervenção é feita através de uma difusão simultânea do próprio poder e do objeto sobre o qual se exerce. A repressão praticada pelo adulto sobre a criança fê-la constituir sua sexualidade em segredo, às escondidas. Foram mobilizados pais e educadores e entre eles semeada a suspeita de que todas as crianças eram culpadas. O medo desses adultos de também serem considerados culpados, fez com que se aumentasse a vigilância. Portanto, a questão do “vício” da criança servirá como meio para que o poder se apoie, avance e se amplifique.
- 2- Os direcionamentos dados a essas estratégias também provoca a incorporação das perversões nos indivíduos, o que faz com que ele seja qualificado especificamente em função de seu comportamento sexual. É o que vemos acontecer com a sodomia, antes esse termo designava a atitude de algumas pessoas, apenas no que dizia respeito a sua escolha por um parceiro na relação sexual, já o termo homossexualismo, que vem a substituí-lo, tem a capacidade de caracterizar e de personalizar o indivíduo através de

⁴⁴ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 53-54.

⁴⁵ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 57-64.

sua conduta sexual. A homossexualidade, diferente da sodomia, não é vista como uma prática sexual (um tipo de relação), mas como uma inversão em si mesmo entre o masculino e o feminino. De acordo com o filósofo, ela “apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da pratica da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie”⁴⁶. Como podemos observar, a sodomia era compreendida como uma prática, já o homossexualismo se torna um estereótipo. A sexualidade é o processo pelo qual as estratégias de poder se apropriam dos corpos, principalmente nos seus aspectos sexuais, se encravando neles e lhes introduzindo formas variadas de conduta, tornando-se razão de ser e forma de controle.

- 3- Essas relações de poder que se quis implantar, com a introdução do dispositivo da sexualidade, exigiram presença constante, atenta e curiosa, uma vez que seus manipuladores deveriam estar sempre prontos para extorquir novas confissões e confidências. Com a inserção da medicina nesse processo, as extravagâncias sexuais serão ainda mais instigadas pelos jogos que envolvem as relações saber-poder e prazer, pois, ela dará novos impulsos a esse movimento de inquisição sobre o sexo, principalmente ao estimular o corpo em sua produção de desejo, usando-o como um novo laboratório onde se aprofundam os conhecimentos sobre os efeitos das sensações sejam nos aspectos mais profundos do organismo, seja na superfície da pele ou na caracterização do comportamento individual. Essa intensificação do controle e de sua eficácia sobre o comportamento sexual é admitida devido a uma sensualização do poder, que instiga uma sensação de prazer nessa relação. Esse conjunto que se forma produz um duplo efeito: O primeiro efeito que ele produz é que nele o poder se impulsiona através de seu próprio exercício. E, o segundo efeito é que esse controle vigilante é recompensado por uma emoção que o reforça. Os meios de extração de confissão funcionam como um duplo de incitação ao incitar ao mesmo tempo as sensações de poder e de prazer. Por exemplo, na relação inquisidor/inquirido, o inquisidor ao questionar e fiscalizar exercita o seu poder, já o inquirido experimenta uma sensação de prazer ao fugir, ao se esconder, ao escapar desse poder.
- 4- A sexualidade enquanto um dispositivo de produção de prazer e de poder, se apoiou em algumas instituições sociais que lhe serviram como ponto de saturação. Essas instituições serviram de agentes facilitadores na transformação e na produção de

⁴⁶ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 58-9.

individualidades e de conhecimento que viabilizaram o funcionamento desse dispositivo. Podemos citar entre essas instituições, a família como um dos principais meios de proliferação das relações de prazer e de poder, seja pelas regras de convivência que ela impõe, seja pelo controle e a vigilância que exerce sobre a sexualidade da criança e do adolescente. Ela se constitui numa rede complexa e saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis, mesmo que seja formada por um pequeno número de membros. A seu lado, Foucault coloca também a escola e a psiquiatria como meios incitadores e multiplicadores de sexualidade, que por desfrutar de espaços privilegiados como a sala de aula, o dormitório, a visita ou a consulta servirão como possibilidades de implantação de uma sexualidade não conjugal, não heterossexual e não monogâmica.

Foucault chama a atenção para o caráter perverso em que se desenvolveu a sexualidade na sociedade burguesa do século XIX, afirmando ser ela um local onde a perversão se manifesta de forma explosiva e fragmentária. Nela o poder atingiu até mesmo as manifestações sexuais mais singulares e os comportamentos individuais se configuram em procedimentos de poder independente da idade e do gênero. Acontecimento realizado não através da interdição da lei, mas através de linhas de penetração infinita de atuação que não exclui, mas ao contrário, inclui o corpo, onde são estampadas as especificações dos indivíduos, fazendo brotar nessa sociedade sexualidades múltiplas. Portanto, esses comportamentos não seriam espontâneos, mas incitados, solicitados, instalados e intensificados nos corpos dos indivíduos. O corpo não é excluído pela sexualidade, ao contrário, é ela que se introduz enquanto dispositivo de poder no interior do corpo.

O filósofo afirma não ter existido uma única estratégia de poder relativa ao sexo que atuasse sobre toda a sociedade de maneira uniforme e global. Ele identifica quatro grandes conjuntos estratégicos distintos que teriam ocorrido a partir do século XVIII como meio de desenvolvimento de dispositivos específicos de saber e poder a esse respeito⁴⁷. Caracterizando da seguinte forma o poder que investe a sexualidade:

- 1- Histerização do corpo da mulher: O corpo da mulher realizado na função de mãe e gerador patológico quando não atinge essa função;
- 2- Pedagogia do sexo da criança: Dupla afirmação: a criança tem sexualidade, mas sua sexualidade é indevida, por isso deve ser cuidadosamente controlada pelos adultos;

⁴⁷ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 136-9.

- 3- Socialização das condutas de procriação: Controle de natalidade, a partir de interferências na vida dos casais;
- 4- Psiquiatrização do prazer perverso: Esse processo fez surgir as anomalias sexuais, primeiro, o instinto sexual foi isolado da vontade do homem e lhe foi dada autonomia; segundo, elencaram-se as possíveis anomalias que podiam afetá-lo; terceiro, classificou-se o comportamento sexual como normal ou patológico; e por último procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias.

Segundo Foucault, a sexualidade foi produzida a partir desses modelos acima descritos. O filósofo aborda a sexualidade como um dispositivo histórico, no qual uma grande rede de superfície se movimenta, através da estimulação dos corpos, da intensificação dos prazeres, da incitação ao discurso, da formação dos conhecimentos, do reforço dos controles e das resistências e que se encadeiam umas às outras segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

Ao longo da História, as relações advindas do sexo teriam sustentado o funcionamento de um dispositivo de aliança. Esse dispositivo foi o que caracterizou a organização social até o período anterior à ascensão burguesa, e se formou através da constituição de famílias, ao criar laços de parentesco através do matrimônio, eram esses laços que regiam os códigos de herança, definindo a transmissão de nome e bens. Esse dispositivo perdeu importância, principalmente a partir do século XVIII, por deixar de corresponder aos interesses das estruturas políticas e econômicas desse período, cedendo espaço para o dispositivo da sexualidade⁴⁸.

O dispositivo da sexualidade não substituiu o da aliança, segundo Foucault, pode ser que isso venha a acontecer, mas por enquanto, um apenas recobriu o outro sem suprimi-lo. Foi a partir do dispositivo da aliança que a sexualidade se instalou – em torno e a partir dele. Os recursos da confissão, que se instalaram primeiramente através do regime da penitência, seguido pelo exame da consciência e posteriormente pela direção espiritual, teriam sido seu núcleo formador. Inicialmente esses recursos da pastoral cristã foram utilizados pela sociedade para delimitar o que seria permitido ou proibido nas relações de sangue. Nesse período, a prática sexual só era legítima se ocorresse entre pessoas ligadas através do dispositivo de aliança, tendo como proibido o adultério, o incesto e qualquer relação que ocorresse fora do casamento. Pouco a pouco, com a nova pastoral, passou-se do controle

⁴⁸ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 140-1.

sobre as relações para o controle sobre a “carne”, ou seja, sobre o corpo⁴⁹. Nesse momento, houve um desdobramento dos dois eixos relacionais do dispositivo de aliança que eram marido-mulher e pais-filhos para os quatro que já descritos logo acima, a saber, o corpo da mulher, a precocidade infantil, a taxa de natalidade e a especificação dos perversos, que caracterizam esse novo dispositivo.

A família funciona como o principal elo entre o dispositivo da sexualidade e o da aliança. Sua responsabilidade será a de garantir a fixação desses dois dispositivos. Por ser ela o foco mais ativo da sexualidade, será incumbida pela ligação dos indivíduos à lei. Segundo Foucault, esse papel ocupado pela família fará com que o incesto ocupe um lugar central, pois ao mesmo tempo em que ele será interdito pelo dispositivo da aliança, ele também será requerido pelo dispositivo da sexualidade, como um meio articulador da função de incitação sexual. Ao mesmo tempo em que a família precisa incitar a sexualidade, ela também deve direcionar seus membros à “legitimidade” do dispositivo da aliança, o que lhe gera uma série de demandas. O filósofo descreve essa situação como um paradoxo de uma sociedade que inventou tantos dispositivos (tecnologias de poder) estranhos ao direito, que teme que seus efeitos e proliferações se voltem contra si e por isso ela tenta, insistentemente, recodificá-los na forma do direito⁵⁰.

A medicina ganha espaço como meio regulador da sexualidade ao se tornar o “apoio” para que a família possa exercer o papel que lhe foi estabelecido. A psicanálise apesar de colocar a sexualidade fora do dispositivo da confissão familiar, a interpretava a partir do princípio da lei. Servia como meio de legitimação para o dispositivo da sexualidade com bases no dispositivo da aliança.

Segundo Foucault, ao que parece, o processo que culminou no desenvolvimento do dispositivo da sexualidade não teria por princípio a limitação do prazer dos outros, tanto que a burguesia o teria aplicado primeiramente em si. Ele não deve ser interpretado como a prática de um ascetismo, mas como a utilização de técnicas cujo objetivo seria o de prolongar a vida através determinados cuidados, tais como: com o corpo, com o vigor, com a longevidade, com a progenitura e com a descendência dessa classe. A suspeita é que esse processo objetaria a autoafirmação de uma classe e não a sujeição de outra. Um processo de defesa, de proteção e

⁴⁹ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 141-3.

⁵⁰ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 143-7.

de reforço, que uma vez apreendido seria estendido às outras classes sociais, porém já no intuito de exercer o controle econômico e a sujeição política⁵¹.

Ao invés de se castrar para melhor controlar a sexualidade e a força produtiva do outro, Foucault nos mostra uma burguesia que atribuiu a si mesma uma sexualidade e constituiu para si, a partir desse dispositivo, um corpo específico, um corpo de classe, ocupando-se com o seu cuidado em todos os aspectos. Essa classe teve que restringir impulsos e pudores para alcançar esse objetivo de autoafirmação. Ela não amputou o corpo de um sexo inútil (não reprodutor), mas, ao contrário, se atribuiu um corpo para ser cuidado e protegido, cultivado e preservado de todos os perigos e de todos os contatos, isolado dos outros para que mantivesse seu valor diferencial.

O filósofo relembra o fato de a nobreza também ter marcado sua distinção de casta através do corpo, porém na forma do sangue, valorizando a antiguidade da ascendência, enquanto que a burguesia, para assumir um corpo, olhou para o lado de sua descendência e da saúde de seu organismo. O que fora simbolizado com o sangue do nobre (sistema de aliança) a burguesia simbolizava com o seu sexo, inclusive na escolha dos cônjuges. Na hora do casamento, além do quesito econômico e de herança, o legado genético também era levado em consideração, havendo grande atenção para as ameaças de hereditariedade. Toda essa preocupação não significa somente uma questão de autoafirmação diante da nobreza decadente, também não representa somente um projeto de identidade, mas significam uma expansão infinita da força, do vigor, da saúde, da vida, e ainda, uma preocupação com o futuro do próprio corpo demonstrada pelos dos membros dessa classe social. O burguês irá investir em processos que propendam a melhorar a descendência humana. Portanto, a simbólica do sangue e a analítica da sexualidade não são apenas duas formas estanques de organização do poder, elas coexistiram e a segunda precisou absorver a primeira para que pudesse se impor.

Foucault também não perde de vista o fato de que essa preocupação com a herança genética levaria a um racismo que seria o embrião originário daquele que se desenvolveria a partir da segunda metade do século XIX⁵². Para o filósofo, o racismo moderno é uma forma de utilização da temática do sangue para a fundamentação do dispositivo da sexualidade, almejando o controle de condutas e a saúde do corpo em busca da pureza do sangue e o triunfo da raça (usado no nazismo, por exemplo). Ao se rememorar as práticas de Hitler, sua

⁵¹ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 162-3.

⁵² FOUCAULT. *Ibidem*, p. 163-6.

conduta sobre o sexo tem sido preterida em relação à sua política do sangue, quando na verdade a segunda não se fundamenta sem a primeira, não existe sangue puro se o sexo for livre entre as raças (procriação/miscigenação) ⁵³.

O sexo, enquanto uma ideia histórico-socialmente estabelecida, se configura num dispositivo de poder pronto para desempenhar diferentes papéis. A ideia sobre sexo se forma na medida em que o dispositivo da sexualidade se desenvolve. Ela se constrói a partir da elaboração de conceitos a cerca da histerização da mulher, da sexualidade da criança, do controle da taxa de natalidade e do desenvolvimento da perversão do homem. Para a psicanálise e medicina da época, a força do sexo se encontraria acima da vontade dessas pessoas. A partir das interpretações impostas aos comportamentos enquadrados como histeria feminina, masturbação infantil, do coito interrompido e da perversão/fetichismo que se cria uma teoria geral do sexo⁵⁴. Sendo suas funções:

- 1- Promover a junção arbitrária de uma série de comportamentos humanos em torno do sexo: funções biológicas, condutas, sensações e prazeres. O sexo foi entendido como princípio causal desses comportamentos.
- 2- Articular, em torno do sexo, saberes sobre a sexualidade humana e as ciências biológicas da reprodução. Esses saberes possibilitam a normalização da sexualidade.
- 3- Encobrir o valor especulativo do sexo, que faz dele o elemento capaz de colocar o dispositivo da sexualidade em funcionamento. A forma como se constituiu a ideia sobre sexo fez-nos pensá-lo como algo a que o poder tenta sujeitar, mas que sempre lhe escapa. Na verdade ele nos escapa por ser sua existência nada mais que um ponto ideal criado pelo dispositivo da sexualidade, necessário para seu funcionamento. Portanto, não existe um elemento concreto que se poderia chamar de sexo que interaja com o poder, o que existe de concreto é o dispositivo da sexualidade, que as estratégias de poder põe em funcionamento através das especulações sobre o sexo.

Outra função atribuída ao sexo é o entendimento de que ele teria o poder de dizer a cada pessoa quem ela é. Assim sendo, seria através do sexo, ponto imaginário do dispositivo da sexualidade, que poderíamos descobrir nossa própria identidade, pois somente ele seria capaz de revelar esse segredo. Como vemos, o sexo aproxima valores de vida e morte e os dispositivos de poder lhe extraem justamente essa possibilidade. O desejo pelo sexo, que se

⁵³ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 196-7.

⁵⁴ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 203-4.

exprime numa busca desesperada pela qual estaríamos dispostos a enfrentar qualquer poder que o reprima, é, na realidade, uma invenção desse próprio poder que é operada através do dispositivo da sexualidade. Ele serve como meio normalizador da vida para que ela possa ser regulamentada com o nosso aval. De onde se conclui que, a sexualidade (dispositivo) é o que existe no plano real, enquanto que o sexo é apenas a fantasia que esse dispositivo criou para agir sobre as pessoas e, a sua inserção num discurso é o que possibilitou à relação saber-poder transformá-lo num dispositivo que opera através da manipulação do desejo.

O desenvolvimento do dispositivo da sexualidade não se formou a partir de um processo homogêneo em todos os níveis da sociedade e, provavelmente, não pretendia, como seu fim último, a repressão sexual. Não houve uma política sexual unitária. Foucault chama a atenção para o fato de que a crítica à repressão sexual se desenvolveu dentro do próprio dispositivo da sexualidade e é mais uma face dele. Assim sendo, essa crítica não serviria nem para compreender a história desse dispositivo, nem como meio de desmantelá-lo.

Em sua argumentação contra uma hipótese repressiva ao sexo que visaria à liberação e ao controle da mão-de-obra, Foucault lembra que as técnicas mais rigorosas desse dispositivo foram formadas e, sobretudo, aplicadas, primeiramente e com maior intensidade, nas classes economicamente privilegiadas e politicamente dirigentes. A tecnologia do poder envolveu primeiramente a sexualidade do burguês em todas as suas esferas, inclusive, foi a mulher burguesa quem primeiro recebeu tratamentos de psiquiatrização do sexo. O projeto de formação de descendentes sadios através da purificação do sexo era de autoria burguesa. As camadas populares que provavelmente ainda se encontravam submetidas ao dispositivo das alianças passaram a ser englobadas pelo dispositivo da sexualidade em três etapas sucessivas⁵⁵:

- 1- Através da questão da contracepção e do aborto;
- 2- Em torno dos anos de 1830, quando se percebeu a sexualidade como importante meio de controle político e de regulamentação econômica;
- 3- Quando no final do século XIX a medicina e o Estado iniciaram seu projeto de proteção geral da sociedade e da raça através do controle da sexualidade.

Um estudo genealógico sobre o desenvolvimento de técnicas relativas ao sexo demonstra que não houve uma grande fase repressiva que duraria desde o período clássico até entrar em decadência no século XX. O que houve foi um direcionamento do sexo, operado através da invenção de uma sexualidade, cujo processo é marcado por dois momentos

⁵⁵ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 160-1.

particularmente mais fecundos: O primeiro por volta do século XVI com o desenvolvimento dos processos de direção e exame de consciência; e o segundo no início do século XIX com o aparecimento das tecnologias médicas do sexo⁵⁶.

c- O foco de pesquisa nos cursos *Segurança, território, população e Nascimento da biopolítica*

Foucault, no curso *Segurança, território, população*, ministrado no *Collège de France* nos anos de 1977-78, se propõe a realizar um estudo sobre o biopoder, no entanto altera o rumo de suas pesquisas salientando a necessidade de, antes desse feito, compreender a nova arte de governar que começa a se desenvolver nas sociedades europeias no decorrer do século XVI e que trará em seu bojo o embrião de novas relações políticas e econômicas. Assim como, no curso de 1978-79 – *Nascimento da biopolítica* – o filósofo manifesta a intensão de tratar sobre a biopolítica, título do curso, mas para dar seguimento a essa temática precisará antes concluir o estudo sobre a formação da razão liberal que teve início no curso anterior. Terminado o curso, ele lamenta que acabasse por se estender demais nos estudos do neoliberalismo, o que deveria ter sido apenas uma introdução, tendo menos tempo do que gostaria para se deter aos efeitos dessa arte de governar sobre a população naquilo que diz respeito à saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças, etc⁵⁷.

O filósofo nos descreve a emergência da biopolítica através de um estudo genealógico sobre a arte de governar. Ele entende que a formação dessa mentalidade de governo, que começa a se esboçar entre final do século XV e decorrer do século XVI, deve ser buscada na configuração do que se chamou na época de *Razão de Estado*. Essa arte de governo teria sua importância ampliada a partir do desenvolvimento de um dispositivo de segurança, que passou a lhe servir de base de sua sustentação. Deste modo, Foucault buscará situar historicamente a proveniência desses elementos, ou seja, de uma governamentalidade que se caracteriza pela biopolítica e cujo funcionamento se dará, principalmente, através da implantação do dispositivo de segurança.

O dispositivo de segurança será instalado dentro de uma sociedade onde já existem outros dispositivos de poder em funcionamento. Ele absorverá os principais elementos dos dispositivos anteriores, revestindo-os de uma nova roupagem. Um exemplo para ilustrar essa absorção e, ao mesmo tempo, a permanência dos elementos de um dispositivo no outro, pode

⁵⁶ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 158.

⁵⁷ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p.323(Resumo do curso).

ser observado na forma como os diversos modelos de sociedade encaminharam a questão criminal. No modelo da soberania, o dispositivo da lei se impõe a partir de uma punição espetacular e direta. Enquanto que no modelo das sociedades administrativas, o dispositivo disciplinar também irá se apoiar numa lei, porém, ele também contará com um enquadramento de vigilância que acontece antes do crime e com o condicionamento social que acontece durante a aplicação da pena. Já no modelo da sociedade de governo, o dispositivo da segurança parte da mesma matriz, uma lei penal e uma punição correlata, acrescida do enquadramento disciplinar, no entanto, ele incluirá em sua atuação uma série de informações estatísticas que teriam por finalidade mapear o problema, para, então, a partir de sua análise escolher a melhor medida a ser adotada.

O funcionamento desse dispositivo de segurança depende do levantamento de uma série de informações sobre a situação a respeito da qual ele deverá atuar. Tomemos novamente o exemplo do comportamento criminal. Antes de escolher qual será a melhor decisão a ser tomada no combate a um crime, uma série de questionamentos devem ser realizados. Por exemplo, será importante saber: qual o valor da taxa média desse tipo de criminalidade? Como será possível prever estatisticamente um tipo de delito, considerando uma determinada sociedade, em dado momento? Qual será a variação desse tipo de delito em função da área (urbana ou rural) e da classe social das pessoas envolvidas? Fatores como crises, guerras, fome, punições severas ou brandas poderão intervir nos resultados desses dados estatísticos? Qual seria o valor dos prejuízos sociais apresentado pelos números levantados? Quanto custa à sociedade a repressão a essas ações? Ou ainda, o que se apresenta como mais oneroso à sociedade, a repressão exemplar e descontinua ou uma repressão contínua? Dessa forma, observamos que a chave para essa nova estratégia de poder, operada pelo dispositivo da segurança, será a de saber como planejar a sociedade equilibrando seus dados estatísticos.

Além dos elementos que incorpora dos dispositivos anteriores, o dispositivo de segurança também se apoiará em outros quatro pontos principais. O primeiro ponto de apoio do dispositivo de segurança, tratado por Foucault, foi a demarcação do espaço. Esse dispositivo lida de uma forma bastante distinta com a questão espacial, quando comparado aos anteriores. Ele parte de uma realidade dada, onde a sua atuação deverá ocorrer, para calcular, através de um mapeamento completo, quais deverão ser as ações de governo que ele deverá encadear sobre a região em estudo. Em outras palavras, ele parte de um espaço naturalmente ocupado, com todas as implicações que isso possa significar, para então,

planejar sua atuação. Essas ações normalmente buscam, através de intervenções pontuais, regular os acontecimentos, de modo a corrigir os problemas encontrados. Esse posicionamento se difere dos praticados nos períodos anteriores, pois, tanto na soberania quanto no Estado administrativo, as soluções adotadas como meio de intervenção na organização espacial passavam pela tentativa de anulação dos problemas, o que era buscado através da transposição das relações instaladas naquele espaço para novas áreas, onde as relações pudessem ser artificialmente controladas, fosse pela referência a uma autoridade ou por sua delimitação através da hierarquia.

Portanto, entre os aspectos que diferenciam o dispositivo da segurança, daqueles que lhe são anteriores, destacamos a forma como ele trabalha com a contextualização de seus problemas, pois, ele parte do estudo numérico e estatístico da realidade apresentada, considerando-a em todas as suas variáveis, para, a partir daí, planejar suas intervenções, distintamente dos modelos anteriores que buscam por soluções artificiais. Outro aspecto que diferencia esse dispositivo é que ele não pretende atingir a perfeição, mas maximizar seus pontos positivos e minimizar seus pontos negativos, ou seja, ele irá trabalhar com o levantamento de probabilidades a fim de atingir uma média ótima. E ainda, ele irá trabalhar com uma perspectiva de futuro, ou seja, ele sempre levará em conta, para o seu planejamento, o que poderá acontecer num tempo posterior, o que quer dizer que além de operar por meio de probabilidades, esse dispositivo também direciona a sua gestão por meio do levantamento de estimativas. Foucault sintetiza sua analogia da seguinte maneira:

Digamos para resumir isso tudo que, enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. [...] ⁵⁸.

O segundo ponto de ancoragem do dispositivo de segurança, descrito por Foucault, é a forma como, nesse modelo, a sociedade irá gerir o acontecimento aleatório. A gestão do aleatório é a forma como os dispositivos de poder se comportam diante do imprevisto, do acontecimento fortuito. Foucault, para descrever as distinções nesse aspecto entre o dispositivo disciplinar e o de segurança, irá retratar o momento de transição social onde deixa de predominar a influência de cunho mercantilista para que se torne predominante a influência

⁵⁸ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 22 (na tradução brasileira: *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France -1977-1978*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.27).

dos fisiocratas. O que estava em questão nesse debate era a escolha por uma atuação, intervencionista ou não, sobre a administração dos imprevistos sociais, principalmente sobre aqueles ligados à relação produção/distribuição de alimentos, ou seja, sobre a escolha de ações protecionistas e de controle sobre as relações político-econômicas, defendida pelos mercantilistas, contra uma escolha por uma atuação liberal, onde a natureza do mercado pudesse buscar seu próprio equilíbrio, recebendo apenas intervenções pontuais, tese defendida pelos fisiocratas.

O período mercantilista foi caracterizado por um desejo de racionalizar as relações político-econômicas, de modo a evitar a falta de alimentos no mercado e, conseqüentemente, a evitar também a alta de preços. Pois, acreditava-se que, assim, também se evitaria a explosão de revoltas nas cidades. O dispositivo disciplinar, de caráter estritamente jurídico-político, estadista e de controle, que caracterizava a política econômica mercantilista, atuava através da imposição de regras, de proibições via decretos e do policiamento ostensivo. As intervenções adotadas nesse modelo consistiram num conjunto de normas que limitavam os preços, os direitos à estocagem, à importação e à exportação – a exportação só era autorizada nos casos em que a produção excedesse em muito a necessidade de consumo do país, sendo justificada como um meio para evitar baixa excessiva de preços e a falência dos camponeses.

Essas medidas de constrangimento e também de vigilância político-econômicas dominaram a Europa, do início do século XVII a meados do século XVIII, principalmente a França, pois, na Inglaterra, desde o final do século XVII, já se pensava a liberdade do comércio de alimentos, combinada com algumas ações de intervenção, como uma estratégia melhor e mais lucrativa, do que o controle absoluto sobre essas relações⁵⁹. No entanto, essas medidas intervencionistas serão gradativamente substituídas por um dispositivo de gerenciamento que procurará acompanhar cada passo pertinente à produção, fazendo somente intervenções pontuais, para que o mercado alcance, por si mesmo, o equilíbrio desejado.

O dispositivo de segurança responde a realidade de acordo com aquilo que ela tem de natural. Seu traço fundamental se reflete numa forma de governo que procure regular essa naturalidade. Ele procura gerir aquilo que não é previsto, ou seja, o acontecimento aleatório. Nele, o mercado não mais se caracterizará pela atuação de um sistema jurídico de interdição, como os mecanismos disciplinares de controle e vigilância, por entender que não se interdita ou se modela artificialmente essa natureza, mas, deixa-a manifestar-se naturalmente, pois, o que for escasso num país terá oferta abundante em outro e o preço tenderá a se equilibrar

⁵⁹ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 32-6.

através do próprio mercado. Essa técnica de poder se apoia na naturalidade das relações humanas, assim como das coisas nelas implicadas. Ela compreende essas relações a partir das dimensões biológicas dos homens, portanto, entende que essas relações sejam capazes de encontrar, sozinhas, seu equilíbrio, não precisam ser controladas, mas apenas geridas em seu aspecto aleatório.

O terceiro ponto de sustentação desse dispositivo diz respeito ao novo tipo de normalização que será instituído na sociedade. A utilização de normas para reger o comportamento das pessoas já era uma característica presente na modalidade de poder da soberania. Nessa modalidade, que se caracterizava principalmente pelo aspecto jurídico (lei/sanção), a função da lei era a de codificar uma norma, apontar o que seria permitido e o que seria proibido, remetendo para cada desobediência uma consequência penal. Já a modalidade disciplinar criou um processo de normalização a partir de sua atuação. Ela adotava um modelo de adequação considerado ótimo, para depois, moldar as pessoas de acordo com esse modelo normal, a partir da utilização de uma série de instituições que atuaria para esse fim. Nela a norma prescreve o comportamento ideal, a partir do qual haveria a classificação entre o normal (seguidor da norma) e o anormal (não seguidor).

Os mecanismos de segurança também normalizam. Mas, essa é uma normalização diferente daquela praticada no modelo disciplinar. Nesse novo processo, não se parte de uma norma dada para fazer tudo se ajustar a ela, como acontecia no modelo anterior. Esse processo de normalização consiste na identificação do normal e do anormal quando comparados a uma curva de normalidade. Essa curva é estabelecida por uma média extraída através do estudo do real. Assim sendo, o processo de normalização estabelecido pelo dispositivo de segurança será instituído através do manejo de curvas de normalidade. Maneja-se a curva daquilo que saiu da média do aceitável. Nesse processo, primeiro se estabelecem as várias curvas de normalidade, para, depois, estabelecer a norma. Ela é fruto de um estudo da realidade, cuja base é estatística. Conforme afirma Foucault:

[...] Temos portanto aqui uma coisa que parte do normal e que se serve de certas distribuições consideradas, digamos assim, mais normais que as outras, mais favoráveis em todo caso que as outras. São essas distribuições que vão servir de norma. A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito, de uma normalização⁶⁰.

⁶⁰ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 65 (na tradução brasileira: *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France -1977-1978*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 83).

E, por fim, como quarto ponto de ancoragem desse dispositivo de poder, Foucault situa a emergência de um novo sujeito social, que será o agente correlato das ações de gerenciamento da sociedade, esse sujeito é a população. Ela consiste no núcleo para o qual convergirão os elementos da biopolítica, que terá por objetivo governá-la. O problema da população já estava presente antes do surgimento da biopolítica, mas quase sempre como algo tratado em seu aspecto negativo, nas estimativas de morte pós-guerra ou após ataques epidemiológicos. O termo também aparece de um modo geral, no mercantilismo, como sinônimo de riqueza, ao representar os braços da agricultura. A noção de população ganha relevância com os fisiocratas, quando ela passa a ser entendida como um sujeito coletivo ao qual se precisa gerir e do qual é preciso conhecer seus processos naturais. A população não é um dado primitivo, é uma variável que sofre a influência de outras variáveis. O uso apenas de leis não é suficiente para controlá-la, visto que ela pode ter reações distintas em relação ao que for determinado por uma mesma lei.

Portanto, a população passa a ser o objeto técnico-político do governo, e como existe sobre a dependência de uma série de variáveis, nem as leis, nem os mecanismos disciplinares darão conta de geri-la. Ela tem sua regularidade própria (natural). O que não significa dizer que ela não possa ser alvo de ações de controle, sendo justamente seu aspecto de naturalidade o ponto por onde as estratégias de controle podem penetrá-la.

Uma das maneiras de direcionar a população é através da atuação sobre fatores aparentemente distintos dela própria, mas que implicam diretamente sobre ela. A correção nos processos econômicos pode apresentar esse resultado de controle sobre a população, se levarmos em conta que alguns fatores, ao serem manejados, implicam indiretamente para a sua acomodação. Entre esses fatores, podemos citar a regulação do fluxo da moeda, que deve irrigar todo o país, para não deixar regiões inertes. Ou ainda, a atuação sobre os processos de importação e exportação quando esses vierem a ameaçar o equilíbrio entre as ofertas de emprego e possibilidades de aquisição material. O resultado desses fatores influencia diretamente o comportamento da população e são eventos que, seguindo a linha de raciocínio fisiocrata, se regulam naturalmente, cabendo apenas alguns ajustes⁶¹.

Outro elemento que permite perceber a população como um fenômeno natural é o fato de que apesar de ser formada por indivíduos distintos, cujo comportamento pode ser imprevisível, ela, tomada em seu conjunto, é movida por uma mesma coisa, o desejo. É pelo desejo que a natureza da população se torna penetrável pela técnica governamental. É a partir

⁶¹ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 73-4.

do desejo que se produz o interesse geral da população. O problema que se coloca com essa concepção será o oposto daquele encontrado na soberania. Se antes o problema era o de saber como dizer não ao desejo do governado, agora ele será justamente o de como saber dizer sim a esse desejo⁶².

Uma terceira manifestação da naturalidade da população pode ser observada na constância de resultados obtidos pela análise de fenômenos em que se esperaria que os resultados apresentassem números variáveis, visto terem sido produzidos por causas acidentais. Os fisiocratas observaram que as taxas demográficas permaneciam em proporções constantes de um ano para outro, mesmo após a ocorrência de variáveis como guerras, epidemias ou fome. Parece que de uma forma ou de outra o número de nascimento e morte entre homens e mulheres tendiam a uma taxa demográfica equilibrada.

Segundo Foucault, no que diz respeito à população não existe uma natureza (externa) sobre a qual o soberano pudesse agir para neutralizar suas ações através da relação de obediência de seus súditos. A população em sua natureza é que servirá de instrumento para a intervenção do governo.

IV - Corpo e alma – os impactos da submissão provocados pela relação saber-poder

O domínio sobre o corpo, sobre seu funcionamento e sobre o controle de suas forças tornou possível uma nova ação do poder, que Foucault denominou biopolítica. Esse conhecimento possibilitou que o poder sobre a vida, representado pelo poder de gerenciar e promover as condições de vida de uma população, se sobrepusesse ao poder de morte, representado pelo direito do rei de tirar a vida do súdito para preservar a sua própria ou o seu reino. A posse sobre esse novo saber viabilizou as condições de domínio e de submissão dos corpos através do controle das micro-relações que os penetram, que os atravessam e os sujeitam, sem depender para isso do uso da violência ou da ideologia⁶³. Essa nova modalidade de exercício de poder se desenvolveu a partir da constituição de dois polos⁶⁴:

- O primeiro, com o desenvolvimento do comportamento disciplinar, através do estudo da anatomia política do corpo humano, dando início ao exercício do poder sobre a vida.

⁶² FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 74-5.

⁶³ FOUCAULT. *Surveiller et punir*, p. 139-40.

⁶⁴ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 182-3.

- O segundo, a partir do desenvolvimento do conhecimento e de regulação populacional que tornou o Estado meio regulador da vida;

A partir do século XVIII, podemos observar o desenvolvimento de um conhecimento específico sobre o corpo humano que não se traduz ao seu funcionamento fisiológico e que não se restringe a informações relativas à demografia ou à patologia. O corpo é posto no centro de uma teia de produção de saber e de poder, da qual engendra uma nova tecnologia política cujas radiações o atravessam, produzindo e ditando comportamentos sociais. Ele passa a ser a engrenagem de uma formação de saber e, ao mesmo tempo, de poder, que possibilita calcular estrategicamente o exercício de sua manipulação. Essa engrenagem produz o domínio de um conjunto de técnicas que permitem que se disponha do corpo do outro, atendendo aos fins que se pretenda e da maneira que se queira. Ao mesmo tempo em que amplia a força produtiva, reduz sua força política, seu poder de rebelião.

O polo “controle disciplinar”, como já explanamos no item *o foco da pesquisa na obra Vigiar e punir*, neste capítulo, se desenvolverá a partir do estudo e da observação detalhada do funcionamento do corpo, facilitando a escolha de intervenções para que dele se extraia o comportamento desejado. Esse dispositivo promoverá o esquadrinhamento do corpo, decompondo cada movimento para que possa ser executado dentro do menor tempo possível e utilizando o menor esforço. O conhecimento obtido através desse processo poderá ser largamente utilizado nas escalas de produção. Gradualmente a utilização dessas técnicas será ampliada e aplicada na sociedade como um todo, com o objetivo do controle e da sujeição das massas. A disciplina, nas palavras de Foucault:

[...] dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada⁶⁵.

O polo “regulação populacional”, como o já afirmado no item *O foco de pesquisa na obra História da sexualidade: a vontade de saber*, também neste capítulo, se desenvolve a partir de uma mudança de mentalidade que passa a entender o Estado como guardião da vida de sua população. Esse polo se formará a partir e com o apoio do dispositivo da sexualidade. Trata-se de uma tecnologia de poder e de saber desenvolvida pela burguesia, para fazer valer

⁶⁵ FOUCAULT. *Surveiller et punir*, p. 140 (na tradução brasileira: *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2009, p.119).

o alto preço político de seu próprio corpo, de suas sensações, seus prazeres, sua saúde e de sua sobrevivência.

O dispositivo da sexualidade se formou em conjunto com a tecnologia da “carne”, representada pelo conjunto de técnicas que visavam à purificação do corpo a partir do controle sobre o sexo. Ele, inicialmente, se sustentou no sistema de alianças (parentesco através do casamento) e em suas regras, mas hoje, ao contrário, é ele quem tende a sustentar o velho dispositivo da aliança. Num primeiro momento, e as interdições sobre a sexualidade, operadas por esse dispositivo, foram utilizadas pela burguesia para demarcar o diferencial do seu corpo, usando-o como meio de distinção social. Posteriormente, esse controle sobre o sexo também foi estendido às classes trabalhadoras, porém, no intuito de economizar as energias do corpo para o trabalho e para a reprodução da mão-de-obra. Após o século XIX, com as novas condições de produção a política dos corpos já não precisava da supressão do sexo ou de seu direcionamento apenas para a reprodução, ela passa, então, para uma etapa de canalização do corpo através do sexo para circuitos controlados da economia.

Esse dispositivo serviu como meio de articulação tanto para o polo do poder disciplinar quanto para o regulador das populações. Ele é o elemento que permite e favorece o controle sobre o micropoder dos corpos, através da manipulação do desejo. A sexualização da criança, assim como a histerização da mulher são exemplos de sua intervenção disciplinar; enquanto que o controle da natalidade e a psiquiatrização das perversões são exemplos da intervenção reguladora populacional, embora, em cada uma dessas situações haja a associação do exercício de um poder que se apoie na exigência da disciplina e do adestramento e que se tornará mais eficiente se for balizado por dados estatísticos. Ou seja, nenhum desses fatores estará completamente desvinculado um do outro⁶⁶. Será a soma desses dois aspectos o que possibilitará o desenvolvimento de um poder sobre a vida.

A biopolítica, inventada no século XVIII, possibilitou a criação de técnicas que se infiltraram em todas as instituições e em todos os níveis sociais. Ela serviu de meio para a manipulação tanto dos processos econômicos quanto das forças que este põe em ação, assim como, para as acomodações sociais e seus ajustes. Significou a entrada dos fenômenos próprios à vida na História. Ela trata sobre como a biologia entrou na política para, a partir dessa atuação preservá-la, sobre como as questões relativas à saúde, ao aumento da sobrevivência irão fazer parte das estratégias e tematizarão as decisões políticas. Estar e permanecer vivo

⁶⁶ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 192-3.

passarão a ser o centro das questões políticas. A ação de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos será o que distribuirá cada ser vivo em campos de valor e de utilidade.

A passagem de um poder monárquico para um de Estado será feita de forma que se instale um poder essencialmente normalizador. Esse poder se apoiará exatamente naquilo em que investe, na vida. Com isso, ele possibilitará o desenvolvimento de um saber e um controle sobre o corpo que não significará exatamente a ciência de seu funcionamento, mas de suas habilidades e permitirá um controle sobre suas forças, extrapolando sua capacidade física ⁶⁷.

A articulação dessa nova forma de poder se estruturará não no nível do discurso especulativo, mas na forma de agenciamentos concretos e o dispositivo da sexualidade será um dos seus mais importantes recursos. A burguesia descobriu o seu próprio corpo com o dispositivo da sexualidade, o que simbolizou sua autoafirmação enquanto classe social. Ela descobriu também o corpo do outro, do trabalhador, que disciplinado se tornou mais dócil e produtivo e sobre o qual a atuação do dispositivo da sexualidade permitiu completar o agenciamento biopolítico.

Como podemos perceber, o conjunto de relações de poder que Foucault chamou de biopolítica foi algo que se formou lenta e gradativamente e que foi se constituindo a partir de vários fatores aparentemente dissociados. Esse conjunto se constituiu quando um campo do saber se apropriou do corpo e, mais que isso, passou a animá-lo. Mais que controlar os corpos, essa modalidade de poder irá fazer com eles sejam capturados pela “alma”. O filósofo afirma:

Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder... Mas não devemos nos enganar: a alma, ilusão dos teólogos, não foi substituída por um homem real, objeto de saber, de reflexão filosófica ou de intervenção técnica. O homem de que nos falamos e que nos convidam a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma ‘alma’ o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo ⁶⁸.

As pesquisas genealógicas, realizadas por Foucault, nos mostram como o corpo e a alma foram inseridos dentro da política, tornando-se instrumentos de manipulação e controle social, ou seja, de governo. Em *Vigiar e punir* o filósofo nos narra a relação biopoder-biosaber, onde o corpo é atingido no seu movimento e em sua produtividade. Ele nos faz ver

⁶⁷ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 190-1.

⁶⁸ FOUCAULT. *Surveiller et punir*, p. 34 (na tradução brasileira: *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 28-9).

como a disciplina, através do conhecimento minucioso sobre funcionamento do corpo, possibilita o poder de controle sobre cada um de seus movimentos, desde o mais simples ao mais complexo. Em *A vontade de Saber*, Foucault narra a constituição do dispositivo da sexualidade, a partir do qual, por meio da incitação à confissão de tudo que se relacione ao sexo, se torna possível criar um nível considerável de conhecimento sobre a vida e sobre a vontade das pessoas, ao mesmo tempo em que permite engendrar nelas os comportamentos desejados.

A articulação desses dispositivos de biopoder e de biosaber favoreceu o aparecimento de uma nova forma de organização da política, a biopolítica. Ela consiste num mecanismo de governo dos vivos, da vida e do direito de viver, através do uso de estratégias que possibilitam o governo das populações.

CAPÍTULO II

A Governamentalidade e seus desdobramentos:

Razão de Estado, Liberalismo e Neoliberalismo.

Como já o observado, nos cursos *Segurança, território, população e Nascimento da biopolítica*, do *Collège de France*, Foucault se propõe a pesquisar sobre o biopoder. Todavia, o filósofo salienta ser necessário, de antemão, compreender qual será o tipo de racionalidade que permitirá a emergência de uma nova arte de governar que começou a se desenvolver nas sociedades europeias no decorrer do século XVI e que culminará em novas relações políticas e econômicas. Com esse feito, Foucault dá um passo adiante em seus trabalhos sobre a biopolítica. Ele estende sua análise sobre o biopoder para um campo mais amplo do que o dos dispositivos de poder, passando a analisar os seus efeitos dentro daquilo que ele chama governamentalidade. Compreende por esse termo uma nova racionalidade que permitirá a emergência de uma arte de governar que começa a se desenvolver nas sociedades europeias por volta do final do século XV e que já traz em seu bojo o embrião da biopolítica.

O termo governamentalidade é usado por Foucault para expressar uma série de fatores de cunho social, político e econômico que se encontram imbricados de forma complexa e que servirão de molde para a atuação de governo.

Podemos dizer de uma forma geral, que grande parte das pesquisas realizadas pelo filósofo esteve relacionada ao funcionamento da administração pública. Ele pesquisou sobre como o sistema punitivo foi importante para reforçar a soberania durante o período medieval, assim como os dispositivos disciplinares para a manutenção dos Estados Administrativos. Foucault pesquisou ainda sobre a importância do funcionamento de um dispositivo da sexualidade para a incitação do poder através da administração do desejo⁶⁹. Nos cursos *Segurança, território, população e Nascimento da biopolítica* essas pesquisas tornam-se mais abrangentes. Se antes elas se concentravam em um ou outro dispositivo, agora além de descreverem o funcionamento do dispositivo de segurança, elas abarcam um conjunto de ações que se costuram e se viabilizam através das atuações de governo. As relações de poder

⁶⁹ Somam-se a isso todas as pesquisas realizadas pelo filósofo a cerca das questões médicas em seus estudos iniciais e que por razões de delimitação dessa pesquisa não compõe esse trabalho.

continuam microfísicas, mas agora são analisadas a partir de um ponto vista macro, que o filósofo chama de governamentalidade. Esse termo é usado em contraste ao termo governo que pode facilmente ser confundido com o poder de Estado.

O Estado entra na reflexão de Foucault, mas não como algo já formado, nem tão pouco como o centro do poder de onde tudo irradia – mesmo porque, isso fugiria tanto de sua visão sobre poder, quanto da forma como, costumeiramente, ele evita tratar qualquer termo enquanto objeto universal. O filósofo realiza uma análise de poder que passe pelo Estado e que se amplie para além dele, que seja extra estatal e extra institucional. Quando ele se refere a governo não quer referir-se necessariamente ao estadista, pois, para ele não é o Estado que determina as ações de governo, ao inverso, são as técnicas governamentais que o permite sobreviver⁷⁰.

Foucault encontrará uma compreensão da governamentalidade naquilo que ele imagina tenha sido seu berço, no modelo pastoral formado pela Igreja cristã e na razão de Estado. É importante observar que mesmo quando Foucault trata da razão de Estado o termo não pode ser confundido ou resumido à noção de uma esfera política administrativa. Na aula de 1º de fevereiro de 1978 do Curso *Segurança, território, população*, ao esclarecer algumas questões de cunho metodológico, ele nos dá uma noção de daquilo que chamou de governamentalidade, ao dizer:

[...] Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos de análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”⁷¹.

Foucault nos mostra que a noção de governo também é algo que requer um estudo genealógico, pois, não se trata de um termo preciso e que, muito menos, não se encerra num conceito universal. Para ampliar nossa compreensão sobre o assunto, o filósofo retroage na variação do significado dessa palavra. Segundo ele, originalmente o termo governar carregava

⁷⁰ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 112-3.

⁷¹ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 111-2 (na tradução brasileira: *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France -1977-1978*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 143-4).

uma gama de significados como o de conduzir, nutrir alguém, ter com alguém o cuidado para a cura e até mesmo ter com alguém o comércio sexual. Mesmo no contexto do Renascimento a palavra é compreendida num sentido mais amplo. Não se usaria esse termo para significar apenas o governo de um território – num sentido estritamente político, as únicas coisas que podem ser governadas são as pessoas.

O que se governa não é um território. O objeto de governo é o próprio homem. Essa ideia de governo dos homens não é própria dos gregos, nem dos romanos. Quando na literatura grega há passagens que comparam o rei ao timoneiro que deve governar seu navio e conduzi-lo a um porto seguro, o objeto de governo representado pelo navio é a cidade, onde os homens são governados apenas indiretamente por estarem na embarcação. A raiz dessa ideia de governo dos homens, presente hoje no Ocidente, deve ser buscada na cultura oriental hebraica, primeiramente pré-cristã e posteriormente na cultura cristã, através da noção do pastorado⁷².

O poder pastoral era bastante comum no Oriente Mediterrâneo, entre os egípcios, assírios, mesopotâmios e, é claro, entre os hebreus. Exemplo disso é que no Egito o faraó ao ser coroado recebia as insígnias de pastor representadas por seu cajado e era declarado o pastor dos homens. Isso representava que Deus teria confiado seu rebanho ao rei que deveria zelar por ele até o dia de entregá-lo novamente a Deus⁷³.

A relação entre deuses e homens no Oriente Mediterrâneo é completamente diferente da encontrada nos povos gregos. Na cultura greco-romana a interferência dos deuses se dirige à vida e até à fundação das cidades, no templo eles aconselham e se pronunciam por oráculos, mas nunca intervêm na condução dos homens, sua interferência é contextualizada por território. Já a relação do tipo pastoral se caracteriza por uma intervenção que se exerce sobre um rebanho, ela representa uma multiplicidade de homens em movimento que será conduzida à salvação por seu pastor.

Outra característica que diferencia o poder pastoral daquele praticado entre os gregos e os romanos é que esse poder é benfazejo. No pensamento grego, assim como também no romano, o dever de fazer o bem não passa de um entre muitos outros componentes do poder divino. Também são características desse poder a onipotência, a riqueza, a capacidade de triunfar sobre o inimigo e escravizá-lo, ou ainda, a capacidade de conquistar territórios e acumular e riquezas. Já o poder pastoral se caracteriza pelo cuidado que o pastor deve ter com

⁷² FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 126-8.

⁷³ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 128.

cada um dos indivíduos que está sob seu encargo, ele deve conduzi-los de modo a lhes garantir a subsistência. Como no caso de Moisés que foi escolhido por Deus para ser o pastor de seu povo por saber cuidar bem de suas ovelhas. O poder pastoral se exprime não pelo uso da força e superioridade, mas por ter o zelo e a dedicação como fins últimos. O bom pastor não está preocupado com o benefício próprio. Sua dedicação às ovelhas é desinteressada, não visa lucro. Ele está a serviço do seu rebanho e serve de intermediário entre ele e os pastos, a alimentação e a salvação. Enfim, esse tipo de poder visa sempre um bem em si mesmo.

Foucault chama a atenção para o paradoxo inerente ao poder pastoral, pois este é um tipo de poder que ao mesmo tempo em que se aplica a um grupo precisa atingir a cada indivíduo. O pastor precisa estar de olho em todos e em cada um e, ao mesmo tempo, estar disposto a dar a sua vida pelo rebanho ou por uma ovelha desgarrada. Esse paradoxo está presente no seguinte dilema, conforme afirma Foucault:

[...] como precisa salvar cada uma das suas ovelhas, será que ele não vai se ver na situação em que, para salvar uma só ovelha, vai ser obrigado a descuidar da totalidade de seu rebanho? É esse o tema que vocês veem repetir-se indefinidamente ao longo de todas as diferentes sedimentações do texto bíblico, do Gênesis aos comentários rabínicos, tendo precisamente, no centro disso tudo, Moisés. Moisés é aquele que efetivamente aceitou, para ir salvar uma ovelha que se tinha desgarrado, abandonar a totalidade do rebanho. Ele acabou encontrando a ovelha, trouxe-a de volta nos ombros e viu, nesse momento, que o rebanho que ele havia aceitado sacrificar estava salvo, simbolicamente salvo, justamente pelo fato de que ele havia aceitado sacrificá-lo. Estamos aí no centro do desafio, do paradoxo moral e religioso do pastor, enfim do que poderíamos chamar de paradoxo do pastor: sacrifício de um pelo todo, sacrifício do todo por um, que vai estar no cerne da problemática cristã do pastorado⁷⁴.

Em síntese, o poder pastoral é aquele que se exerce mais sobre uma multidão em deslocamento do que sobre um território, que guia para um objetivo servindo de intermediário rumo a ele e que visa ao mesmo tempo atingir a todos e a cada um em sua paradoxal equivalência. Segundo Foucault, essa ideia de governo através do modelo pastoral foi trazida e implantada no mundo ocidental por intermédio da Igreja cristã, que o institucionalizou. Através dela, o modelo pastoral, desde os séculos II e III depois de Cristo até o século XVIII, não parou de crescer e se aperfeiçoar. Ele se transformou consideravelmente, foi deslocado, desmembrado, transformado, integrado a diversas formas, sem nunca ter sido abolido⁷⁵.

O pastorado teve algumas de suas características bastante ampliadas a partir do cristianismo, o que o tornou bastante diferente daquele praticado pelo povo hebreu. Para os

⁷⁴ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 132-3 (na tradução brasileira: *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France -1977-1978*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.172-3).

⁷⁵ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 151-2.

hebreus, embora o exercício do pastorado fosse uma característica fundamental, ele era exercido apenas nas relações entre os homens e Deus. Ele não se apresentava como uma forma de institucionalização social ou política. Não existia nem mesmo a ideia de uma hierarquização entre homens onde um pudesse ser o pastor de outros. Os reis hebreus, com exceção de Davi, só eram designados como pastores quando abordados em seus aspectos negativos, em suas falhas com o povo. Outra característica é que, embora Deus fosse pastor, ele também exercia outras funções como a de legislador, por exemplo, a relação pastor-rebanho não era a única dimensão da relação entre homens e Deus.

Já na Igreja cristã o tema do pastor vai adquirir autonomia em relação aos outros. Não será apenas uma de suas dimensões, mas será a dimensão fundamental, aquela que envolve as demais. Será um tipo de relação que vai se institucionalizar num pastorado que tem as suas leis, as suas regras, as suas técnicas e os seus procedimentos. Em todos os níveis será uma relação de autoridade do pastor sobre o seu rebanho que envolve ao mesmo tempo as tarefas e os privilégios, visto que, a hierarquia da Igreja é organizada em torno do direito pastoral.

Tudo isso é muito importante para que possamos perceber como se formou essa mentalidade governamental. Ela, muito mais do que permitir o exercício de governo sobre si, o reivindica como um direito. De modo geral, podemos dizer que o poder pastoral manteve distinção frente ao poder político até o final da Idade Média. Ele se caracterizou como um poder religioso. Embora política e religião mantivessem estreitas relações nesse período, é possível afirmar que ambas conservaram suas especificidades. Apesar de haver interferências entre os poderes políticos e religiosos cada um deles manteve a sua jurisdição, mesmo quando eram aliados.⁷⁶ No entanto, o poder pastoral organizou uma enorme rede institucional que serviu como grade onde a arte de governar pode se constituir e se solidificar, pois, no fundo esse tipo de poder se dirige à formação de conduta dos homens.

O tema pastoral não foi simplesmente ignorado pelo Oriente, mas não serviu como meio para pensar o poder político, foi direcionado por alguns indivíduos para tratar comunidades religiosas, pedagógicas e para o cuidado com o corpo. Já no pastorado cristão que se desenvolveu no Ocidente a sua dimensão política foi realçada, pois através do pensamento cristão o tema do pastorado foi enriquecido, transformado, complicado, dando lugar a uma imensa rede institucional sem similares em nenhum outro lugar. O tema facilitou o desenvolvimento de uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de

⁷⁶ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 158.

manipular os homens, enfim uma arte de encarregar-se dos homens, coletiva e individualmente, ao longo de toda a sua vida e em cada passo da sua existência.

Foucault assenta o desenvolvimento do poder pastoral como o pano de fundo histórico da governamentalidade. Segundo ele, nenhuma outra civilização adquiriu características mais pastorais que as sociedades cristãs (desde o final do mundo moderno). Sendo que, essa caracterização não pode ser confundida com os procedimentos utilizados para submeter os homens a uma lei ou a um soberano, nem com os métodos utilizados para a formação de crianças ou os utilizados para persuadir pessoas mais ou menos contra a sua vontade. Foucault resume a noção de pastorado da seguinte forma:

[...] o pastorado não coincide nem com uma política, nem com uma pedagogia, nem com uma retórica. É uma coisa inteiramente diferente. É uma arte de governar os homens, e é por aí, creio, que devemos procurar a origem, o ponto de formação, de cristalização, o ponto embrionário dessa governamentalidade cuja entrada na política assinala, em fins do século XVI, séculos XVII-XVIII, o limiar do Estado moderno. O Estado moderno nasce, a meu ver, quando a governamentalidade se torna efetivamente uma prática política calculada e refletida. A pastoral cristã parece-me ser o pano de fundo desse processo, estando entendido que há, por um lado, uma imensa distância entre o tema hebraico do pastor e a pastoral cristã e [que] haverá, é claro, outra distância não menos importante, não menos ampla, entre o governo, a direção pastoral dos indivíduos e das comunidades e o desenvolvimento das artes de governar, a especificação de um campo de intervenção política a partir dos séculos XVI-XVII⁷⁷.

Entre o final do século XV e início do século XVI uma série de transformações nos campos religiosos, políticos e econômicos possibilitarão a intensificação do poder pastoral no âmbito religioso e também sua transposição para o campo político. Foucault atribui essas transformações à explosão de insurreições de conduta que se espalhariam por toda a Europa durante o século XV. Elas culminariam com a Reforma protestante e com a Contrarreforma católica como tentativas de retomada do controle. Como resultado dessas revoltas de conduta não assistiríamos ao desaparecimento do pastorado, mas ao contrário, à sua intensificação no campo espiritual e sua extensão para o campo político⁷⁸.

O filósofo constata que as insurreições de conduta não se voltaram contra o fato de que houvesse uma condução à vida humana. Havia na época uma concordância sobre a existência de práticas de condução. Os questionamentos se aplicavam sobre quem deveria conduzir, como o homem deveria ser conduzido, ou ainda, como eu mesmo deveria me conduzir. Em suas palavras:

⁷⁷ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 169 (na tradução brasileira: *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France -1977-1978*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 219-20).

⁷⁸ FOUCAULT. *Ibidem*, p.233-5.

Insistir no fato de que essas contracondutas não tinham por objetivo: como se livrar do pastorado em geral, de todo pastorado, mas sim: como desfrutar de um pastorado melhor, como ser mais bem guiado, mais seguramente salvo, melhor manter a obediência, melhor aproximar-se da verdade. Várias razões. Esta: que o pastorado tinha efeitos individualizantes: ele prometia a salvação a cada um e de forma individual; ele implicava a obediência, mas como uma relação de indivíduo com indivíduo, garantindo pela própria obediência a individualidade; ele possibilitava que um conhecesse a verdade; melhor: a sua verdade. [...] A grande crise do pastorado e os assaltos das contracondutas que permitiram essa crise não levavam a uma rejeição global de toda conduta, mas a uma busca multiplicada para ser conduzido, mas como convém a aonde convém. Donde a multiplicação das “necessidades de conduta” no século XVI⁷⁹.

Essa ideia de condução se instalou a partir de duas formas, a primeira sob a forma e organização de um poder do tipo pastoral e a segunda sob a forma de direção de consciência, de direção das almas. Em *A vontade de saber*, Foucault nos chama a atenção sobre a intensificação de algumas práticas de condução como as da confissão e do exame, que adquiriram maior importância a partir da Contrarreforma. Antes da Contrarreforma a confissão era exigida numa periodicidade anual, depois disso, essa exigência passou ser cotidiana. O que nos demonstra que ela, nesse período de intensificação pastoral, tenha sido reconhecida com uma das mais importantes estratégias de exame e direcionamento de conduta, pois, fazia com que as pessoas falassem sobre si, não apenas sobre suas infrações, mas sobre seus desejos e pensamentos mais íntimos. Essas práticas da confissão não se limitaram aos muros da Igreja, também foram estendidas como algumas das práticas governamentais adotadas por médicos e pedagogos em outros campos sociais⁸⁰.

É importante lembrar que durante a Idade Média não havia divergência sobre as questões relativas a essa condução, visto que, Igreja e soberano caminhavam juntos para uma mesma direção, a salvação dos homens. O soberano era alguém cujo intuito era o de prolongar as ações de Deus na terra enquanto os homens aguardavam que Ele retornasse e, para tanto, o rei deveria reger seu Estado, sua cidade ou província de acordo com as leis da natureza, símbolo da vontade divina. Já a Igreja deveria se preocupar com a condução das almas desses homens para sua salvação espiritual, enquanto compartilhava da mesma espera⁸¹. Apesar de terem campos de atuação distintos, ambos confluíam para uma mesma direção. Será essa confluência de interesses entre o que é pertinente aos homens e o que é pertinente a Deus que

⁷⁹ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 237, nota de rodapé (na tradução brasileira: *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France -1977-1978*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 310).

⁸⁰ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 27-8.

⁸¹ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 239-40.

será rompida ao longo do século XVI, possibilitando o afloramento de uma nova mentalidade política, de característica governamental, que terá início com a razão de Estado.

Deve-se entender aqui que uma série de fatores como as descobertas astronômicas, científicas e políticas serviram de pano de fundo para a formação de uma mentalidade que faz entender que Deus não é aquele que governa o mundo, mas que apenas o rege segundo leis gerais, imutáveis, universais e inteligíveis, ou seja, que podem ser acessíveis à razão humana. A saída de Deus do governo das vidas humanas abre espaço para o governo político e acena para o entendimento de que o soberano seja não mais aquele que apenas reina para se tornar aquele que governa.

Essas questões marcaram a introdução de uma racionalidade que no plano micro discutia como deveria ser governada a condução das crianças, da família, da saúde pública, enfim como seria possível favorecer a sobrevivência de uma população. No plano macro, a introdução dessa racionalidade representou uma mudança de mentalidade nos objetivos gerais do próprio Estado. Os objetivos dessa nova racionalidade giravam em torno da garantia de sobrevivência do Estado, num contexto de competitividade mundial. Os projetos medievais de unificação das nações em um império administrado de acordo com a vontade e espera de Deus deixam de compor as metas de governo.

Foucault nos mostra como vai se formando a ideia de um Estado cujos princípios de ações administrativas se diferem daqueles da soberania representada pelo príncipe de Maquiavel. O príncipe, descrito por Maquiavel, é aquele que ainda não havia consolidado o domínio sobre seu território. Seu reino seria alvo frequente de contestação e, por isso, suas ações deveriam ter como objetivo a manutenção territorial. A razão de Estado se desenvolve dentro de outra lógica, de outra forma de inteligibilidade onde a estabilidade territorial já não será o maior problema. O príncipe, nesse período, terá que empreender ações que venham a conservar e fortalecer o próprio Estado. Isso deve acontecer num cenário de concorrência, de disputa e de rivalidades política e econômica, dentro de um contexto mundial. Foi o enraizamento dessa racionalidade, não apenas sobre a ação individualizada, como também sobre a ação pública, que impulsionou a adoção de um regime político cuja principal ideia é a de governo.

O filósofo nos descreve a governamentalidade dividida em três atos. O primeiro seria o da razão de Estado que é o período de formação da própria arte de governar. O segundo ato seria o do liberalismo, que significou uma primeira reformulação geral dessa arte de governar.

E, o terceiro seria o do neoliberalismo, que se configurou a partir de uma segunda reformulação.

I- A razão de Estado

Como podemos perceber então, a razão de Estado seria uma primeira etapa daquilo que Foucault chamou de governamentalidade. Sua compreensão é algo bastante importante por se tratar de um período de composição de uma mentalidade de governo, cuja base se estende até os dias de hoje.

A emergência dessa nova mentalidade de governo que culminaria na razão de Estado começou a se esboçar já no final do século XV e decorrer do século XVI. Uma série de processos bastante distintos influenciou para isso, entre os quais podemos citar: as resistências ao pastorado, as insurreições de conduta, o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento das ciências. Essa soma de processos foi de fundamental importância para que houvesse a ruptura entre o governo dos homens e o governo de Deus. A ação política ganhou peso na sociedade com a introdução em seu cerne de elementos do modelo pastoral e com o entendimento de que o reino da natureza seria regido por leis universais e possivelmente conhecidas pelos homens, desmistificando sua ação.

Todo esse processo significou a abertura para uma reflexão política que formulava outra maneira de pensar o poder, de pensar o reino e o ato de reinar, outra maneira de pensar ainda as relações entre os reinos celeste e terrestre. Tudo isso fez do Estado o principal agente dessa política. Nesse modelo não há mais nenhuma relação ou subordinação entre as coisas de ordem do Estado e as coisas de ordem metafísica. A ideia da política como algo regido por uma ordem natural ou divina, a partir de leis fundamentais da natureza, perdeu sua influência.

Em outras palavras, a Razão governamental tinha por princípio e fim o funcionamento do Estado. Ela seria o meio articulador da relação essência-saber, ou seja, ela comporia a própria essência do Estado cujo conhecimento possibilitaria o seu funcionamento. Esse modelo seria, portanto, o elemento que buscaria reunir tudo o que o Estado viesse a precisar para existir e se conservar. Essa racionalidade política teria como foco fundamental o Estado. Ela seria o seu princípio de inteligibilidade – uma ideia reguladora do pensamento e da prática que nós chamamos política.

O Estado se apresenta dentro dessa razão de Estado na forma de um paradoxo. Ele se apresenta como o portador de uma dupla realidade. Uma delas é que ele deve preexistir à razão de Estado, uma vez que esta se define como certo tipo de racionalidade que permitiria

regrá-lo. A outra realidade é a que ele deve se constituir, à luz dessa racionalidade. Ou seja, se por um lado só se pode governar o que já existe, a saber, o Estado, por outro, esse mesmo Estado será algo que se quer constituir através dessa prática de governo. Portanto, ele é algo ao mesmo tempo dado e a se constituir – o objetivo maior dessa racionalidade é fazê-lo passar do ser para o dever ser⁸². E a razão de Estado será o ajuste entre essas suas duas vertentes.

Com a razão de Estado as relações internacionais também ganharão um novo direcionamento, elas passarão por uma nova compreensão. Os Estados não se verão mais como rivais, passarão a se perceber como concorrentes. Se antes a rivalidade entre príncipes se sustentava na preocupação com os recursos monetários, com as posses pessoais e com as alianças de família. Com a concorrência entre Estados ela se baseará na força que suas riquezas intrínsecas vierem a representar, a partir do acúmulo de moeda, de recursos naturais, de suas possibilidades comerciais, da balança de troca, e das alianças que ele possa estabelecer com outros Estados, ainda que essas alianças tenham um valor provisório.

Para garantir o fortalecimento do Estado no cenário internacional será adotada uma política de cunho altamente intervencionista, cujas estratégias são típicas de um Estado administrativo. Essa política pretende o controle dos preços e o equilíbrio da balança comercial entre as exportações e as importações. As estratégias de atuação serão realizadas à base de decretos, taxas alfandegárias e através da vigilância para o controle da produção e o combate à estocagem. Elas têm como objetivo final o próprio controle administrativo. A ideia de Estado forte se sustenta na quantidade de ouro que ele possa acumular e sua constituição passará basicamente pela adoção de dois grandes conjuntos estratégicos, um deles será o dispositivo diplomático-militar; e o outro será o dispositivo de polícia que serão postos em ação, concomitantemente, para manutenção das forças de governo. Esse cenário que se constitui também ficou conhecido como mercantilismo.

O dispositivo diplomático-militar será o conjunto estratégico responsável pelo posicionamento do Estado em suas relações exteriores. Sua atuação será determinada por sua capacidade de conservação, de manutenção e de constituição de alianças. Esse dispositivo busca saídas que garantam a ampliação máxima das forças do Estado dentro de um mercado externo europeu. No entanto, ele também deve exercer um autocontrole, para que esse crescimento não se transforme em uma ameaça aos outros Estados, pois, o equilíbrio da balança europeia só pode ser atingido se forem eliminadas as ameaças imperialistas e

⁸² FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p.294-5.

hegemônicas, visto que todo crescimento deve ocorrer dentro de um equilíbrio comercial e político entre os Estados europeus.

Nesse contexto, uma nova ideia de Europa se fortalece e passa a regular as relações internacionais. Essa ideia de unidade continental, contudo, não apresenta interesses universalistas ou imperialistas em relação aos países desse bloco – vale salientar que o que chamava de Europa no início do século XVII era o conjunto dos países que faziam parte do Tratado de Vestefália o que deixava de fora a Inglaterra e a Rússia. Os Estados permanecem com sua individualidade política, apesar dos desníveis de riqueza. Essa necessidade de manter a autonomia em meio a um pluralismo de Estados deu forma a uma maneira precisa de governar que é a da política econômica.

A preocupação com balança europeia compreendia as políticas internacionais que visavam um equilíbrio entre os países. Nenhum Estado poderia ser tão forte que individualmente ou em bloco pudesse dominar aos demais. Esse era ao mesmo tempo o limite e a motivação para a formação de alianças. Elas deveriam evitar que a força de um Estado fosse maior que a de todos os outros reunidos. Era nisso que consistia a ideia de equilíbrio europeu.

Como pano de fundo para a manutenção do equilíbrio entre os países nasce uma esperança escatológica de uma paz mundial. Essa ideia de paz mundial vem substituir a esperança imperialista, alimentada por muito tempo pela Igreja católica, de formação de um reino que possibilitaria a redenção divina do mundo. O fim da história seria então atingido a partir de uma política econômica internacional que levaria à paz perpétua, através do equilíbrio comercial de suas unidades. No entanto, um dos instrumentos para se atingir essa paz seria a possibilidade iminente de guerra. Todo e qualquer país deveria declarar guerra a quem ameaçasse romper com esse equilíbrio. O segundo instrumento a ser utilizado para a manutenção da paz seria a diplomacia. Ela, através de seus diplomatas, deveria tecer alianças e tratados que visassem a esse equilíbrio, inclusive com a possibilidade de uma organização internacional das nações. O terceiro instrumento mediador nessas relações internacionais seria a conservação permanente de um dispositivo militar. Ele comportaria profissionais de carreiras especializados nas artes da guerra, a composição de uma artilharia, de equipamentos de fortaleza e de transporte e, enfim, uma reflexão tática. Esse instrumento seria essencial para a atuação diplomática, política e econômica cujo cálculo de equilíbrio e a manutenção de forças se dariam pela guerra.

Como observamos, o dispositivo diplomático-militar foi fundamental dentro de uma política de equilíbrio internacional, mas, para o desenvolvimento de uma política interna seria necessário outro conjunto estratégico cujo objetivo fosse o fortalecimento do Estado. Dentro de um cenário de concorrência entre as nações só seria possível o equilíbrio europeu se cada Estado fosse capaz de crescer na medida da capacidade máxima de suas forças. O conjunto estratégico criado com esse objetivo foi o do dispositivo de polícia. Ele era responsável por manter a boa ordem do Estado fazendo com que ele se desenvolvesse ao máximo nos aspectos de sua política econômica interna.

Apesar de existir um contexto de concorrência entre as dinastias havia um consenso sobre a ideia de que as polícias de todos os Estados deveriam funcionar bem. O não funcionamento da polícia de qualquer um dos Estados poderia acarretar no desequilíbrio europeu. Para evitar esse problema foi pensada a intervenção de uma polícia interestatal. Esse interesse pela manutenção do equilíbrio entre os Estados europeus aproximou a política interna do uso do dispositivo de polícia com a política externa da diplomacia. Havia entre elas ao menos um instrumento de uso comum que era a estatística. Era preciso que cada Estado pudesse conhecer as suas próprias forças e também a de seus vizinhos para que pudesse estabelecer uma comparação a partir da qual acompanharia e manteria seu equilíbrio. A estatística era, portanto, o principal instrumento do dispositivo de polícia e foi ela a responsável por seu funcionamento.

A polícia deveria ser a expressão mais bem elaborada sobre o governo – ela exercia a função da moralidade, da riqueza, e como referencial da educação e profissionalização dos indivíduos. Ela deveria se ocupar em saber o número de homens, pois quantificá-los era importante tanto para promover as atividades em que eles deveriam se ocupar numa utilidade estatal quanto para intervir em ações que fizesse esse número aumentar, pois, a força de um Estado dependeria, entre outras coisas, de seu número de habitantes. Ela deveria se ocupar também para que esses homens tivessem acesso aos gêneros necessário à vida. Isso significa que a polícia era responsável por uma política agrícola que aumentasse a população do campo, pelo controle do comércio, da circulação, da qualidade dos gêneros e das provisões para os momentos de escassez alimentar. Ela deveria se encarregar dos problemas relacionados à saúde para que esses homens tivessem vigor para trabalhar, portanto, deveria se ocupar do combate a epidemias, mas também de problemas cotidianos ligados à saúde pública como os de saneamento básico e higienização dos espaços urbanos. Estando os homens providos de suas necessidades alimentares e gozando de boa saúde formariam um

grande número, deveria haver então nesse momento maior preocupação da polícia com as atividades que esses homens deveriam exercer. O que significaria garantir que todos que se encontrassem em condições de trabalhar tivessem uma ocupação e que essa ocupação fosse distribuída de acordo com as necessidades para o bom funcionamento do Estado. Devia-se prover unicamente a necessidade dos pobres inválidos. A polícia deveria ocupar-se também com meios de infraestrutura para garantir a circulação das pessoas e das mercadorias, assim como, da regulamentação para o uso desses espaços. Em resumo, o papel da polícia era o de se encarregar das atividades do homem enquanto esse se relacionava com o Estado. Ela era a responsável por levar esse Estado à sua perfeição, tanto no que se referia ao número de homens, de sua capacidade da vida, de saúde, das atividades que ele deveria desenvolver, por fim, deveria garantir a circulação – dos homens, das mercadorias, do ar limpo, o ambiente livre de miasmas – para que dela o Estado pudesse tirar sua força.

Como observamos, será a partir da soma desses dois conjuntos de dispositivos, o diplomático-militar e o de polícia, que será posta em vigor uma dinâmica de força cuja racionalidade, através de cálculos muito específicos, viabilizará o funcionamento uma política econômica praticada pelo Estado. O Estado é posto em funcionamento, portanto, a partir de um certo olhar político que a Razão de Estado deita sobre todos os meios sociais e, especialmente, sobre aqueles que devem ser por ele criados e conservados. A sua movimentação no sentido de se autolimitar nas relações internacionais, praticada pelo dispositivo diplomático-militar, terá como correlato a atuação interna ilimitada promovida pelo dispositivo de polícia.

A ação ilimitada do Estado, praticada pelo dispositivo de polícia, terá como contrapeso a instituição judiciária. Instituição que passará a exercer um papel contrário ao que lhe coube durante o período medieval. Se antes ela havia funcionado, junto com o exército, como multiplicador e afirmador do poder real frente aos complexos jogos de poderes feudais, agora, com a razão de Estado, ela servirá como uma forma subtrativa das forças desse poder real. A partir do século XVI e durante o século XVII os juristas vão cobrar do poder político o respeito às leis fundamentais do reino, pois, em seu entendimento essas leis seriam anteriores e constitutivas do Estado, como por exemplo, no caso do direito natural ou das teorias de contrato social, e que por isso deveriam ser respeitadas pelos reis por mais absoluto que fosse o seu poder. Haverá, então, toda uma reflexão histórico-jurídica que fará oposição a esse poder absoluto que a razão de Estado proporciona ao soberano. Porém, essa oposição dos juristas ao Estado é extrínseca à razão de Estado. Ou seja, o soberano, na razão de Estado não

está preocupado com a legitimidade de suas ações, sua relação com o Estado se encontra fora da órbita do direito. O aspecto jurídico só será levado em consideração quando a razão de Estado tiver extrapolado aquilo que seria o limite de direito, podendo por isso o governo ser considerado ilegítimo e os súditos desobrigados a reconhecê-lo. Para outras questões, o direito terá uma influência menor nessa configuração de Estado.

O Estado foi o princípio de inteligibilidade das ações políticas e o responsável direto pelo governo das ações econômicas durante o período da razão de Estado. Ele atuava como uma ideia reguladora do pensamento que definia essas práticas. Foucault entende que a emergência dessa mentalidade liberal que começa a se esboçar entre final do século XVII e início do século XVIII se deve principalmente à polêmica causada por esse intervencionismo absoluto do Estado. As mudanças empreendidas nos campos da política econômica receberam uma influência decisiva dos debates intelectuais que se travavam, durante todo esse período, em torno da razão de Estado e da arte de governar. Esse debate envolvia juristas, filósofos e economistas e tinham como tema central o questionamento sobre como deveria atuar um bom governo.

II- O Liberalismo:

Uma boa parte das críticas empreendidas à Razão de Estado será apresentada pelos fisiocratas. Um grupo de economistas políticos que acabaram por exercer uma influência decisiva no modelo de arte de governo que vai se formar por volta de meados do século XVIII, o liberalismo. Eles defendem que a melhor medida para conseguir o almejado equilíbrio do Estado – interno e externo – não é a interferência massiva sobre as ações econômicas, ao contrário, é a sua liberdade. Segundo eles, um bom governo não é aquele que comanda a economia, mesmo que seja a partir de uma racionalidade específica. A melhor forma de governar a economia é deixá-la agir com naturalidade. A intervenção do governo deve acontecer apenas sobre aquilo que venha a impedir ou dificultar essa liberdade econômica.

Essa nova arte de governar implica na adoção de um princípio de limitação que deve ser intrínseco ao governo. Esse novo aspecto faz com que apareça uma distância significativa entre essa nova forma de governar e o mercantilismo que se caracterizava pela ampliação das ações de governo através da adoção de um modelo de Estado fortemente administrativo.

Esse princípio de limitação da arte de governar apresentará algumas características que lhe serão específicas. Primeiro, será uma limitação de fato. Isso o coloca em oposição a uma limitação oriunda do direito. Mesmo que o direito venha a transcrever essa limitação na forma de regulamentação, sua transgressão não significará ilegitimidade ou injustiça por parte do governo, pois esse limite foi estabelecido por ele mesmo. Segundo, apesar de ser um limite de fato ele é ao mesmo tempo geral. Isso quer dizer que embora tenha sido estabelecido pelo próprio governo, quem governa terá de respeitá-lo. Esse limite não deve ter o peso de um simples conselho que pode ou não ser seguido. Ele deverá funcionar como a indicação do caminho que será adotado em qualquer circunstância. Terceiro, a limitação da atuação do governo não deve ser buscada em nenhum lugar que esteja fora da própria prática governamental. Ela terá um princípio de autolimitação. Somente o governo será capaz de calcular, a partir de seus próprios objetivos, como deve se dar essa autolimitação. Quarto, embora a limitação demarque o que deve ser e o que não deve ser feito pelos governantes, essa demarcação não cinde os súditos. Ou seja, ela cria uma divisão entre as coisas que podem ser feitas e as que não podem ser feitas, mas não estende essa divisão sobre as pessoas. Quinto, o modelo de limitação que será praticado será o de uma transação. Isso significa que ele não será imposto nem dos governantes aos governados e nem dos governados aos governantes. Ele se constituirá a partir de transações, o quer dizer que se dará pela mediação entre conflitos, acordos, discussões e concessões recíprocas que oferecerão a demarcação daquilo que deve e que não deve ser feito.

Esse princípio de limitação interna que se forma dentro do governo fará parte de uma crítica interna da razão governamental. A ação abusiva que possa ser cometida por ele não terá mais a caracterização de legítima ou ilegítima. Ela terá uma conotação diferente da limitação que vinha externamente através do recurso do direito. A medida para saber se o governo é abusivo ou não será obtida no comparativo entre o limite que lhe é estabelecido através de sua racionalidade prática e os excessos que ele possa cometer transgredindo esse limite.

Segundo Foucault o que teria permitido a emergência dessa nova arte de governar, dessa espécie de limitação interna, seria a adoção da economia política⁸³ como tipo de racionalidade que irá conduzir as ações de governo. A economia política teria se desenvolvido

⁸³ Por volta de 1750 e 1820 o termo economia política ainda não expressava um conceito único, ainda não havia consenso semântico a seu respeito. O termo poderia se referir estritamente à produção e circulação de riquezas, poderia se referir de uma forma mais ampla ao método utilizado pelo governo para assegurar o enriquecimento da nação ou poderia referir ainda a uma espécie de reflexão sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes numa sociedade. FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 15.

no cerne da razão de Estado. Seu objetivo visaria ao desenvolvimento do Estado através do crescimento simultâneo e ajustado entre população e os meios de subsistência. Ela se mostra diferente do direito em vários aspectos.

Primeiro, o direito se desenvolve paralelamente à razão de Estado e não é assimilado por ela. Já a economia política nasce no interior da razão de Estado e caminha junto a ela. Segundo, o direito reivindica para si a função de regular e de impor limites à razão de Estado, a partir de um ponto externo. Ele atuará como meio opositor à razão de Estado. Já a economia política se reflete nas próprias práticas de governo e se propõe a garantir a ajustada e proveitosa concorrência entre Estados. Terceiro, o direito se questiona sobre a legitimidade ou sobre a justiça presente nas ações. Já as preocupações da economia política refletem sobre seus efeitos reais no próprio desenvolvimento do Estado. Ela não se interroga sobre a legitimidade dos atos praticados pelo governo, nem se questiona acerca dessas práticas se elas são justas ou injustas (âmbito do direito). Quarto, o direito pressupunha uma região natural, reservada e preservada, onde o exercício de poder não pudesse atingir a não ser de forma ilegítima. Já a economia política descobre certa naturalidade, certa regularidade nos fenômenos próprios ao governo e, ainda, que a regularidade desses fenômenos se dá por mecanismos inteligíveis. Esses fenômenos podem ser contrariados, perturbados e até obscurecidos, mas não podem ser evitados nem ter seus efeitos suspensos definitivamente. O que ela percebe é que não são os direitos naturais que devem regular esse governo, mas uma naturalidade própria aos seus objetos. A economia política defende que essa natureza presente nos fenômenos sociais, e, portanto de governo, não deve ser atropelada, pois desconsiderá-la pode trazer consequências negativas à própria arte de governo. E, quinto, outra mudança de perspectiva em relação ao direito é que com a economia política o que estará em jogo nessa nova prática de governo será o sucesso ou insucesso de suas ações e não mais sua legitimidade. O fracasso das ações pode não mais corresponder à ruindade do príncipe, mas à sua limitação causada pelo desconhecimento. O príncipe não será mais visto como aquele capaz de ver e saber tudo. Existem coisas que escapam ao seu conhecimento.

O governo deve aprender como governar menos. Um governo não sabe o quanto se arrisca a governar excessivamente. Ele não sabe também os limites internos que deve seguir. Quem irá lhe ensinar essa autorregulação é o saber da economia política. A economia política introduz a natureza das coisas como o limite a ser fixado pela arte de governar. A partir dela a naturalidade econômica passará a se impor no lugar de uma Razão de Estado. A principal característica, portanto, dessa nova razão governamental será a defesa pela instauração de um

princípio de autolimitação para as ações de governo baseado nessa natureza, pois se há uma natureza que regula os acontecimentos, então não há o que se possa fazer sem respeitá-la. A partir desse limite o governo poderá julgar se suas práticas serão uteis ou não.

O liberalismo seria a forma de governo que se tornou predominante nessa nova arte de governar, ocorrida entre meados do século XVIII. Porém, ela não se trata de algo realmente novo. Essa nova racionalidade que passa orientar as ações de governo não é totalmente outra. Ela seria, antes, uma dobra da razão de Estado sobre si na curva de seu próprio desenvolvimento, para continuar a existir. Não se trata de sua superação, mas de seu refinamento interno. Não foi a teoria econômica que fez surgir uma nova arte de governo. Foi a liberação do mercado como meio de ebulição de verdades que deu a linha para que essas alterações fluíssem no interior da própria razão de Estado.

Com isso, o mercado passou a ser o lugar de constituição da verdade. Ele que já havia sido um dos objetos privilegiados das ações intervencionistas desde a Idade Média, agora passará a ser a ferramenta de cálculo que enunciará a verdade na prática de governo. A natureza do vínculo entre razão de Estado e regime de verdade será imposta pela economia política. Os mecanismos de naturalização das práticas de mercado é que determinarão as verdades que o governo deverá seguir⁸⁴. Conforme Foucault observa:

O aparecimento da economia política e o problema do governo mínimo eram, como procurei lhes indicar, duas coisa interligadas. Mas creio que é preciso tentar precisar um pouco mais a natureza dessa conexão. Quando falo em conexão de economia política à razão de Estado, quer isso dizer que a economia política propôs certo modelo de governo? Quer dizer que os homens de Estado se iniciaram na economia política ou que começaram a ouvir os economistas? Quer dizer que o modelo econômico tornou-se princípio organizador da prática governamental? Não foi, evidentemente, isso que eu quis dizer. O que eu queria dizer, o que procurei designar, era uma coisa que é, a meu ver, de uma natureza e de um nível um pouco diferentes. (...) E é esse lugar mesmo, e não a teoria econômica, que, a partir do século XVIII, vai se tornar um lugar e um mecanismo de formação de verdade. (...) Esse lugar de verdade não é, evidentemente, a cabeça dos economistas, mas o mercado⁸⁵.

O papel social do mercado sofreu variações em cada época. Entre os séculos XVI e XVII ele passou a ocupar um lugar que antes era atribuído ao direito, exercendo uma função que, de certa maneira, seria de jurisdição. No período da soberania era a ação jurídica quem decidia sobre o preço justo, sobre o equilíbrio entre as nações, sobre a reação às irregularidades, enfim, sobre os conflitos oriundos das práticas comerciais. Com a razão de

⁸⁴ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 31-4.

⁸⁵ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 31 (na tradução brasileira: *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France - 1978-1979*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 41-2).

Estado foi o mercado quem passou a exercer esse papel de justiça, ao estabelecer toda uma regulamentação para as práticas do comércio. Os preços ali praticados eram considerados como um preço justo, pois conciliava o trabalho empregado, as necessidades do comerciante e as do consumidor. Ele era o lugar também da prática de uma justiça distributiva, pois todos os esforços eram empenhados para que os produtos chegassem com boa qualidade, senão para os mais pobres, ao menos para alguns pobres. Ele era, principalmente, o meio de salvaguardar os consumidores contra o perigo de uma mercadoria ruim ou da fraude de quem vendia.

A partir de meados do século XVIII o mercado perderá essa característica de lugar de jurisdição. Ele passará a ser visto a partir de dois prismas. O primeiro é como uma coisa que obedece a mecanismos espontâneos de funcionamento, cuja natureza não pode ser modificada. O segundo prisma é como um lugar de verdade. O mercado é o lugar onde os mecanismos naturais podem aparecer e que quando deixados agir em sua naturalidade são capazes de dizer o preço normal da mercadoria, ou seja, a sua verdade. A combinação desses elementos naturais pertinentes ao mercado é que vai exprimir a relação adequada entre produção e extensão da demanda e que formará o preço natural dos produtos. Nas palavras de Foucault:

Não, é claro, que os preços sejam, em sentido estrito, verdadeiros, que haja preços verdadeiros e preços falsos, não é isso. Mas o que se descobre nesse momento, ao mesmo tempo na prática governamental e na reflexão dessa prática governamental, é que os preços, na medida em que são conformes aos mecanismos naturais do mercado, vão constituir um padrão de verdade que vai possibilitar discernir nas práticas governamentais as que são corretas e as que são erradas⁸⁶.

O mercado é quem dará os parâmetros para que um governo seja considerado como bom e que funcione com base na verdade. E a teoria econômica será a expressão dessas relações de mercado através da formulação de verdades que serão aplicadas sobre a prática governamental.

Essa nova mentalidade sobre o mercado será aplicada tanto na política interna quanto na política externa. Se para o mercantilismo, no que tange a sua política externa, o limite era não atrair a insatisfação dos outros países, não ser hegemônico, para garantir um equilíbrio geral – usando-se a diplomacia ou a guerra para interromper um jogo de concorrência quando um país ameaçava o interesse dos demais – nessa nova arte de governo, o que dará as balizas para a política externa será o equilíbrio obtido pela liberdade mundial de comércio, regulamentada pela ação do mercado. No pensamento fisiocrático, o preço natural das coisas é

⁸⁶ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 33 (na tradução brasileira: *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France - 1978-1979*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 44-5).

aquele que será proveitoso de ambos os lados (vendedor/comprador), ou seja, que oferece proveito duplo. O mercado funciona como um veículo de enriquecimento mútuo. Um Estado não enriquece sem o enriquecimento de outros, o que significa que o enriquecimento será em blocos e o empobrecimento também.

Com o exercício da liberdade natural de mercado o jogo da concorrência trará um benefício duplo, de quem vende e de quem compra. Portanto, não há perdedores, todos ganham. A oscilação de preço em torno do valor da mercadoria põe em funcionamento um mecanismo de enriquecimento mútuo. Essa ideia de que o enriquecimento só pode acontecer se ele for mútuo muda a realidade do comércio mundial. A tendência para a qual essa perspectiva aponta é para um enriquecimento correlativo, em bloco, regional. A partir dessa visão, ou os países da Europa enriquecem juntos ou empobrecem juntos.

A abertura do mercado mundial irá inseri-lo num novo tipo de cálculo onde os mercados sejam sempre expansíveis, desde que o fluxo de entrada e de saída permaneça, ou seja, desde que haja outros mercados para sustentar esse enriquecimento. Uma ideia de planetarização do mundo ganhará força e seu centro será a Europa. A Europa será o sujeito econômico, político e coletivo de todo esse processo. Nesse novo jogo econômico ela convocará seus países para abrir suas fronteiras rumo a mundialização comercial. Porém, seus países é quem darão as cartas, sendo que o resto do mundo é que estará em aposta.

Nesse contexto, a discussão em torno da paz mundial também ganhará uma nova conotação. Se com a balança comercial mercantilista ela se apoiava na busca por um equilíbrio internacional, com a adoção dessa política econômica de ampliação dos mercados e redução de fronteiras muitos teóricos passam a defender que à paz perpétua seria uma consequência da acomodação desse processo. Ou seja, que ela seria o ápice de um curso natural produzido pela planetarização comercial.

O funcionamento desse grande mercado terá como pré-requisito o ajustamento de códigos de direito para que possam dar conta de novas demandas. Apesar de o sistema jurídico ter permanecido do lado de fora da razão de Estado não quer dizer que ele não tivesse sua importância para o funcionamento do governo. Numa arte de governar onde era necessário uma autolimitação nas relações exteriores e uma ampliação máxima das forças do Estado nas relações interiores, o sistema judiciário funcionava na forma de contrapeso, de limite externo ao governo, principalmente na atuação do dispositivo de polícia que era o meio regulador interno da sociedade. O sistema judiciário anterior perguntava sobre a legitimidade jurídica de um governo político. Agora a pergunta é sobre como legitimar juridicamente essa

nova forma de governar. Como transportar para o direito público a arte de governo, cuja validade é dada pela naturalidade do mercado através da economia política. Como justificar juridicamente essa autolimitação na arte de governar.

Essa discussão girará em torno de duas tendências. Uma delas é pela via axiomática ou jurídico-dedutiva. Essa via toma como ponto de partida a fórmula clássica do direito, que são as discussões em torno do contrato social. Ela procurará mapear os direitos naturais e originários, pertinentes a todos os indivíduos, e que teria possibilitado o contrato e, ainda, procurará identificar aqueles direitos para os quais não houve concessão. Para, então, tendo definido as divisões do direito, as esferas da soberania e os direitos do soberano, deduzir as fronteiras de competência do governo. Resumindo, ela parte dos direitos dos homens para constituir os direitos do soberano e depois chegar à delimitação das práticas de governo. A concepção de lei com que essa via trabalha é a de expressão de uma vontade coletiva que manifesta os acordos de um contrato social.

A outra via é a radical ou utilitária. Essa via consiste em partir da própria prática governamental para analisá-la em função dos limites que ela de fato tenha recebido. E, em analisar se os seus efeitos dessa limitação foram percebidos como positivos e desejáveis de repetição. Nessa via o que importa é estabelecer o que seja útil ou inútil para o governo. Para isso ela recorre a informações sobre a história e sobre a tradição política, retirando delas aquilo que seja contraditório, para preservar apenas aquilo que seja útil, independente de ser ou não legítimo. Essa via trabalha com a concepção de que a lei é a expressão de uma transação entre a esfera de intervenção do poder público e a esfera de independência do indivíduo.

Foucault observa que o utilitarismo presente no modelo liberal inglês não se reduz a uma projeção da ideologia utilitária sobre o plano político. Ao contrário, o utilitarismo é uma tecnologia de governo que passou por uma elaboração interna e que contou com a reflexão de filósofos, teóricos e juristas sobre as práticas governamentais a fim de definir sua esfera de competência e de utilidade.

A distinção dessas duas vias de problematização do direito aponta outra distinção igualmente importante que sugere duas concepções de liberdade. Junto com a via axiomática vigora a concepção jurídica de que todo indivíduo detém originalmente alguma liberdade da qual ele poderá ceder ou não certa parte no contrato. Já com a via radical utilitarista vigora a concepção de que a liberdade não seja o exercício de certo número de direitos fundamentais, mas seja percebida apenas como a independência do governado perante o governo.

Foucault sinaliza que embora o que apareça aqui é a descrição de dois caminhos, de duas concepções diferentes para lei, direito ou liberdade, não quer dizer que elas sejam incompatíveis, que elas não se cruzem. Segundo ele, a heterogeneidade não significa a exclusão, não impede a coexistência, nem a junção e nem a conexão. Uma análise através da lógica da dialética sobre essas duas concepções as trataria como sendo contraditórias e esterilizaria qualquer questionamento sobre suas relações. Nesse ponto a análise através da lógica da estratégia nos permite avançar mais, pois, possibilita perceber e verificar como se dão esses cruzamentos. Ele cita como exemplo o fato de que no século XIX o problema da utilidade acabe por recobrir todos os problemas pertinentes ao direito⁸⁷.

Se, o mercado havia sido o primeiro ponto de fixação desse governo liberal, o seu segundo ponto de fixação será o da elaboração de um poder público, cuja medida de intervenções seja o princípio de utilidade. No entanto, o governo só deve intervir nesse poder público naquilo onde sua ação possa ser considerada positiva e precisamente útil. O meio articulador desses dois princípios será o interesse. O interesse será a categoria que conseguirá juntar princípio de troca e critério de utilidade pública. Ele é quem movimentará o jogo com o qual o governo liberal terá que lidar. Ele servirá, ainda, de base e impulso para que a razão governamental reflita sobre sua autolimitação e para que tenha legitimidade ao intervir na sociedade. O que significa dizer que, essa arte de governar se apoia no valor de troca estabelecido pelo mercado e no valor de utilidade obtido pela constituição de um poder público articulado através do interesse. Esse conjunto é o que proporcionará a configuração do Estado mínimo. Como afirma Foucault:

O governo em seu novo regime é, no fundo, uma coisa que já não tem de ser exercida sobre sujeitos e sobre coisas sujeitadas através desses sujeitos. O governo vai se exercer agora sobre o que poderíamos chamar de república fenomenal do interesse. (...)

(...) Foi aí que o liberalismo colocou a questão fundamental do governo, e o problema está em saber se todas as formas políticas, econômicas, etc. que se quis opor ao liberalismo podem efetivamente escapar dessa questão e da formulação dessa questão da utilidade de um governo num regime em que a troca é que determina o valor das coisas⁸⁸.

Como no liberalismo o Estado deve apresentar uma configuração mínima, seria possível deduzir que nele as ações de liberdade teriam maior peso que em outras práticas de governo. Mas, Foucault nos chama a atenção justamente para o contrário. O nome dado ao regime não significa que nele essa ou aquela liberdade relativa ao indivíduo seja respeitada.

⁸⁷ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 43-4.

⁸⁸ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 48 (na tradução brasileira: *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France - 1978-1979*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 63-4).

Ela nem mesmo é tratada num sentido jurídico. No entanto, sua importância será vital, pois será ela quem servirá de combustível para as ações do governo. O liberalismo só pode existir onde houver distintas práticas de liberdade, como a de mercado, do vendedor, do comprador, de propriedade, entre outras. Por isso, ele se propõe a produzi-la e a geri-la. Por tanto, essa arte de governar trabalha com a noção de que a liberdade não é algo dado a priori e que deve ser preservado. Mas a percebe como algo que se deve fabricar, levando em consideração um princípio de cálculo que ao mesmo tempo em que controla o seu custo também pode destruí-la.

Segundo Foucault, a relação entre liberdade e segurança é que está no cerne da economia de poder presente no liberalismo. O controle administrado pelos dispositivos de segurança funcionará como o princípio motor da liberdade. Essa relação consiste no aparecimento de mecanismos que tenham por função insuflar as liberdades para que os mecanismos de controle possam intervir nas ameaças contra elas. Tudo isso demandará a formação de um imenso conjunto de mecanismos de controle que será a contrapartida dessas liberdades. Essa aproximação contraditória entre liberdade e segurança será justificada a partir de uma cultura do perigo. Para manipular os interesses, o liberalismo também precisará manipular os perigos. Os perigos sociais serão postos constantemente em evidência. Por exemplo, com aumento da circulação do noticiário policial ou com as campanhas publicitárias relativas à doença e à higiene. Os indivíduos serão conduzidos perpetuamente a se perceber em situação de perigo. Essa constante exposição a riscos, mais do que justifica, torna necessária a atuação de mecanismos de controle social, faz deles um princípio motor da produção de liberdades. Essa contradição interna que é a necessidade em sempre produzir mais liberdades para poder intervir mais será, para Foucault, o motivo propulsor das crises do liberalismo no século XX.

Como percebemos, o liberalismo mantém uma relação de produção/destruição com a liberdade. A produção de liberdades demanda em contrapartida o estabelecimento de controle, de coerção e de ameaças. A liberdade de comércio, por exemplo, precisa ser praticada dentro de certos limites para que não haja a formação de monopólios que venham a anulá-la. Outro exemplo da necessidade de políticas de intervenção do governo para a produção de liberdades é aquela que trata sobre o tema relativo ao mercado de trabalho, ela demanda que haja oferta de mão-de-obra livre, abundante e qualificada, cabendo ao governo facilitar essa oferta.

Esse princípio de cálculo de custo que a fabricação de liberdade exige é o que Foucault chamará de segurança. A segurança se traduzirá pela preocupação que o liberalismo

deverá ter em determinar a medida dos interesses que estão em jogo nessa sociedade, em calcular até que ponto esses interesses não representarão um perigo social. Sua preocupação será a de proteger os interesses coletivos contra os interesses individuais e também o contrário, de proteger os interesses individuais contra qualquer tipo de abuso vindo dos interesses coletivos. Ela terá, portanto, que calcular a medida de liberdade dos processos econômicos para que não se tornem perigosos. Esse cálculo deverá ser feito tendo em conta os perigos que uns podem causar aos outros. Por exemplo, a liberdade da empresa não deve representar uma ameaça ao desenvolvimento do trabalhador e vice-versa. Mas isso gera um paradoxo, uma contradição interna ao próprio liberalismo. As estratégias de segurança são ao mesmo tempo o inverso e a condição do liberalismo. O inverso porque são altamente intervencionistas e condição porque é o que permitirá a fabricação das liberdades das quais ele depende.

III- O Neoliberalismo:

Se o liberalismo não representou uma ruptura com a razão de Estado, o mesmo pode ser dito sobre a passagem de uma arte de governar liberal para uma neoliberal. Essa nova arte de governar não representou uma ruptura com o liberalismo, mas também não significou sua evolução. O neoliberalismo se formulou a partir de uma autorreflexão da arte de governar na tentativa de superar uma crise interna ao liberalismo.

Como vimos, no liberalismo os problemas do custo e do risco eram duas preocupações constantes. Havia um custo e um risco a serem financiados para garantir as liberdades que caracterizavam essa arte de governar. Um princípio de cálculo maior daria a noção dos custos para a garantia dessas liberdades dos processos econômicos. Esse princípio seria dado pelo dispositivo da segurança. Essa liberdade era autolimitada, pois um dos termos do negócio não podia causar o fracasso do outro. A liberdade dos donos da produção não poderia pôr em risco a vida dos trabalhadores e a liberdade dos trabalhadores não poderia pôr em risco a produção. O crescimento da liberdade sempre viria acompanhado de um crescimento dos dispositivos de controle. A não superação desse paradoxo é que levará à crise do liberalismo clássico, de onde emergirão os modelos neoliberais.

Segundo Foucault, a questão central dos neoliberalismos será responder às crises internas ao liberalismo clássico. A ambiguidade intrínseca à arte liberal de governar se formulava na necessidade de crescimento concomitante de liberdade, de controle e de intervenção mínima. O movimento de reestruturação do liberalismo se apresentará em duas

formas principais, serão elas a formatação alemã e a formatação americana sobre as quais, de maneira bem geral, será possível estabelecer algumas pontes. Elas apresentam como ponto comum a oposição à doutrina do economista britânico John Maynard Keynes. Como medida de combate à crise capitalista da década de 1930, que gerava uma situação de subemprego na Europa, Keynes propunha à Inglaterra a adoção de medidas intervencionistas pelos poderes públicos, visando, principalmente, assegurar o pleno emprego através do favorecimento do consumo. Outro ponto de aproximação entre as duas formas de neoliberalismo foi o combate à economia planificada, ao intervencionismo estatal, principalmente nas ações de ordem global, que também eram defendidos por Keynes. Os debates político-econômicos que tiveram esses dois países como polos envolverão muitos teóricos em comum que eram citados como fonte de concordância ou discordância por ambos.

O modelo neoliberal alemão ou ordoliberal⁸⁹ se desenvolve em resposta às problemáticas apresentadas pela República de Weimar, pela crítica ao nazismo e pela reconstrução do Estado alemão no período pós-guerra. De uma forma geral, o liberalismo clássico teria surgido por volta do século XVIII para fazer com que um Estado legitimamente reconhecido e em funcionamento tivesse sua ação limitada, principalmente naquilo que diz respeito à liberdade econômica. Na Alemanha o problema se coloca de forma completamente diferente. O Estado alemão teria saído da segunda guerra mundial completamente esfacelado política e economicamente. A oposição mundial ao nazismo teria deixado a gestão política bastante fragilizada em relação à sua soberania. A reestruturação a partir de modelo de Estado intervencionista havia sido inviabilizada pelos tratados pós-guerra, pois esse modelo era visto com desconfiança por todos. Afinal de contas a política nazista, derrotada na guerra, teria sido fruto de um tipo de totalitarismo estatal. O que também afastava os investidores estrangeiros. Essa fragilização das ações de ordem política faria com que a economia tivesse, então, o papel de reconstruir o Estado.

Como podemos perceber, esse quadro é praticamente o inverso daquele em que figurava o liberalismo clássico. Nele o problema era o de como fazer o Estado viabilizar uma nova forma de economia. Já a sociedade alemã precisa a partir de um domínio não estatal, que seria a economia, reconstituir o Estado. O problema agora é o de como a partir de ações econômicas fazer o Estado voltar a existir, como a economia poderia ser ao mesmo tempo

⁸⁹ O termo ordoliberalismo teve origem na influência da revista *Ordo* de publicação regular na Alemanha e que divulgava ideias neoliberais.

garantia fundadora e fiadora desse Estado e de como conseguir articular a legitimidade do Estado se fundamentando na legitimidade de seus parceiros econômicos.

A Europa, que acabava de sair de uma grande guerra, se caracterizava pela preocupação com as questões sociais, especialmente com aquelas relativas à reintegração do trabalhador ao mercado consumidor. Esses países adotaram uma série de medidas políticas que visavam à oferta de alguma espécie de compensação aos processos econômicos, procurando minimizar os aspectos selvagens do capitalismo. Entre as mais comumente adotadas estavam as de planificação econômica, inspiradas principalmente em Keynes. As políticas de bem-estar-social foram exemplos disso e entre elas, a bismarckiana que exerceu por muito tempo uma forte influência sobre a Alemanha. Nesse país, como em toda a Europa, a influência keynesiana formava uma grande barreira à expansão do liberalismo como modelo de política econômica a ser seguido na reconstrução do pós-guerra.

Essas questões tematizarão as discussões na sociedade alemã a partir de então. Foucault nos chama a atenção, ainda que brevemente, para a influência do pensamento de Max Weber nas duas maiores academias do país, ou seja, tanto na Escola de Freiburg quanto na Escola de Frankfurt. O filósofo observa nessa influência um cruzamento e um antagonismo. A influência de Weber se daria porque, no início do século XX, ele teria conseguido deslocar o problema de Marx. Marx analisa a lógica contraditória do capital, Weber, por sua vez, analisa a racionalidade irracional da sociedade capitalista, saindo do campo da contradição. A Escola de Frankfurt quer responder qual será a nova racionalidade social possível, que anule essa irracionalidade econômica. Já a Escola de Freiburg quer reencontrar uma nova racionalidade econômica que anule a irracionalidade do capitalismo. Essa última exercerá uma forte influência nas discussões econômicas da Alemanha e posteriormente, nas da Escola de Chicago.

Os ordoliberalis fundamentavam a defesa da adoção de um modelo liberal atacando criticamente a políticas de fortalecimento do Estado. Eles atribuíam a responsabilidade pelo surgimento do nazismo ao intervencionismo e à adoção de uma economia planificada. Segundo eles, o ciclo que a intervenção estatal faria girar é que por fim levaria ao crescimento infinito do Estado ou ao nazismo. A retração da arte de governar liberal foi o que teria permitido o crescimento intervencionista do Estado, através do desenvolvimento de um tipo de racionalidade científica. Para eles, então, essa retração teria sido causada pela tecnicização da gestão estatal que se estenderia às análises e ao controle dos fenômenos econômicos,

intimidando as ações dos liberais. E concluem que, esse espaço cedido ao intervencionismo foi o que teria possibilitado o nazismo.

A política ordoliberal alemão se apoiará na denuncia à falência dos princípios de intervenção na política social. Ela defende que a reestruturação do Estado deve ocorrer através de mecanismos de livre concorrência. Por isso, essa política não pode se fundar na distribuição de riquezas e equalização das diferenças sociais. Ela, no máximo, estabelece limites para fazer com que essas diferenças funcionem. Em sua proposta, ela admite que se taxe uma parte do sobre-lucro para gerar um fundo de financiamento para um subconsumo. A ação de intervenção social aceita no ordoliberalismo tem, assim, um caráter limitado, que visa garantir um mínimo vital. Nessa política ordoliberal os riscos individuais e coletivos permanecem, o que se pretende com esse nível de proteção é que o indivíduo tenha ganhos mínimos para que continue vivo. Com isso, ela pretende a capitalização de todos os indivíduos, assegurando a todos o mínimo para a sobrevivência. O que quer dizer que ela representa uma individualização por meio de uma intervenção mínima que possibilite a todos que se afrente diante dos riscos econômicos. Portanto, para o ordoliberalismo só há uma política social real que é o crescimento econômico. Ela deve permitir aos indivíduos a propriedade privada e a sua capitalização. Essa prática governamental institui uma política social, embora não estabeleça uma redistribuição de renda e nem garanta aos indivíduos o acesso aos bens de consumo.

Segundo Foucault, o neoliberalismo que se desenvolve nos Estados Unidos terá características bem específicas, mas apesar disso, sua contextualização histórica seria comparável a do modelo alemão. Ambos compartilharam as mesmas influências teóricas e nos dois países o liberalismo teria servido como meio legitimador para o Estado.

Um dos elementos em comum é a crítica ao plano *New Deal*, política intervencionista adotada a partir de 1933, pelo governo Roosevelt, de cunho semelhante à defendida por Keynes na Europa. Plano adotado para sair da crise de 1929. Essa crítica tem como ponto de referência o texto de Henry C. Simons⁹⁰, que de acordo com Foucault seria o pai da Universidade de Chicago, cujo texto é o fundador do neoliberalismo americano.

⁹⁰ Encontramos a referência completa nas notas de número 3 e 4 da aula de 14 de março de 1979 do curso *Nascimento da Biopolítica*. Foucault se refere ao texto de Simons: *A Positive Program for Laissez-Faire: Some proposals for a liberal economic policy?* Reed. in *Economic Policy for a Free Society*, University of Chicago Press, 1934. FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 240 (na tradução brasileira: *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France - 1978-1979*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 322).

Outro elemento que servirá como ponto de crítica pelos economistas neoliberais é a manutenção dos pactos de guerra, como o plano Beveridge e outras medidas intervencionistas similares. Esses pactos ofereciam algumas condições especiais de segurança social e econômica àqueles que arriscassem suas vidas pelo seu país. Também a cerca desse tema Simons dirigirá alguns textos e artigos críticos, dos quais Foucault nos indica “*Program Beveridge an unsympathetic interpretation*”⁹¹.

Um terceiro elemento seria os programas sociais educacionais e de combate à pobreza e à segregação que foram desenvolvidos nos Estados Unidos através de ações intervencionistas, no período de governo do presidente Truman ao do presidente Johnson⁹² e que levaram ao crescimento da administração federal.

A partir desses três aspectos Foucault sinaliza uma semelhança entre o contexto imediato onde se propaga o neoliberalismo europeu e o norte-americano. Ambos se opõem às políticas keynesianas do pós-guerra e à planificação. Mas existem diferenças pontuais que merecem ser apontadas.

A primeira delas é que o liberalismo já teria exercido uma influência marcante no processo de independência dos Estados Unidos. Naquela época ele teria desempenhado um papel análogo ao que o neoliberalismo desempenhará na reconstrução alemã de 1948, como já observamos, servindo de subsídio para a formação do Estado.

A segunda, em consequência da primeira, é que o liberalismo, pelo papel que desempenhou na constituição do Estado, desde então, sempre esteve presente no centro dos debates e das opções políticas desse país americano. Tanto no que tange sua política interna quanto a sua relação com os demais países, no que diz respeito ao encaminhamento dado à escravidão como ao funcionamento de sua instituição judiciária, seja na relação do indivíduo com o seu Estado seja na relação de cada Estado com a Federação. Foucault observa: “que enquanto na Europa os elementos recorrentes do debate político no século XIX foram, ou a unidade da nação, ou sua independência, ou o Estado de direito, nos Estados Unidos foi o liberalismo”⁹³.

⁹¹ A referência completa encontra-se na nota de número 6 da aula de 14 de março de 1979 do curso *Nascimento da Biopolítica*, conforme transcrevo: H. C. Simons, “The Beveridge Program: an unsympathetic interpretation”, *Journal of Political Economy*, vol. 53 (3), setembro de 1945, pp. 212-33; reed. In *Economic Policy for a Free Society*, cap. 13. *Ibidem*, p. 322.

⁹² Período esse que vai de 1945 a 1969.

⁹³ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 223 (na tradução brasileira: *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France - 1978-1979*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 300).

A terceira característica foi que como consequência dessa influência liberal desde a formação do Estado, qualquer política não liberal, ou seja, intervencionista, passou a ser vista como uma ameaça, principalmente a partir de meados do século XX. A posição dos Estados Unidos como potência imperialista e militar acabava por reforçar esse neoliberalismo tanto no discurso da direita, que marcava a sua oposição a tudo que pudesse soar como socialista, quanto no da esquerda que recorria a ele em sua luta contra o aspecto imperialista e militar do Estado⁹⁴. Nas palavras de Foucault:

(...) por todas essas razões históricas totalmente banais que acabo de evocar, o liberalismo americano não é – como na França destes dias; como ainda era na Alemanha no imediato pós-guerra – simplesmente uma opção econômica e política formada e formulada pelos governantes ou no meio governamental. O liberalismo nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados. Digamos, se preferirem, que, enquanto num país como a França o contencioso dos indivíduos em relação ao Estado gira em torno do problema do serviço e do serviço público, o contencioso nos [Estados Unidos] entre os indivíduos e o governo adquire ao contrário o aspecto do problema das liberdades. É por isso que eu creio que o liberalismo americano, atualmente, não se apresenta apenas, não se apresenta tanto como uma alternativa política, mas digamos que é uma espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua, com ancoragem à direita e à esquerda. É também uma espécie de foco utópico sempre reativado. É também um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica. (...).⁹⁵

Essa ideia de um neoliberalismo vivo e utópico formulada no pensamento norte-americano e que, por isso, se distingue dos demais, chama a atenção de Foucault, especialmente por apresentar dois novos elementos que são a teoria do capital humano e o programa da análise da criminalidade e da delinquência.

A teoria do capital humano nasce da crítica que os economistas neoliberais lançam sobre os economistas clássicos acerca da análise dos processos de produção de bens. De certa maneira, era consenso que a produção dependia de três fatores, que seriam a terra, o capital e o trabalho. A questão para os neoliberais é que o terceiro fator, o trabalho, teria sido negligenciado por aqueles economistas, uma vez que o tema não teria sido alvo de análise. Com exceção daquelas realizadas por Adam Smith, que se ocupava da sua divisão e do seu disciplinamento e das realizadas por Ricardo, que tendiam para a sua neutralização ao restringi-lo exclusivamente ao fator tempo. Não houve, naquele momento, nenhuma análise

⁹⁴ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 221-4.

⁹⁵ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 224 (na tradução brasileira: *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France - 1978-1979*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 301).

que de alguma maneira o inserisse concretamente no campo econômico⁹⁶. Esses economistas então, se destinam a realizar essa análise crítica, cujo um dos desdobramentos seria a teoria do capital humano.

Essa teoria brota, portanto, num movimento de dupla direção acerca do trabalho, visto agora como um elemento concreto ilustrado pelos neoliberais. A primeira direção se daria com a incursão desse campo numa análise econômica, que até então era inexplorada. A segunda seria uma consequência da primeira, que possibilitou a reinterpretação do tema em termos estritamente econômicos, visto que ele era até então considerado como não econômico.

Essa mudança de ponto de vista do terceiro fator é possível a partir de um desvio no próprio significado da economia. Enquanto a economia era vista como um estudo dos mecanismos de produção, de troca e de consumo, tudo isso só poderia ser tomado num prisma relacional e o trabalho só teria espaço nessa análise enquanto uma engrenagem capaz de colocar tudo isso para funcionar. Porém, quando ela passa a ser compreendida como a análise de um comportamento humano que procura entender qual o cálculo que se faz quando os indivíduos escolhem dar determinada destinação aos recursos raros, ao invés de outras, ela passa a exercer o papel de racionalidade interna, de programação estratégica das atividades dos indivíduos⁹⁷.

Do ponto de vista neoliberal, reinsserir o trabalho na análise econômica não significará, portanto, saber em que lugar ele se situa dentro do processo de produção. Antes, o movimento de reinserção do trabalho tenderá em saber como quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe. Uma análise econômica sobre o trabalho se interessará em saber o que move o trabalhador, como ele calcula sua prática, qual sistema de opções ele dispõe e qual o tipo de racionalidade o guiará. Em outras palavras, fazer com que o trabalho mergulhe no campo econômico significa poder saber como ele se reproduz, ou ainda, como o trabalhador calcula

⁹⁶ Foucault observa que os neoliberais evitam qualquer debate com a Marx, sequer mencionam seus escritos acerca do tema. Para em seguida, o filósofo simular o que poderia ter sido esse debate sobre o tema trabalho. Nele os neoliberais acusariam Marx de ter abstraído o trabalho de seu campo concreto, da mesma forma como haviam feito os economistas clássicos. Marx demonstra como a lógica econômica do capitalismo transforma o trabalho concreto em algo abstrato, ao amputar sua realidade humana, retendo dele apenas a força e o tempo, ou seja, os efeitos do valor produzido. A discordância dos neoliberais a respeito da análise de Marx se dirige especialmente a um aspecto, ao da responsabilidade desse processo. Se para Marx ela é provocada pelo próprio capitalismo para os neoliberais essa responsabilidade não caberia ao capitalismo real, mas à teoria econômica, à maneira como o trabalho foi pensado pela economia clássica. Sendo necessário, portanto fazer uma crítica teórica sobre essa matéria.

⁹⁷ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 229-30.

sua atividade e sob quais interesses, para que a partir da compreensão desse conjunto seja possível intervir para a melhoria de sua produtividade.⁹⁸.

Essa análise econômica que se estende às relações do trabalho fará brotar um entendimento sobre o trabalhador na condição de capital humano cujo valor corresponderá à sua qualificação para o trabalho. Se o trabalhador exerce sua atividade para ter em troca um salário, então esse salário corresponderá à sua renda e essa renda sofrerá variação conforme a sua qualificação, quanto melhor for a sua formação melhor será a sua possibilidade de ganho, portanto, será a sua formação que lhe servirá de capital a ser investido no mercado de trabalho e que lhe proporcionará em troca uma determinada renda.

A partir dessa lógica, o trabalhador precisará investir na sua formação para sua melhor capitalização. Ele passa a ser visto como um capital cujo valor é a competência. A noção de *Homo oeconomicus* no pensamento neoliberal equivalerá ao termo capital competência, ou seja, o homem constituído como capital para si mesmo. Muitos investimentos de tempo, dinheiro, pesquisa serão realizados com o objetivo de aperfeiçoar esse capital, buscando formar pessoas emocionalmente equilibradas e até mais inteligentes, a ampliação do tempo das licenças maternidade pode ser um exemplo disso. Importa saber o quanto que uma determinada formação será suficiente para produzir alguém competente para o trabalho. Se no liberalismo clássico pedia para o governo respeitar o mercado, no neoliberalismo o mercado passa a ser um tribunal da política e da vida social. E, nesse modelo americano o critério econômico será aplicado em todos os âmbitos da vida. A chave econômica passará a ser a chave de interpretação da existência.

A intervenção governamental não é menos intensa nesse novo modelo de governo. No entanto, temos aqui uma mudança significativa na direção da arte de governar do liberalismo clássico para o neoliberalismo. A intervenção que o Estado deve executar nesse modelo não é mais aquela de limpar o caminho para que o mercado possa agir livremente. Agora, a preocupação do Estado deve ser em intervir na sociedade para que os mecanismos concorrenciais possam executar seu papel regulador. Trata-se de uma arte de governar que visa uma política social. Não uma política social nos moldes da distribuição das riquezas. Mas, uma política social que pretende a normalização e o disciplinamento da sociedade, visando nela facilitar a ação dos mecanismos de concorrência, pois eles e não mais os de troca é que formarão o princípio regulador da política econômica. O ponto de atuação governamental será, portanto, o ambiente social. Ou, nas palavras de Foucault:

⁹⁸ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 229-232.

A sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias quanto os mecanismos da concorrência. São esses mecanismos que devem ter o máximo de superfície e de espessura possível, que também devem ocupar o maior volume possível na sociedade. Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial. Não é uma sociedade de supermercado – uma sociedade empresarial. O *homo oeconomicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção⁹⁹.

Como já observamos, Foucault busca explorar a partir de um ponto de vista genealógico a racionalidade política liberal e as inovações conceituais que com ela emergem. O que torna necessário o deslocamento da análise do poder de categorias gerais como a da economia, a do Estado e a do modelo jurídico. Isso leva o filósofo a agregar outras instâncias à sua análise sobre o poder, que vão para além do Estado. Ao ampliar seu espaço analítico, ele também amplia a rede onde essas relações se dão. Em linhas gerais, Foucault pretende contextualizar a vida biológica e sua aplicação política dentro da análise biopolítica. Nessa sua perspectiva fica claro que o paradoxo que gerou a crise do liberalismo clássico não apenas não foi superado como foi agudizado pelo neoliberalismo. Os modelos neoliberais ainda trazem essa ideia de fundo da não intervenção do Estado sobre os processos econômicos, embora necessitem como nunca das ações intervencionistas, prova disso é a adoção do *homo oeconomicus* como idealização do indivíduo.

⁹⁹ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 152 (na tradução brasileira: *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France - 1978-1979*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 201).

CAPÍTULO III

A governamentalidade enquanto suporte das relações saber-poder e sujeição

Como já mencionamos anteriormente, quando falamos de ações políticas de atuação de governo num ponto de vista foucaultiano, não estamos querendo nos referir estritamente às ações de Estado. Nas análises de Foucault existe um distanciamento entre essas duas coisas que embora se relacionem não se confundem. A administração pública será cada vez mais importante nas atuações de governo, mas como um de seus instrumentos, não como aquilo que a moldará.

Para entender melhor essa relação, primeiro buscaremos mapear o que seria para Foucault a noção de Estado e como ela se constitui e se reformula ao longo da história da governamentalidade. Para em seguida tentar esclarecer qual será o papel desempenhado pelo Estado dentro da arte de governar e, ainda, como essas duas coisas se distinguem, embora não se separem.

O Estado visto como algo que sempre existiu e que conseqüentemente sempre existirá é uma ideia refutada por Foucault, assim como também a ideia de que ele pudesse ser algo que mantivesse exatamente a mesma forma em qualquer época e em qualquer parte do mundo. Segundo o filósofo, os Estados são historicamente formados, ou seja, eles se constituem no decorrer das histórias das nações e são resultados de uma série de configurações que sofrem variações no decorrer do tempo¹⁰⁰. Conforme Foucault nos afirma:

[...] Não se trata de deduzir todo esse conjunto de práticas do que seria a essência do Estado em si mesma e por si mesma. É preciso renunciar a tal análise, primeiro, simplesmente porque a história não é uma ciência dedutiva, segundo, por outra razão mais importante, sem dúvida, e mais grave: é que o Estado não tem essência. O Estado não é um universal, o Estado não é em si uma fonte autônoma de poder. O Estado nada mais é que o efeito, o perfil, o recorte móvel de uma perpétua estatização, ou de perpétuas estatizações, de transações incessantes que modificam, que deslocam, que subvertem, que fazem deslizar insidiosamente, pouco importa, as fontes de financiamento, as modalidades de investimento, os centros de decisão, as formas e os tipos de controle, as relações entre as autoridades locais, a autoridade central, etc. Em suma, o Estado não tem entranhas, como se sabe, não só pelo fato de não ter sentimentos, nem bons nem maus, mas não tem entranhas no sentido de

¹⁰⁰ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 125 (Vide nota de fim de página**).

que não tem interior. O Estado não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas¹⁰¹.

Será nesse sentido que começaremos a delimitar a presença de uma noção de “Estado” na filosofia de Foucault. É importante salientar que estamos longe de perseguir uma ideia que apareceria pronta nas obras do filósofo, mas sim de algo que ele deixaria muito bem subentendido em seus textos. Trataremos de abstrair as características que se mostram com maior frequência, regularidade e relevância acerca dessa noção.

Cabe lembrar ainda que o termo “Estado” normalmente representa algo muito abrangente, ele pode ser caracterizado de maneiras diferentes ao longo da história da humanidade. Portanto, não seria produtivo buscar por seu aparecimento, pois, esse momento se situa num tempo por demais recuado e que, portanto, não pode ser reconstituído. O que é possível e interessante saber é como ele irá adquirir as características que encontramos nas sociedades atuais. Por isso, trataremos aqui especificamente da emergência dos Estados modernos que se dará em algum momento dentro da sociedade civil e que compõe a área de interesse de Foucault.

Como é sabido, o filósofo compreende as relações de poder como algo que se pulveriza e se articula entre as pessoas, que se produz e reproduz nas micro-relações. Logo, seria incoerente estudar essas temáticas tendo por ponto de partida instituições como no caso o Estado, pois, as relações de poder as atravessam, mas não se esgotam nelas. E, justamente por isso, o filósofo precisará ter um cuidado especial com a escolha do seu método de pesquisa, pois, devido à especificidade de seus temas, ele não disporá de um objeto concreto como ponto de partida. Daí sua escolha pelo método genealógico que se focaliza no subsolo, nas rupturas e emergências das relações, para saber como elas se formaram, a partir de quais influências, onde elas mudaram de rumo e assim por diante.

O filósofo costuma apresentar como eixo temático de suas pesquisas as relações de saber, de poder e os processos de sujeição que as duas primeiras possibilitam. Como veremos, essa linha temática de Foucault pode ser seguida nas quatro obras que formam o conjunto de textos de análise dessa pesquisa. Veremos ainda que, como pano de fundo, nela se encontram as relações políticas e a figura do “Estado”.

Em *Vigiar e punir*, como já observamos, Foucault toma como problemática central o desenvolvimento de uma tecnologia política do corpo que possibilitou a sua sujeição.

¹⁰¹ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 79 (na tradução brasileira: *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France - 1978-1979*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 105-6).

Segundo ele, essa tecnologia pode ser percebida através do estudo histórico-genealógico sobre as alterações dos sistemas punitivos aplicados a partir do final da Idade Média até o século XIX, pois o uso do recurso da punição sempre requer um saber sobre o corpo, uma vez que é esse saber que possibilita o controle da aplicação da pena, tanto para medir a dor quanto para medir a capacidade de resistência a ela. No encarceramento, a motivação disciplinar trará a necessidade de um novo conhecimento sobre como o corpo responde à aplicação de diferentes métodos de sujeição. A pesquisa sobre como recondicionar indivíduos infratores formará uma gama de conhecimento sobre a sujeição do corpo que será aplicada a toda sociedade e atenderá à constituição de indivíduos dóceis para todos os fins sociais.

Já em *A vontade de saber*, Foucault situa o aparecimento do dispositivo da sexualidade nas sociedades modernas. Esse dispositivo se forma com a inserção do sexo em discursos variados, que serão capazes de modelar os indivíduos das diferentes classes sociais, para fins diversos, através do conhecimento e da incitação de seus desejos e de sua culpa. Por meio de incitação ao discurso, o sexo se tornou capaz de revelar a verdade sobre os indivíduos que até mesmos eles desconheciam. A sociedade burguesa descobriu que a manipulação do desejo através da proliferação de discursos sobre o sexo, que incluem o estímulo ao sentimento de culpa relativo a ele, seria um meio eficiente de produzir saberes, de manipular poderes e de assim, sujeitar pessoas.

Enquanto que, nos textos *Segurança, território, população* e *Nascimento da biopolítica* o eixo temático saber, poder e submissão são abordados como viabilizadores do desenvolvimento de uma governamentalidade cujo aparecimento é datado por Foucault entre final do século XV e início do século XVI. Essa governamentalidade consiste numa nova tecnologia de poder que pensa a si mesma e cujo objetivo de sua racionalidade é sua autopreservação. Seu principal meio operacional será o da inserção da liberdade em discursos através dos quais será possível manipular a população, que é o correlato de poder e objeto de saber dessa tecnologia de poder¹⁰².

Como podemos observar nas obras acima citadas, ao querer perceber como se formam as relações de poder, saber e os processos de sujeição, Foucault certamente resvala pela questão do Estado, mas, as especificidades da temática e do método que ele escolhe o impedem que esse tema seja abordado diretamente. Em nosso entender, não é pelo fato da questão não ser abordada diretamente que sua análise seja menos importante. O que, portanto,

¹⁰² FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 80-3.

justificaria nossa tentativa em mapear essa “noção” de Estado implícita nesse conjunto de textos.

I- Distinção entre Estado e governo

Para o filósofo as ideias de “Estado” que flutuam nos meios sociais seriam resultados de generalizações e universalizações cuja formação deveria ser investigada pelo método genealógico, sendo isso o que ele se propõe a fazer ao traçar uma genealogia da governamentalidade. Nesse tipo de análise, Foucault primeiro desloca o Estado do centro de sua pesquisa. Ele parte, então, em busca não apenas do que foi dito ou realizado em torno desse “Estado”, mas daquilo que entrou como elemento marginalizado. A operação através do método genealógico de pesquisa busca mais do que conhecer os efeitos das mudanças históricas, ela quer apreendê-las em sua formação ou suas manifestações, e pretende ainda dar evidência aos interstícios, às rupturas, às mudanças de caminho. É nesse percurso que Foucault faz que as ideias de “Estado” vão se formando¹⁰³. Em suas palavras:

[...] que eu me proponho analisar essa angústia do Estado, essa fobia do Estado, que me parece um dos traços característicos de certas temáticas correntes na nossa época. Ou antes, proponho-me retomá-la e testá-la, mas sem procurar arrancar do Estado o seu segredo do que ele é, como Marx tentava arrancar da mercadoria o seu segredo. Não se trata de arrancar do Estado o seu segredo, trata-se de passar para o lado de fora e interrogar o problema do Estado, de investigar o problema do Estado a partir das práticas de governamentalidade¹⁰⁴.

Como já dissemos, estamos tratando aqui da emergência dos Estados modernos que, segundo a interpretação de Foucault, não teriam surgido num tempo longínquo como o resultado de um contrato social. Para entender como o filósofo pensa esse processo de formação, a melhor maneira é seguir a leitura que ele faz sobre a formação da sociedade civil, por meio de uma interlocução com o texto *An Essay on the History of Civil Society*,¹⁰⁵ de Ferguson. Essa referência traz uma abordagem sobre a formação da sociedade civil e a analisa numa perspectiva diferente daquela comumente apresentada pela ideia de contrato social¹⁰⁶.

¹⁰³ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 79.

¹⁰⁴ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 79 (na tradução brasileira: *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France - 1978-1979*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 106).

¹⁰⁵ A referência completa aparece em *Naissance de la biopolitique*, p. 293, cito pela tradução brasileira, conforme segue: A. Ferguson, *An Essay on the History of Civil Society*, Edimburgo, A. Kincaud & J. Bell, 1767; 2ª ed. Corrigida, Londres, A. Millar & T. Cadell, 1768. A tradução francesa, *Essai sur l'histoire de la société civile*, devida a M. Bergier, foi publicada pela Librairie Mme Yves Desaint em 1783. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France - 1978-1979*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 394).

¹⁰⁶ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 301-2.

Sua argumentação se apoia em quatro pontos de sustentação. No primeiro, ele afirma que não seria útil pensar sobre as formas de convívio anteriores à formação da sociedade, pois elas estariam tão distantes no tempo que seria impossível saber o que teria acontecido. No entanto, independente da forma como os homens se organizavam, seria impossível pensá-los vivendo isoladamente e sem comunicação. Dito isso, conclui-se que o estado de natureza do homem é um estado social. Segundo Foucault:

Não se está mais perto da natureza com uma cabana do que com um palácio. É simplesmente uma outra distribuição, uma outra forma de imbricação do social e do natural, já que o social faz parte do natural e o natural é sempre veiculado pelo social. Logo, temos o princípio de que a sociedade civil é, assim, uma constante histórico-natural para a humanidade¹⁰⁷.

O segundo ponto é que a sociedade civil se formaria por meio de uma síntese espontânea dos indivíduos. Ela não teria se formado com a união voluntária por meio de um contrato, onde haveria concessão e renúncia de direitos naturais a outrem. Sua formação teria como amálgama uma mecânica similar ao do interesse, embora não tenha cunho econômico. Seria o que Foucault chamou de “interesse desinteressado”. A sociedade civil seria o resultado da ligação entre os indivíduos por meio de um jogo de interesses não egoístas onde se somariam o instinto, a simpatia, o sentimento, a compaixão, a repugnância a outro, a repugnância à infelicidade do outro, entre outras coisas. Ela se organiza em polos comunitários onde a felicidade de cada um depende da felicidade do grupo e o principal objetivo do grupo é que cada um consiga atingir a felicidade. Ela não é, portanto, o resultado de um sistema de concessão de direito. Foucault observa que, embora a sociedade civil se forme por meio de vínculos de interesses desinteressados o interesse econômico também a utilizará como veículo para o seu desenvolvimento. Ele observa ainda que, quanto mais os princípios da economia avançam na sociedade mais os vínculos desinteressados se desfazem e mais os homens tornam-se isolados pelo vínculo econômico.

O terceiro ponto afirma que a sociedade civil é uma matriz permanente de poder político e só pode existir se for composta por um sistema de subordinação. Sua mecânica de funcionamento faz com que os indivíduos se liguem uns aos outros para executar diferentes papéis sociais. Nela não há uma necessidade de pacto prévio para que alguns indivíduos aceitem ser liderados por outros. A diversidade de talentos fará com que cada um atue de maneira diferente para atender às demandas sociais. Uns vão dar ordens, enquanto outros irão

¹⁰⁷ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 303-4 (na tradução brasileira: *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France - 1978-1979*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 408).

acatá-las. Isso não impedirá que se constituam grupos seletos que se reunirão para as tomadas decisões que serão seguidas por todos. Essas relações resultarão em formação espontânea de poder compostas por sistemas de subordinação. As estruturas jurídicas que darão legitimidade a essa organização só se constituirão depois, com essas relações de poder já em funcionamento.

Finalmente o quarto ponto dessa caracterização é que a sociedade civil é o motor da história. Ela movimenta a história devido a uma contradição interna que se compõe por uma dupla vinculação espontânea. Se por um lado, ela se forma por vínculos de interesses desinteressados e que, portanto, são associativos, por outro ela acomoda vínculos de interesses econômicos, também chamados de vínculos egoístas, e que são dissociativos e causadores de desequilíbrios. Essa função motora pode ser observada na descrição que Foucault faz, ainda se apoiando no texto de Ferguson, sobre a passagem histórica da sociedade civil por três fases regulares, a fase da selvageria, a fase da barbárie e a fase da civilização. Ele descreve a fase da selvageria como aquela caracterizada pela caça, pesca e coleta, onde já é possível verificar alguma forma de subordinação a um governo. Depois, atribui ao egoísmo econômico a responsabilidade pela passagem para a fase da barbárie, que se caracterizará pelo início da sociedade privada e ainda não será garantida por leis. Para ele, a ambiguidade de interesses dentro de um jogo econômico que a sociedade civil possibilita é que será a propulsora de uma série de transformações históricas.

Como pudemos observar acima com a descrição das características de formação da sociedade civil, as relações políticas entre os homens não se desenvolveram por meio de um contrato ou pacto social. Segundo Foucault, desde os tempos primitivos o homem já se organizava socialmente, fosse por necessidade de comunicação, de divisão de tarefas ou por necessidade de sua própria sobrevivência. Por mais primárias que fossem essas organizações sociais, elas já traziam em si características políticas. As diferenças nos papéis sociais exercidos entre os indivíduos faziam parte dos pré-requisitos desse modelo de organização social, elas só se tornam um problema na medida em que os interesses egoístas passam a se sobrepor aos interesses desinteressados e se tornam meio de desequilíbrio social.

Esse desequilíbrio se agravou quando os interesses desinteressados que inicialmente possibilitaram a formação da sociedade civil, passaram para segundo plano e os objetivos de alcançar a felicidade de cada um através da felicidade de todos foram sendo substituídos por objetivos individualistas de prosperidade econômica. Em razão disso, a concentração da propriedade privada possibilitou a formação de grupos com maior prestígio social e que

passaram a ter privilégios políticos em decorrência de sua riqueza. Segundo essa linha de pensamento, o recurso jurídico não foi o que teria possibilitado a formação social, mas ao contrário, ele foi um meio inventado depois da sociedade civil já estar em andamento para justificar suas desigualdades¹⁰⁸.

A configuração do poder judiciário em sua forma atual está diretamente associada à formação de um grupo diferenciado socialmente que teria sob seu domínio o acúmulo de riquezas e poder sobre as armas durante a Alta Idade Média, que confiscou para si o poder de interferir em litígios particulares sob o pretexto de assegurar a circulação dos bens¹⁰⁹. Antes desse período não havia intervenção nas questões de divergência entre indivíduos, quando um se sentia lesado tinha o direito de resolver pessoalmente a questão, bastando respeitar um código de normas existente para isso.

O que mais se aproximava de uma prática jurídica era a atuação da Igreja católica com a formulação dos inquéritos que teriam funcionado durante os séculos X, XI e XII para investigações internas¹¹⁰. Com a apropriação do poder de decisão jurídica por alguns membros da sociedade as questões particulares passam a ter interesse público, sendo criada a figura do Procurador, que intermediaria a negociação legal no lugar do reclamante. Entre meados e final do século XII, essas práticas jurídicas foram confiscadas pelos Estados modernos, ainda em formação, com a finalidade de reforçar o poder dos soberanos. Visto que, gradualmente essa figura do reclamante será transferida para a figura do Estado, representado na pessoa do rei¹¹¹.

Esse Estado que começa se desenhar entre meados e final do século XII, embora ainda não tenha a caracterização política dos Estados modernos, pode ser entendido como um de seus primeiros esboços. No entanto, a fundamentação para sua existência ainda é o direito divino e seu principal código de leis ainda é aquele que rege a natureza. Como o observado no parágrafo acima, um sistema judiciário se encontra em formação durante esse período, mas atua principalmente em relação a litígios eclesiásticos ou particulares, as questões políticas ainda são respaldadas pela religião e não pelo direito.

Esse poder soberano, justificado no direito divino de governar, se formará já no final da Idade Média. Como já dissemos em outro momento, o modelo de poder pastoral, que se formulou no Ocidente desde o início do cristianismo, teria sido essencial para a formação dos

¹⁰⁸ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 302-11.

¹⁰⁹ FOUCAULT. *Verdade e as formas jurídicas*, p. 65.

¹¹⁰ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 206-7.

¹¹¹ FOUCAULT. *Verdade e as formas jurídicas*, p. 71, ver também: *Naissance de la biopolitique*, p.10-1.

Estados nacionais nos moldes da soberania. Com a institucionalização do cristianismo esse modelo herdado dos hebreus tornou-se uma poderosa fonte de manipulação popular. A ideia de uma justiça divina que arrebataria para o paraíso a todos aqueles que entregassem a condução de suas vidas á vontade de Deus acenou como um fio de esperança diante da opressão que o império romano exercia sobre os povos por ele dominados. Mas, para ter direito a essa justiça seria preciso crer no deus único e, portanto, recusar a reverência divina a Roma e ao imperador, o que foi percebido como uma afronta ao poder romano.

O cristianismo foi duramente reprimido pelo império romano pelos três primeiros séculos de nossa era. Porém, com a repressão ele se popularizou e o martírio de seus fiéis o fortaleceu ainda mais. No início do século IV sua força política foi reconhecida pelo imperador Constantino que o legalizou, liberando-o das perseguições políticas e religiosas, numa tentativa de contornar as crises do Império Romano. Ainda no final desse século, o imperador Teodósio o decretou como religião oficial do Império, numa nova tentativa de controle popular. Esse passo foi decisivo para a institucionalização da Igreja Católica.

Como já sabemos, durante a Idade Média, a Igreja passou a ocupar o papel centralizador não apenas no aspecto religioso como também no político do território anteriormente ocupado pelo Império Romano do Ocidente. Seu domínio se deu através da instalação de práticas de condução da vida das pessoas fundamentada na salvação de suas almas. Isso significa dizer que a institucionalização do cristianismo através da afirmação do poder da Igreja católica implicará na adoção e expansão do poder pastoral, cujo caráter principal é o da condução de consciência. Esse período é caracterizado pela ausência de um poder de Estado. O poder político se divide entre as ações centralizadoras que visavam aos interesses da Igreja e entre as ações descentralizadas pulverizadas nos feudos.

Segundo Foucault a formação desse poder pastoral implantando pela Igreja será fundamental para a constituição de uma política governamental. A formação dos Estados nacionais estará diretamente relacionada não apenas a aceitação de uma arte de governar como à reivindicação de ser governado de uma forma específica, é isso o que estaria no bojo da revoltas de conduta que se manifestaram contra a Igreja a partir do século XII, principalmente contra o sistema de indulgências¹¹². Essas revoltas de conduta não se rebelaram contra o fato de as pessoas serem conduzidas, mas contra o fato de serem conduzidas de uma forma e não de outra. Elas fizeram com que o poder pastoral explodisse da

¹¹² FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 197-207.

condução espiritual para a condução política possibilitando o aparecimento de uma arte de governar cujo correlato é a população.

O modelo de Estado que se configurava no período medieval era legitimado pela existência e vontade de Deus e, portanto, ele precisava obedecer às leis divinas que se manifestavam através da natureza. Foucault cita São Tomás de Aquino¹¹³ para delinear o poder desse soberano. Para o filósofo medieval o rei é aquele que governa o povo, não há nenhuma descontinuidade entre a função de reinar e governar. Governar os homens equivale a reproduzir o modelo do governo de Deus na terra e quanto mais o soberano se aproximar desse modelo mais perfeita será sua ação. A atuação do soberano é o que dará direção ao reino, sem ela seria impossível atingir a um bem comum, pois cada homem tende a seguir seu próprio bem. Seu governo é o que possibilita a continuidade entre o que é pertinente aos homens e a Deus. Essa continuidade é o elemento que justifica o governo dos homens pelo rei e isso é o que será quebrada no século XVI¹¹⁴.

Portanto, a vontade de Deus era o princípio fundamental da soberania. O modelo da razão de Estado pôde se consolidar num momento de ruptura entre a vontade política e a ordenação cosmológica. O início do Estado moderno em sua atual configuração se deu através do surgimento da razão de Estado e significou uma ruptura com o pensamento político medieval, pois a soberania política passa a se justificar na própria manutenção do Estado¹¹⁵.

Segundo Foucault, uma série de fatores teria influenciado para essa separação entre as leis que regem a natureza e as leis que governam os homens. Entre eles poderíamos citar as revoltas de conduta, os avanços da astronomia e física, o conhecimento das ciências sobre o que se chamou leis da natureza, o acúmulo de riquezas através da reativação das atividades do comércio no final da Idade Média, os interesses econômicos em favorecer a circulação de mercadorias que pedia melhorias de infraestrutura, como unificação de moeda, de legislação, construção de estradas e pontes de circulação pública, enfim, será a combinação desses entre outros acontecimentos que possibilitará a formação das monarquias nacionais cujos interesses administrativos se separam dos religiosos.

Foucault nos chama a atenção para o fato de que justamente nesse interstício, ou seja, no vazio que se forma devido à separação entre a esfera política (temporal) e a esfera religiosa (teológica), é que terá início a constituição de uma nova racionalidade que fundamentará a

¹¹³ Foucault toma como referência São Tomás de Aquino, a partir do texto *De regno*, em *Opera omnia*, t. 42. Cf: Foucault. *Sécurité, territoire, population*, aula de 08 de março de 1978, notas de 7, p. 255.

¹¹⁴ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 238-40.

¹¹⁵ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 356-7.

ação política. Ao retirar da ação política a fundamentação religiosa criou-se um vácuo que precisa ser preenchido e o caminho que se segue para isso é o da adoção de preceitos racionais para substituir aos religiosos. E, será dessa nova racionalidade que ebulirá a noção de Estado Moderno¹¹⁶.

A razão de Estado seria, portanto, uma racionalização da prática política que se situa em meio a um paradoxo representado pelo Estado existente (da soberania) e o Estado a se constituir (Estado Moderno). Em outras palavras, ela é a governamentalidade refletindo a si mesma para se reformular. Logo, sua racionalidade tem um fim em si mesmo, não há para ela um fim escatológico como o de conduzir os homens à salvação ou à felicidade plena, ao contrário, os homens devem ser conduzidos para o bem do Estado.

Com a ruptura entre as esferas teológica e temporal, o rei, representante absoluto da segunda esfera, precisará desenvolver um conjunto político que respalde seu poder. Como já expusemos mais detalhadamente no capítulo II, essa conjuntura política se desenvolverá internamente com a formação de dois conjuntos de dispositivos, um disciplinador, também chamado de dispositivo de polícia que deveria atuar sobre os súditos e um conjunto de medidas diplomático-militares que deveria atuar nas relações internacionais. Externamente, esse conjunto político se desenvolverá pela intermediação de um aparelho judiciário que ao mesmo tempo em que funcionará como seu limitador também será o que lhe dará legitimidade.

O direito já havia sido um recurso importante no período da soberania. O aparelho jurídico foi algo que se desenvolveu em conjunto com as monarquias nacionais, como algo intrínseco a elas, e, embora, como já dissemos, fosse o direito divino que proporcionasse a autoridade do rei era o conjunto de leis que lhe servia de instrumento para a efetivação das ações políticas. Visto que, a soberania trazia como finalidade em si mesma a obediência à lei e que a própria lei era o que possibilitava alcançar essa finalidade¹¹⁷. No entanto, com a razão de Estado os interesses de governo se põe acima da lei e o conjunto jurídico passa a se desenvolver a parte, como elemento externo ao governo, pois, o objetivo dessa ação governamental não é o de obediência à lei, mas ela tem fins múltiplos que culminam na busca pela forma de melhor conduzir os governados, independente da legalidade de suas ações.

¹¹⁶ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 244-5.

¹¹⁷ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 9-14.

Lembramos que o Estado passa a ter um fim em si mesmo, sendo esse fim o desenvolvimento do próprio Estado¹¹⁸.

Outra característica dessa mudança de mentalidade jurídica apresentada na passagem de um modelo político soberano para um modelo de Estado é aquela que versa sobre o direito político à vida. No capítulo *Direito de morte e poder sobre a vida* do livro *História da Sexualidade: A vontade de saber*, Foucault nos descreve que durante a soberania o rei tinha o direito de exigir ou de evitar a morte de cada um de seus súditos.

O rei poderia exigir a vida de seus súditos em duas circunstâncias: a primeira seria quando sua soberania se visse ameaçada. Nessa situação ele convocaria seus súditos para a guerra em defesa de seu território. Ao fazer esse recrutamento, o rei se apropria, ainda que implicitamente, das vidas de seus súditos para expô-las à morte em troca da manutenção de seu trono; a segunda circunstância seria quando ele descobrisse que tramavam contra a sua vida ou arranhavam sua autoridade através da infração de suas leis. Nesse caso, a exigência do direito de tomar essa vida seria apresentada na forma de castigo e o soberano poderia num ato de generosidade poupá-la e demonstrar sua clemência. Esse poder do rei era caracterizado principalmente pelo direito de confisco que ele exercia sobre tudo que pertencesse ao reino. De acordo com esse direito o rei poderia exigir a seus súditos que lhe entregue parte de suas produções, de seus bens, e de seus serviços. Ele podia exigir até mesmo o direito de confisco sobre a vida desses súditos e dispor delas de acordo com sua necessidade, mesmo que fosse para suprimi-las¹¹⁹.

Foucault nos alerta para uma mudança significativa que se instaurará nesses mecanismos de poder a partir da época clássica. O direito de morte que era exercido por meio do confisco e que era a principal forma de atuação de poder na época anterior foi deslocado de seu papel principal e passou a ser uma das estratégias complementares do exercício do poder. Ele passará a ser exercido como apoio a outras estratégias que priorizarão as ações de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de elevação, organização e submissão de forças que serão capitalizadas pela sociedade. Com a adoção dessas novas estratégias o direito de morte tenderá a se deslocar ou se apoiar em outras exigências se transformando num poder que gere vida. O direito de preservar a própria vida que antes era um privilégio do rei se transformará numa reivindicação ampla, num direito da população. No entanto, Foucault

¹¹⁸ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 102-3.

¹¹⁹ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p.178-9.

observa que nunca antes as guerras teriam matado tanto como naquelas que ocorreram a partir do século XIX, trata-se de um poder sobre a vida que promove a morte.

O antigo princípio utilizado pelo monarca de poder matar para fazer viver continuará sendo aplicado pelos Estados modernos em sua atuação sobre as populações – pode-se matar em massa para garantir a sobrevivência de outra massa (Estado). No entanto, haverá uma transformação fundamental na significação desse princípio, a vida, essa existência que deverá ser preservada já não será percebida dentro de uma ordem jurídica, mas numa ordem biológica, a da população.

Como dissemos, na soberania o princípio de deixar viver ou fazer morrer se justificava através do direito de confisco que o soberano exercia sobre seus súditos. Os interesses envolvidos nessa ação eram os do próprio monarca, fosse esse o de preservar seu reino, fosse o de fazer cumprir sua vontade através de suas leis, ou ainda o de preservar sua vida perante aqueles que desafiassem a sua autoridade. Em última instância, a vida que deveria ser preservada era a do rei, independente de quantas outras vidas isso custasse.

Já no modelo disciplinar o objetivo principal do governo será o de incitar a vida. As ações de poder do governo devem atravessar os corpos e torná-los cada vez mais fortes, saudáveis e produtivos. Ao mesmo tempo em que deve desenvolver nas pessoas sua submissão, sua disciplina, sua docilidade. Isso exigirá um rigoroso controle do corpo e da mente e conseqüentemente, uma transformação nas estratégias utilizadas pelos mecanismos de poder. Essa mudança de mentalidade na forma de atuação do poder exigirá também uma transformação na forma de atuação política dentro dessas sociedades. O exercício do poder que antes só atendia aos interesses do soberano agora deve ser percebido como aquele que atende aos interesses dos vivos e suas ações devem visar à melhoria de vida da população. Não se trata mais do direito à existência, mas da preservação e evolução da espécie¹²⁰. O que Foucault ilustra ao afirmar “que o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte”¹²¹.

Como já vimos em outro momento, esse poder de causar a vida ou devolver à morte será aplicado a partir de ações de governo efetivadas dentro do regime de razão de Estado. Essas ações serão promovidas, internamente, através de um dispositivo de polícia e externamente através de um dispositivo diplomático-militar. Ambos se utilizarão do estudo

¹²⁰ Foucault nunca perdeu de vista o fato de que até o termo população teria sido emprestado do vocabulário da biologia

¹²¹ FOUCAULT. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*, p. 181.

estatístico para a adoção de medidas intervencionistas e de controle sobre a população. Esse período inicial da governamentalidade também é referido por Foucault como o de formação dos Estados Administrativos. O disciplinamento social e o fortalecimento econômico do país serão os fatores que representarão a força política do Estado diante das outras nações. Por isso da adoção de políticas de controle socioeconômicas como as do mercantilismo. A centralização política que tivera início no modelo da soberania se intensifica e, a partir desse momento, o rei passa a comandar com braço de ferro.

Foucault nos demonstra que, no decorrer de dois séculos, uma transformação na forma de cálculo sobre as ações de governo as conduziria de uma razão de Estado mercantilista para um regime de governo liberal. Essa transformação se opera com o aparecimento de uma autorregulação crítica na racionalidade de governo. Em outras palavras, ela irá significar o desenvolvimento de uma crítica interna – que, portanto, não se dará no prisma do direito – cujo sentido busca saber como não governar demais.

Essa autorregulação não será definida pela cisão, ela não se formará a partir de polos compostos pelos que governam e pelos que são governados. É uma regulação geral, que será válida para todas as circunstâncias. Ela busca por mecanismos de não intervenção que se operam em função da própria prática de governo, dizendo ao Estado o que ele não deve fazer. Mesmo que se ultrapasse a certos limites em seu nome, nem por isso ela será considerada injusta, visto se tratar de uma regulação interna, que não mantém relação com o direito.

Entre a forma mercantilista e essa nova forma de governar há uma distância significativa, que operará a passagem de um Estado absolutista para um Estado mínimo. A emergência dessa nova arte de governar embasada na limitação interna se compôs com a introdução de um novo tipo de racionalidade cujo núcleo de formação foi a economia política.

A capacidade de produção de riquezas já estava ligada diretamente à formação das soberanias. Foi ela quem possibilitou o financiamento real dos exércitos nacionais, que tiveram uma importância fundamental para a centralização do poder e, portanto, da formação das nações. Já no período da razão de Estado, ela foi o motor da política de controle social. No entanto, ela trouxe consigo o aparecimento de uma nova classe social, a burguesia, que com o decorrer da consolidação política da soberania passou a ganhar consciência do peso político de seu poder econômico e logo passou a reivindicar maior participação nas decisões de governo.

Nessa primeira fase, da razão de Estado, as ações de governo percebiam a economia como um meio que deveria estar sob um absoluto controle interno para a maximização do Estado. No entanto, um novo entendimento que se desdobrará dentro dessa racionalidade política viabilizará a passagem para uma fase posterior que inverterá a ordem dessas coisas. Essa nova fase ficou conhecida como liberalismo e nela, o Estado passará a ser algo que deve ser contido e quem exercerá esse papel de contê-lo será a economia política. A economia política será, portanto, algo que brota de dentro da própria governamentalidade. A sua finalidade será a de regular, limitando internamente, as ações de governo, sem, no entanto, preocupar-se com a legitimidade das ações que impulsiona, pois sua base não é jurídica. Então, será o seu funcionamento que ditará o rumo a ser seguido pelo Estado¹²².

II- Delimitação do campo de atuação do Estado dentro da governamentalidade

Como pudemos perceber, o Estado muda de características conforme mudam os perfis de governo. Ele terá uma configuração num momento onde a política precisa estabelecer ações gerais para todo um território, como a unificação da moeda, a criação de leis nacionais, a construção de obras de infraestrutura que possibilite a circulação de pessoas e mercadorias, a disponibilidade de mão-de-obra disciplinada para a produção e da adoção de práticas internacionais protecionistas para a produção e comércio. Diante de um cenário como esse a sua importância será aumentada, pois, o Estado precisará ter características mais coesas, que demonstrem sua força e seu poder de centralização. Já num momento posterior, de pleno crescimento econômico e com as regras do jogo já instituídas, um Estado forte demais se transforma num entrave à expansão econômica, então as ações de livre comércio serão valorizadas em detrimento das ações de intervenção do Estado principalmente nesse setor.

Será com base nessas alterações de configuração provocadas pelas ações de governo que Foucault comentará a questão da supervalorização do Estado. Para ele, essa questão é comumente expressa sob duas formas. A primeira apresenta o Estado como um monstro frio que desde sua constituição não teria mais parado de crescer tornando-se uma ameaça para a sociedade. E, a segunda, aponta-o como uma instituição que teria a capacidade de centralizar certo número de funções indispensáveis ao funcionamento da sociedade e que, portanto, deveria ser o alvo de ataques na luta pelo controle das relações de produção, justamente por ocupar uma posição privilegiada. Para o filósofo seriam essas visões que se formulam sobre o

¹²² FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 16.

Estado que o tornaria assim tão fascinante, despertando sobre ele tanto os sentimentos de amor como os de horror¹²³.

Foucault se pergunta o que estaria por trás dessas ideias de supervalorização do Estado, e que o coloca em oposição à sociedade civil. Como essas ideias teriam se formado? O filósofo nos aponta como um dos caminhos para esses entendimentos a inserção do papel social do Estado em diferentes tipos de discursos. Sendo em boa medida disseminados nas análises acadêmicas realizadas principalmente por economistas de orientação liberal, como os fisiocratas do século XVIII e os ordoliberais da comissão científica da escola de Friburgo, reunida em meados do século XX na Alemanha por Erhard, chanceler alemão¹²⁴.

Nessas análises, o fortalecimento do Estado é apontado sempre como um grande perigo social que o governo deve administrar. Como se ele pudesse ganhar autonomia em relação às ações de governo – como se ele não fosse um fruto delas e um meio para que elas se efetivem – tornando-se uma grande ameaça contra a sociedade civil, podendo até aniquilá-la (o Estado visto como um monstro frio). Esses discursos, principalmente os dos ordoliberais, associam o aparecimento de políticas fascistas ao crescimento desenfreado do poder do Estado. Segundo eles, teriam sido as políticas públicas de fortalecimento do Estado que teriam tornado possível o desenvolvimento de políticas totalitaristas, como a soviética e a do nazismo¹²⁵. Assim sendo, esses caminhos deveriam ser evitados, a qualquer custo, para que histórias tão terríveis como essas não repetissem. É possível observar que, tanto no questionamento à razão de Estado como na passagem de uma ordem política de Estado do bem-estar social para uma ordem neoliberal, esses discursos são enfatizados como principal

¹²³ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p.112.

¹²⁴ Foucault alerta que essa fobia do Estado também teria sido alimentada pelos exilados políticos, tema que careceria de maior estudo, para ter maior noção de sua influência.

¹²⁵ Os ordoliberais se utilizam de algumas interpretações da política nazista para defender sua posição anti-estatal. Eles partem da recusa em ver o nazismo como uma solução extrema em busca de superar as crises do capitalismo. Eles denunciavam o nazismo como o produto natural da evolução de uma política estatal intervencionista, fosse a partir da forma de uma economia protegida, de um socialismo de Estado, de uma economia planificada ou por intervenções do tipo keynesianas. A adoção do Estado por qualquer uma dessas medidas culminaria fatalmente numa política totalitária como a soviética ou a nazista. Visto que consideravam o nazismo como fruto de um crescimento desmedido do poder de Estado, a linha de pensamento defendida por eles faz crer que o ciclo que a intervenção estatal faz girar leva obrigatoriamente ao superestado e conseqüentemente a modelos como o nazismo. Teria sido a retração da arte de governar liberal que teria permitido o crescimento intervencionista do Estado no início do século XX que se operou através de um tipo de tecnicização das ações de Estado, assim como das econômicas. Segundo Foucault esse tipo de análise que se sucedeu desde 1935 a 1945 teria reunido numa única linha discursiva toda uma desqualificação não apenas em relação ao que levou ao nazismo, como também ao que aconteceu na União Soviética e nos registros de seguridade social. E, ainda teria fomentado a ideia do Estado como um mal absoluto, embora necessário. Foi a partir desse tipo de discurso que os economistas ordoliberais defenderam a ideia da economia como limitadora do Estado. (Cf. FOUCAULT. *Nascimento da biopolítica*, p. 110-9).

argumento para justificar a defesa pela limitação das ações do Estado sobre as intervenções econômicas¹²⁶.

Um segundo tipo de discurso que inflaciona o Estado é a ideia que o valoriza como a instituição totalizadora das ações de governo. Segundo Foucault, esse discurso versa uma visão paradoxal, pois ao mesmo tempo em que ele aparentemente restringe o papel do Estado a um certo número de funções, ele torna esse papel fundamental, supervalorizando-o, como aquilo que deve ser alvo para ataques ou tomado enquanto unidade de poder. O filósofo se pergunta se é possível perceber esse Estado de outra maneira, se seria possível percebê-lo como um meio ou um recurso da governamentalidade, se seria possível analisá-lo através do método genealógico, que foge de numa análise de instituição¹²⁷. Essa observação nos parece de extrema importância, pois percebemos ser fundamental para a compreensão de Estado em Foucault entender antes a sua recusa pela análise institucional, pois, segundo ele:

[...] não creio que a noção de instituição seja muito satisfatória. Parece-me que ela encerra certo número de perigos porque, a partir do momento que se fala de instituições, fala-se, no fundo, ao mesmo tempo de indivíduos e de coletividade, o indivíduo, a coletividade e as regras que os regem já estão dados, e, por conseguinte, podem-se precipitar aí todos os discursos psicológicos ou sociológicos. [...] O importante, portanto, não são as regularidades institucionais, mas muito mais as disposições de poder, as redes, as correntes, as intermediações, os pontos de apoio, as diferenças de potencial que caracterizam uma forma de poder e que, creio, são constitutivos ao mesmo tempo de indivíduos e da coletividade¹²⁸.

Nem algo cujo crescimento seria incontrolável e por isso capaz de engolir a sociedade civil, nem um conjunto mínimo de concentração das funções mais importantes da sociedade, para Foucault “o Estado nada mais é que uma peripécia do governo”¹²⁹. Segundo ele, nessa nova arte de governar as relações econômicas sempre aparecerão atreladas às relações políticas. Por isso, não será o Estado que ditará uma coisa nem outra, pelo contrário, ele será apenas mais um dos instrumentos de governo cuja importância será dada pela governamentalidade. Seria essa governamentalidade que o investiu e que se utiliza dele como seu instrumento o que o permite sobreviver até os dias de hoje. Nas palavras de Foucault:

Afinal de contas, o Estado talvez não seja mais que uma realidade compósita e uma abstração mitificada cuja importância é bem mais reduzida do que se imagina. Talvez. O que há de importante para a nossa modernidade, isto é, para a nossa

¹²⁶ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 110-20 e 192-198.

¹²⁷ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p.112-24.

¹²⁸ Texto de Foucault citado pelos editores da versão francesa na nota 07 da aula de 08 de fevereiro de 1978 do curso *Sécurité, territoire, population*, p.135 – extraído da aula 07 de novembro de 1973 do curso sobre *Le pouvoir psychiatrique*, de 1973-1974. (na tradução brasileira: *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France -1977-1978*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 175-6).

¹²⁹ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p.253.

atualidade, não é portanto a estatização da sociedade, mas o que eu chamaria de “governamentalização” do Estado¹³⁰.

Quando Foucault nos chama a atenção para o fato de o Estado, talvez, desempenhar um papel menor dentro dessa governamentalidade não será no intuito de reduzir sua importância prática, mas de demonstrar como os Estados modernos são apenas uma parcela de alguma coisa que vem se constituindo a dezenas de séculos e cujo germe deve ser buscado na formação e aceitação a um poder do tipo pastoral, desde a constituição cultural dos povos hebreus. Por isso, o filósofo busca por meio da genealogia passar por “trás” dessas percepções, quais sejam, desses discursos que vêm o Estado como uma instituição totalizadora, cuja função seria a de administrar as demais instituições sociais e daqueles que o vêm como uma instituição totalizante cujo crescimento suprimiria a sociedade civil, para, então, ver o Estado em sua emergência, enquanto objeto político fundamental no interior da arte de governar¹³¹.

Essa análise nos possibilita perceber que Estado e governo não significam e nem representam a mesma coisa, embora se apoiem um no outro reciprocamente para existir. Ela também nos oferece uma grade para melhor compreender as dimensões e funcionamentos de cada um desses dois elementos.

Acreditamos que para melhor compreender essa relação seja importante ter em mente o processo de evolução da relação saber/poder descrita por Foucault desde seus primeiros estudos genealógicos. O filósofo nos aponta em *Vigiar e punir* como as relações de poder produzem novos saberes e essas relações de saber produzem novas relações de poder. Essas duas coisas andam juntas num dinamismo onde uma renova a outra. Em *A vontade de saber* essa mesma relação é descrita da mesma forma, em continuidade. No entanto, num dado momento da história da governamentalidade ela se transforma. Nos primeiros passos da governamentalidade (razão de Estado) os domínios do saber e do poder ainda convergiam para uma coisa só, um bom andamento do governo é aquele que aflui para o bom funcionamento do Estado. Nesse período, ainda não havia divergência entre o que era pensado para o Estado e o que por ele era executado. Foucault observa que a renovação da arte de governar, que culmina com o liberalismo, se viabiliza através de uma bifurcação na relação saber-poder representada pela divisão que se dá entre a economia e política ou, em outras palavras, entre a racionalidade e o poder.

¹³⁰ FOUCAULT. *Ibidem*, p.112 (na tradução brasileira: *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France -1977-1978*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 144-5).

¹³¹ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p.253.

Foucault não pretende datar o período de constituição das primeiras formas de Estado, pois os aparelhos administrativos que formam o conjunto de instituições que hoje reconhecemos talvez como as principais partes do Estado já existiam a um tempo muito anterior àquele que o filósofo descreve como governamentalidade. A formação de aparelhos como o jurídico, o de fisco e o militar são muito anteriores ao século XVI, mesmo que, anteriormente, tivessem uma organização um pouco diferente da que vemos surgir com a razão de Estado. Inclusive esses aparelhos tiveram grande importância na formação das primeiras monarquias nacionais (período da soberania). O filósofo nos aponta que, para sua análise o interessante é saber sobre o momento em que esse Estado passou a fazer parte de uma prática refletida dos homens¹³².

No período de formação das primeiras monarquias nacionais vemos que o desenvolvimento de um aparelho administrativo será uma das estratégias de poder que tem por finalidade reforçar a autoridade do rei. Lembrando sempre que essa autoridade ainda se justifica numa sabedoria divina. Com a retirada da *vontade divina* do centro de planejamento das ações políticas do Estado monárquico (processo já descrito anteriormente) o rei precisará se associar à constituição de novos saberes para justificar seu poder (razão de Estado). Assim temos as ações políticas investidas por novas formas de saber sobre como melhor governar o Estado (ainda monárquico, porém não mais por ordenação divina).

Durante essa primeira fase da governamentalidade, vemos como seu principal fio condutor o entrelaçamento das relações saber/poder. Elas se encontram unidas num mesmo elemento onde uma alimenta a outra. Nessa fase, Estado e governo ainda se misturam. O principal objetivo desse aparelho administrativo será governar a população para o enriquecimento do Estado e fará isso se utilizando principalmente de um dispositivo de polícia e do estudo estatístico.

Embora esse Estado também seja monárquico um dos elementos que o distingue daquele da soberania é que ao invés de súditos sobre o qual o soberano deva reinar, vemos esboçar uma população que o rei, através do crescimento do aparelho de Estado, deve governar. Se antes a principal riqueza do rei era territorial agora a principal riqueza de um Estado se representa pela capacidade econômica de sua população. A população é um sujeito coletivo ainda em constituição, por vezes ainda entendida como uma coleção de súditos. Por isso, ela entra como o elemento principal a ser conhecido, a ser mapeado estatisticamente e a

¹³² FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 252-3.

ser dirigido pelo Estado. Ela deveria ser mapeada em todas as suas nuances para que fosse mais bem vigiada e controlada pelo dispositivo disciplinar. Eis o princípio da biopolítica.

Se no início da razão de Estado rei, governo e Estado ainda se confundem, no decorrer desse processo as fronteiras entre uns e outros vão ganhando relevo. O poder político e o saber de governo vão paulatinamente se desprendendo da figura do rei. Vemos a transformação de dois veios que se bifurcam. Um com a separação entre Estado e governo e outro com a separação entre saber e poder. Não mais necessariamente quem detém uma coisa irá automaticamente deter a outra. O rei não mais se confundirá com o Estado. O Estado não mais concentrará todas as funções de governo. Saber e poder deixam de ser elementos que nutrem reciprocamente para serem elementos de contrapartida e de limitação um do outro. Toda essa movimentação interna culminará no liberalismo, onde aparentemente há uma oposição entre Estado e governo.

No entanto, vale a pena salientar que essa aparente separação entre governo e Estado embora sugira uma relação de oposição, de ruptura, na verdade trata de um desdobramento da racionalidade de governo para a passagem para uma nova fase. Nessa nova fase o Estado terá sua racionalidade interna amputada para atender a uma racionalidade que lhe é externa e que o fará sofrer uma mutação de elemento controlador e disciplinador das ações econômicas como meio de controle populacional para um elemento manipulador da população para melhor desenvolver as atividades econômicas. Como podemos perceber, o Estado exerce um papel fundamental no campo das práticas de poder e, portanto, de governo. Todavia, ele deixa de ser um elemento capaz de pensar a si mesmo e passa a ser o executor das ações pensadas para ele. Segundo Foucault:

(...) O Estado é uma prática. O Estado não pode ser dissociado do conjunto das práticas que fizeram efetivamente que ele se tornasse uma maneira de governar, uma maneira de agir, uma maneira também de se relacionar com o governo¹³³.

III- O governo como prolongador das relações de saber-poder e sujeição

No entanto, embora haja a partir do liberalismo um afastamento entre razão e prática, ou em outros termos, entre governo e Estado, ambos continuam a correr em paralelo, pois têm um elemento em comum sobre quem atuar. Esse elemento é formado pelas pessoas que devem ser governadas. Foucault destaca três termos que focalizam essas pessoas por

¹³³ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 282 (na tradução brasileira: *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France -1977-1978*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 369).

diferentes prismas. A saber, são o povo, a população e o público. O povo é descrito pelo filósofo em oposição à população. Ele é um agrupamento que está em eminência de entrar em sedição, ou seja, que não aceita muito bem ser governado, a ele deve ser imposta a obediência, ao passo que a população é o sujeito coletivo sobre quem recaem as ações de governo, através da manipulação de seus desejos. Foucault demonstra a partir do pensamento de Abeille a distinção entre povo e população. Em suas palavras:

[...] O povo é aquele que se comporta em relação a essa gestão da população, no próprio nível da população, como se não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo que é a população, como se se pusesse fora dela, e, por conseguinte, é ele que, como povo que se recusa a ser população, vai desajustar o sistema¹³⁴.

enquanto o público é formado pelas pessoas que precisam ter sua opinião formada, ou seja, é a população considerada a partir de suas opiniões, hábitos, comportamentos e temores. Ele é manipulado através da educação e de campanhas publicitárias. Enquanto a população é analisada a partir do registro de sua carga biológica o público é analisado a partir de sua carga cultural¹³⁵.

Assim sendo, o papel do governo será o de administrar esse conjunto de pessoas, em suas diferentes dimensões, que fazem parte de um Estado. Por isso, quem governa deverá ter, mais que a sabedoria, mais que o conhecimento sobre as leis, deverá ter acesso um conhecimento amplo sobre os governados, conhecimento esse obtido através de pesquisas e relatórios contínuos de base estatística e cujo acesso deve ser exclusivo a esse governo. Deve haver um cuidado com essas informações que mapeiam o Estado, para que seus inimigos não conheçam o segredo real de suas forças. Além do que, será por meio da exclusividade dessas informações que quem governa poderá manipular os governados¹³⁶.

Segundo Foucault, esse trato com as informações será essencial na relação entre quem governa e seu público. As verdades tratadas pelo Estado devem ser manipuladas de maneira que o governo possa intervir na consciência das pessoas. Elas devem ser capazes de não apenas lhe impor determinadas crenças que podem ser verdadeiras ou falsas, como também de manipular suas opiniões sobre a legitimidade de quem governa ou sobre a ilegitimidade de

¹³⁴ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 45 (na tradução brasileira: *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France -1977-1978*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 57).

¹³⁵ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 77.

¹³⁶ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 280.

seus rivais. As opiniões públicas devem ser formadas de modo a estar acessíveis à manipulação administrativa do Estado¹³⁷.

Na medida em que o Estado vai se desprendendo da pessoa do rei, a ideia de população vai ganhando força, pois, se a vontade de quem governa não é divina, então, ela deve ter uma fundamentação social. E se, essa fundamentação é social, logo, ela precisa parecer legítima para que seja aceita pela população. Esse processo de manutenção de governo vai requerendo certas manipulações da verdade que tenham por fim a formação de opiniões públicas que lhes sejam favoráveis. E essas opiniões, que vão se formando, devem ser manejáveis de acordo com as necessidades de governo.

A questão da soberania será o elemento que servirá de elo entre o Estado e governo. Ela que durante as primeiras monarquias estava associada à figura do rei, durante a razão de Estado ficará imbrincada entre o rei e o Estado (período absolutista, onde os reis, como Luís XIV, afirmavam “o Estado sou eu”). Já nos governos liberais a soberania se desprende da figura pessoal de quem governa e passa a ser requerida pelo Estado. No entanto, nessa nova arte de governar, o povo detém a soberania e sabe disso, por isso pode entrar em sedição em relação ao Estado. Assim sendo, a atuação do governo será no sentido de controlá-lo e acomodá-lo no *status* de população, usando para isso estratégias de manipulação de desejos e de opinião pública. Como se pode observar, o povo, a população e o público são no fundo nuances de uma mesma realidade, são formas distintas de manifestação de uma sociedade civil, que se constitui paralelamente a essa nova forma de governo, e que é a verdadeira detentora da soberania comumente atribuída ao Estado.

Como vimos, uma boa parte das ações de governo será no sentido de manipular a opinião pública de modo a fazer com que a sociedade legitime o Estado reconhecendo nele sua representatividade e, portanto, sua soberania. Em outras palavras, governo e Estado, juntos, conseguem emaranhar a sociedade civil num jogo bastante complexo de sujeição que se efetiva por meios diversos de controle e pela manipulação da opinião pública.

Esse jogo é complexo porque a população, embora não seja um elemento homogêneo, tem algumas especificidades que lhes são naturais e que precisam ser consideradas para que dela se tire o que se queira, como e quando se queira. Ela não é simplesmente a soma dos indivíduos que habitam um território, mas isso também não quer dizer que ela detenha uma vontade coletiva que lhe seja própria, ou ainda, que ela vá fazer, necessariamente, o que um governante espera que ela faça. De onde se conclui que, ela não é um dado primitivo, mas o

¹³⁷ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 281.

resultado da soma de uma série de processos. E, conclui-se ainda que, esses processos são o que devem ser geridos, para que ela possa ser direcionada de acordo com as necessidades de governo.

Retomemos, mais especificamente, a uma série de medidas adotadas pelo governo para gerir essa população. O que já foi descrito rapidamente como dispositivo de segurança. A atuação através do dispositivo de Segurança seguirá um direcionamento oposto àquele exigido pelo dispositivo disciplinar. Enquanto no dispositivo disciplinar é exigida uma aproximação, um esquadrinhamento e o isolamento do objeto, deslocando-o de sua realidade, para que haja um melhor controle disciplinar. No dispositivo de segurança, em primeiro lugar, haverá uma necessidade de distanciamento do objeto, para que seja possível mapeá-lo em funcionamento dentro do conjunto formando por sua realidade, reconhecendo-o em todas as suas probabilidades. Esse levantamento de informações será possível através do estudo estatístico e probabilístico, que será, portanto, um instrumento essencial para o funcionamento desse dispositivo. Esse estudo se apoia nas noções de caso, risco, perigo e crise que serão trabalhadas no fito de atingir uma média ótima de regulação.

A noção de caso trabalha no intuito de identificar como determinado problema atinge a população em seus aspectos individuais. Ou seja, ela trabalha com a probabilidade de ocorrência de um determinado problema em função da distinção de grupos individualizados de acordo com a idade, gênero, lugar onde reside, profissão e outras variáveis. Associada à noção de caso, temos a noção de risco que irá avaliar dentro de cada grupo de indivíduos qual o grau de comprometimento, ou seja, de incidência relativa ao problema tratado. Em seguida, com a percepção de que alguns grupos de indivíduos são mais vulneráveis que outros, devido às circunstâncias em que se encontram, temos a noção de perigo que revela justamente essa maior fragilidade de um determinado grupo diante de determinado problema. E, por fim, temos a noção de crise que é a realidade que deve ser gerida, através de intervenções artificiais, por estar mais suscetível ao perigo analisado.

Após um reconhecimento completo sobre o objeto é que se deverá avaliar se o que está em vias de acontecer é desejável ou não, e caso não seja, qual será, então, a melhor forma de intervir nessa realidade para atingir a um resultado próximo ao esperado. O dispositivo de segurança não trabalha com exatidão, como pretendiam os dispositivos jurídico e disciplinar, ele trabalha com um cálculo que leve em conta uma média considerada ótima que se pretende estabelecer.

E, como o objetivo final a ser atingido com os mecanismos de segurança não será mais o de controle social, mas o de gestão de condutas, as intervenções obtidas apenas através do

uso da lei ou da vigilância não darão mais conta disso, será preciso tornar disponível todo um domínio de intervenções, de estratégias de poder, a partir do qual o comportamento da população possa ser manipulado para esse fim.

A população se configurará como maior riqueza de quem governa. Ela aparece sob dois registros bastante diferentes. Por um lado, como sujeito coletivo consciente do que quer, e por outro, como objeto inconsciente do que a fazem fazer¹³⁸. Isso nos demonstra que nas ações de manejo do governo sobre a população deve haver um certo cuidado, um certo limite, pois, como nos diria o próprio Foucault, o poder não deve ser algo assim tão negativo, que só reprima, pois se fosse assim não seria obedecido. Dentro desse cerco de sujeição há também uma contrapartida, há algo que escapa a essa dominação. Essa ambiguidade é configurada pela relação entre população, governo e liberdade dentro o regime liberal. O liberalismo é ao mesmo tempo produtor e consumidor de liberdade. Produtor porque o que vincula as pessoas ao governo é sensação de segurança que ele lhes proporciona. É a ação do governo na administração e intervenção contra os perigos sociais que servirá de garantia às liberdades pessoais. No entanto, essa produção ou garantia de liberdades só é possível, ou só parece ser possível, mediante as ações intervencionistas do governo na gestão dos distintos interesses sociais. Será em nome dessa garantia de liberdades pessoais que o governo colocará os interesses econômicos acima dos individuais.

Então, se, por um lado, a intervenção do governo só pode se operar por meio das relações de interesse, por outro, será por meio da relação liberdade/perigo que o governo será validado para agir em nome supostamente dos interesses da população, inclusive na supressão das liberdades individuais para garantir as liberdades econômicas. As campanhas públicas, o manuseio dos dados estatísticos, os processos de verificação e proliferação de determinados discursos servirão de meios para a fabricação e validação desses interesses¹³⁹.

Essas relações, acima descritas, que envolvem as operações de governo sobre a população por meio de um dispositivo de segurança formam o principio daquilo que Foucault chamou de biopolítica. Visto que, a ideia de população é um conceito emprestado à biologia e revela a compreensão sobre as pessoas não como um conjunto de súditos, mas enquanto indivíduos de uma espécie, da espécie humana. O filósofo aponta o conjunto da arte de governar liberal como o momento a partir do qual as características biológicas do homem, como as taxas de natalidade, de mortalidade, de reprodução, saúde, higiene, raça, entre outras, foram inseridas nas estratégias de poder.

¹³⁸ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 108-9.

¹³⁹ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 65-8.

Na política neoliberal essas características biopolíticas de governo são aprofundadas. Nela, tem-se início a transposição do modelo de empresa para as relações interpessoais. Pelo termo empresa não se deve entender uma instituição ou um estabelecimento, empresa seria uma forma de se comportar frente às relações concorrenciais que envolvem a economia¹⁴⁰. Os neoliberais ressignificam o valor do trabalho, a partir de suas análises o trabalho passa a ser interpretado como mercadoria, logo deve participar dos mesmos jogos de concorrência do mercado. Nesse prisma, será do interesse do trabalhador torná-lo competitivo para que tenha maior valor de troca, ou seja, o salário será a sua capitalização¹⁴¹.

O que se forma nesse horizonte é a ideia, hoje já bem estabelecida, de capital humano. Ela versa sobre o argumento de que cada trabalhador deve ser empreendedor de si mesmo e que por estar num ambiente de livre concorrência, quanto melhor for sua formação para o trabalho melhor será sua capitalização social. Segundo Foucault, esse capital humano se valoriza na medida em que ele se constitui por alguns recursos raros. Esses recursos raros se reproduzem a partir da composição de elementos de duas naturezas distintas. São eles os elementos de natureza sociocultural que se adquire por meio educacional e os elementos de natureza hereditária que se adquire por meio de seleção do equipamento genético¹⁴².

Esses são dois meios pelos quais a vida entra na política. A vida em seu aspecto biológico, enquanto fruto de processos de reprodução que devem se aprimorar geneticamente, através de processos de seleção dos progenitores. E, a vida em seu aspecto sociocultural que exige por parte das famílias, das empresas e dos Estados o investimento em afeto, em licenças maternidade e projetos educacionais cuja finalidade seja a de melhorar a capacidade do capital-humano elevando sua competência-máquina para produção de mais renda. O trabalho competitivo que havia sido por muito tempo reconhecido como meio de alienação do homem passa a ser visto como o principal meio de seu reconhecimento social, de sua capitalização. No entanto, o que vemos em comum nos dois modelos é que em ambos as intervenções sociais não se direcionarão mais a sujeição interna dos indivíduos, como na disciplina, essas intervenções agora serão do tipo ambiental, serão através de interferências no meio social que se conseguirá os resultados comportamentais esperados.

Se, com o desenvolvimento das ideias liberais e o despontar da noção de população, vimos as características biológicas de cunho coletivo serem inseridas dentro de estratégias de poder, com o neoliberalismo vemos a própria vida em sua individualidade ser capturada e

¹⁴⁰ FOUCAULT. *Naissance de la biopolitique*, p. 153-4.

¹⁴¹ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 225-9.

¹⁴² FOUCAULT. *Ibidem*, p. 233-4.

submetida a esse tipo de estratégias, tendo, por fim, o trabalhador como um empreendedor de si mesmo. Novamente é possível notar o funcionamento do eixo temático que envolve as relações de poder e de saber viabilizando novos processos de sujeição.

Foucault em suas análises genealógicas realiza um verdadeiro inventário sobre essas relações de saber, de poder e de sujeição nas sociedades modernas ocidentais. Ao pesquisar a organização prática de algumas instituições que estiveram a serviço da sociedade, e por que não dizer do Estado, assim como a própria constituição da ideia de governo, ele nos mostra como essas relações vão sendo construídas passo a passo, em forma de rede, se apoiando e se justificando uma na outra. Nesse movimento, ao expor as relações, os conflitos e as rupturas que estiveram por debaixo desses processos, ele desnaturaliza suas origens, desmentindo-as como frutos de processos evolutivos naturais, como verdades absolutas, ele as denuncia como verdades construídas artificialmente e como produto de interesses muito específicos e particulares.

Essas análises nos possibilita perceber como se constituem as relações de poder nas sociedades ocidentais. Ou ainda, melhor dizendo, como se armam essas tessituras que viabilizam a organização de instituições políticas com funcionamento em cadeia e que são constituintes do Estado. No entanto, como bem sabemos, para Foucault não são essas instituições que detém o poder, em detrimento das pessoas por elas organizadas. Não é essa a sua concepção de poder. Como muitas vezes já afirmado, o poder não deve ser entendido como um objeto do qual alguém tenha posse (pessoas ou instituições, tanto faz) em detrimento de outros. E, para Foucault aí se encontra o grande mérito da arte de governar que se projeta desde final do século XV, mas cuja formação deve ser procurada desde as primeiras civilizações, onde teria se desenvolvido o tipo de organização social do pastorado.

A partir do momento em que esse tipo de submissão foi sorvido do pastorado para ser transformado em técnicas políticas de gerência, esse modelo de condução não cessou mais de crescer, de se renovar, de se reinventar, fazendo com que esse domínio de governo se prolongue, no tempo e no espaço, por toda a sociedade civil. Sendo ele capaz de manipular toda uma população para atender a interesses particulares da burguesia.

A instigação de desejos de consumo, de necessidades de segurança, de criação de discursos instituídos a partir de falsas verdades faz com que nós, indivíduos, nos sujeitemos a esse tipo de domínio e que ainda concorramos para seu aprimoramento, coloquemo-nos, em maioria, como defensores do sistema. E, para uma pequena parte que não cai nesse tipo de engodo, então há a constituição de outras verdades como aquela que centraliza o Estado como o responsável por esses processos de dominação, fazendo-os crer que a sua simples ocupação

resolveria o problema. Mas, Foucault nos mostra que o principal problema não está no Estado, está na aceitação a um governo, mostra ainda, que o Estado é apenas seu instrumento e que a simples mudança de quem o gere não é capaz de transformá-lo se a base de sujeição não for alterada.

O cunho crítico com o qual Foucault se dirige à constituição das formas práticas de instituição de poder é bastante evidente em todas as obras tratadas nessa pesquisa. Ele parte das manifestações mais marginais das relações sociais para descrever como as estratégias de poder vão ganhando naturalidade, como elas vão paulatinamente adquirindo o peso e o estatuto de verdade, levando a crer que na sua ausência a sociedade se tornaria inviável. O filósofo mostra como essas relações se constituem em um verdadeiro laboratório onde novas formas de saber podem ser testadas e aplicadas na elaboração de novas e, ao mesmo tempo, no recondicionamento de velhas práticas de poder. Os textos que compõe a área dessa pesquisa põem em evidência a sua oposição ao tipo de organização social que se forma a partir dessas práticas. Muito embora, não encontremos neles nenhum modelo de constituição social que fosse alternativo ao existente. Foucault não nos descreve nenhum tipo de sociedade onde essas relações não pudessem se reproduzir. Mas, isso também não quer dizer que ele não nos ponte algumas saídas.

Por um lado, Foucault não oferece um mapa descrevendo como atingir um tipo de sociedade como aquela que para ele seria ideal. Onde, enfim, a humanidade pudesse estar livre desses processos de sujeição tanto das instituições do Estado, quanto das relações de governo. Mesmo porque, essa maneira de pensar, onde modelos ideais pudessem ser transpostos para o real, não parece combinar muito com a linha de raciocínio seguida pelo filósofo. Seguindo sua argumentação, através de textos, conferências e entrevistas, nos parece que ele também não acredita que pudesse haver uma receita pronta. Segundo Foucault, o intelectual já não teria o papel de ser o mentor e o guia nos processos revolucionário. O papel do intelectual seria o de fornecer os instrumentos de análise. Em suas palavras:

[...] O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise, e é este hoje, essencialmente, o papel do historiador. Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes – segundo uma organização que já tem cento e cinquenta anos – onde eles se implantaram. Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha... Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma dizer: eis o que vocês devem fazer!¹⁴³

¹⁴³ FOUCAULT. *Microfísica do poder*, p.151.

Por outro lado, Foucault aponta alguns caminhos, valoriza determinadas atitudes que possam ser importantes na construção desse tipo de trilha. Na última aula do curso *Segurança, território, população*, em 05 de abril de 1978, o filósofo menciona algumas manifestações de contracondutas no sistema moderno de governo. Essas manifestações se expressam sobre três âmbitos e tem por fim contestar a ideia de que com a governamentalidade a história teria se atingido um tempo indefinido.

Contra uma previsão de história permanente três oposições escatológicas que previam a suspensão do tempo histórico e político. Isso seria atingido através da supressão das relações de Estado e de governo em função da emancipação da sociedade civil. A primeira contraconduta narrada por Foucault seria aquela onde a sociedade civil se emanciparia das injunções e da tutela do Estado. Com essa emancipação social se operaria a eliminação das relações de poder impetradas pelo Estado e pelo governo, o que significaria para sociedade civil senão o fim do tempo histórico ao menos o fim do tempo político. A segunda ideia de contraconduta é aquela onde a população rompe com todos os vínculos de obediência, assumindo para si, não apenas o direito jurídico, mas o direito absoluto à sedição e à revolta, rompendo por tanto com os laços de sujeição a um Estado ou a um governo. E, finalmente, a terceira manifestação escatológica que romperia com domínio que o Estado e seus representantes detêm de uma certa verdade sobre os homens, sobre a população, enfim sobre a própria sociedade. Esse saber sobre si ou sobre a nação em sua totalidade deve germinar a partir de cada um e de todos os indivíduos que formam a população e não vir como algo externo a ela¹⁴⁴.

Não podemos imaginar que seja por acaso que as contracondutas descritas por Foucault se voltem contra as relações de poder, de sujeição e de saber. No entanto, isso não significa que ele criasse alguma expectativa sob essas oposições escatológicas. Elas servem de porta para o filósofo apontar como os elementos tratados na oposição às formas de governo surgem no interior das próprias relações de governo. E é nessa mesma linha que ele pensa as operações de resistência ao poder. Elas se viabilizam a partir da constituição de um processo interno que é crítico. É a atitude crítica o que poderá levar a sociedade civil a sua liberação dos processos de sujeição, organizados pelo governo através das relações entre saber e poder.

¹⁴⁴ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 363-4.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve como objetivo último mapear aquilo que poderíamos chamar de uma noção de governo em Foucault, partindo das análises descritas pelo filósofo sobre as tecnologias e estratégias de poder, da relação imbrincada deste com o saber e, portanto, com as constituições de discursos de verdade e dos processos de sujeição que os dois primeiros elementos promovem e que ao mesmo tempo escondem. E, num segundo momento foi perseguido o mote de que se Foucault rejeita a forma como essas relações poder-saber-sujeição se estabelecem na sociedade, para então verificar a possibilidade, dentro do recorte de textos abordados nessa pesquisa, de uma proposta alternativa apresentada pelo filósofo que viabilizasse a formação de outras relações sociais onde esses processos não se repetissem.

Sobre este primeiro momento, concluímos que as perguntas “o que é o governo?”, “o que é o Estado?” ou “como eles funcionam?” não poderiam servir de ponto de partida para Foucault, visto que seu objetivo é o de compreender como as estratégias de poder se formam, se renovam e até como desaparecem para dar lugar a outras. Ele quer compreender quais necessidades levam ao aparecimento de uma série de instituições sociais indispensáveis para o funcionamento dessas estratégias, incluindo entre elas o Estado. Precisamente por isso, poderíamos afirmar que o Estado é, sem dúvida, um dos alvos de análise do filósofo.

No entanto, o que ele desenha não é uma análise do objeto-governo ou do objeto-Estado que concentrariam em si um conceito universal. A análise que Foucault nos proporciona se baseia num levantamento genealógico sobre como teriam se formado as relações de governo e a instituição-Estado, dentro de uma concepção moderna. Ela nos revela o quanto o Estado teria sofrido mutações, diversificando seu papel no decorrer da história da governamentalidade, se tornando um importante instrumento de execução das ações de governo. Assim sendo, o primeiro passo dado pelo filósofo foi o de encontrar um método de análise que não buscasse a essência de objetos pré-definidos, ao contrário que pudesse apreender o processo pelo qual esses objetos se tornaram viáveis e as variações que eles sofreram para continuar existindo.

Como já observamos, o método genealógico é fundamental para essa análise, visto que, ele atribui grande relevância aos momentos de passagem, de ruptura e reconstituição

social, pois, essa linha de pesquisa compreende que nas fendas, entre um momento e outro, se encontram escondidos alguns dos elementos que tornaram possíveis os processos de transformação social. Elementos esses que a história oficial muitas vezes negligencia como um meio de esconder os conflitos que possibilitam tais processos, descrevendo-os com parte de uma evolução social natural.

A partir desse inventário genealógico, o filósofo dará relevo à emergência do processo biopolítico. Ele fará isso reconstituindo, ainda que brevemente, as modalidades de poder utilizadas na Europa desde o final da Idade Média, passando pelo período renascentista até chegar a Idade Moderna, situando historicamente a proveniência do que ele chamará de dispositivo de segurança, instrumento fundamental para a governamentalidade.

A primeira modalidade de poder abordada por Foucault é a da soberania, que teria perdurado até o final da Idade Média. Essa modalidade se caracterizava por seu aspecto binário. Seus principais recursos eram o uso da lei e da sanção. Ela tinha como centro a vontade do soberano que reinava sobre seus súditos. Constituíam-se principalmente pelo mecanismo legal ou jurídico que sinaliza para a sociedade sobre o que era permitido e o que era proibido e associava ao descumprimento do estabelecido algum tipo de punição. Com a passagem para uma sociedade de modelo disciplinar os usos da lei e da sanção foram preservados, mas ganharam novos significados sociais ao serem combinados a novos recursos como o de controle e de vigilância. Esse tipo de mudança não acontece bruscamente. Nem, tão pouco, uma forma de organização de poder substitui a outra pela eliminação. Pelo contrário, o novo absorve paulatinamente o modelo anterior para reaplicá-lo dentro de novas perspectivas.

A segunda modalidade de poder é a do dispositivo disciplinar, vigente durante o Renascimento. Nessa modalidade a lei não será posta de lado, mas deverá ser enquadrada por dispositivos de vigilância, correção e controle. Ou seja, dentro do sistema binário lei/sanção aparece o culpado e, em função de sua situação de culpa (todos são culpados, mesmo que potencialmente), será criada uma série de aparatos de vigilância e direcionamento de consciência que visam à transformação dos indivíduos, de modo a extrair deles a maior quantidade de força e docilidade. Uma nova mentalidade permite nesse momento que apareça a noção de governo de Estado. Essa noção traz em seu bojo a ideia de formação de um Estado administrativo que exerça o controle da produção e do acúmulo de riquezas. Ela favorece também o surgimento da figura do político cuja importância será respaldada pela

intelectualidade da época para a gerência desse Estado. Esse conjunto de fatores será caracterizado por Foucault como a emergência de uma razão de Estado.

E a terceira modalidade de poder é o dispositivo de segurança. Ele servirá de base para uma governamentalidade cuja formação ocorre na Europa, na passagem do Renascimento para a Idade Moderna e de onde se irradiará para as demais sociedades ocidentais. Esse dispositivo significará uma mudança na mentalidade administrativa do Estado, que deixará de pretender o exercício de controle sobre os fenômenos naturais, sociais e econômicos para trabalhar com a sua regulação. Essa regulação será concretizada a partir do mapeamento e de intervenções pontuais sobre esses fenômenos, para que permaneçam numa média ótima em relação a suas oscilações naturais. Essa estratégia consistirá, em primeiro lugar, em inserir o fenômeno a um questionamento, ou seja, realizar um estudo sobre as suas probabilidades de configuração. Em segundo lugar, em inserir as reações do poder acerca desse fenômeno dentro de um cálculo de custo. E, em terceiro lugar, em romper com a divisão binária permitido/proibido para fixar uma média considerada ótima e em seguida estabelecer os limites do aceitável, para além dos quais as coisas não devem seguir.

Conforme nos descreve Foucault, a mudança de uma técnica para outra vai acontecendo a partir da combinação de vários elementos. Os mecanismos de direito, assim como os de controle continuam sendo utilizados nas relações de poder dentro daquilo que ele chamou de dispositivo de segurança, assim como alguns dos recursos desse dispositivo já eram utilizados em períodos anteriores. Os recursos usados por uma modalidade de poder ou por outra não são estanques, o que varia é a emergência de novas tecnologias que serão assimiladas e mudarão a forma de administrar as coisas – um exemplo disso é o recurso da punição que, embora, a cada período tenha um ou outro de seus aspectos enfatizados, sempre esteve e continua presente em cada uma dessas épocas, seja como suplício, como meio disciplinador ou para garantir o funcionamento dos mecanismos de segurança¹⁴⁵.

Segundo o filósofo, é importante ressaltar que cada um dos dispositivos de poder se constituiu concomitante à composição de novas formas de saber. As relações poder/saber são vitais para o desencadeamento das mudanças de passagem de um período para outro. Foram essas novas formas de saber que possibilitaram o emprego de novas estratégias de poder viabilizando a formação de um novo conjunto de características que viriam a se tornar predominantes, sem com isso, fazer com que as estratégias anteriores desaparecessem. Muito

¹⁴⁵ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 8-9.

pelo contrário, essas mudanças possibilitaram que as antigas estratégias de saber-poder fossem reinventadas e passassem a compor as novas modalidades poder.

Vemos no período clássico, ou mercantilista, que o processo de racionalização das ações de poder possibilitou a constituição de um novo conjunto de ações administrativas. Esse conjunto deu um novo sentido às noções de política, governo e de Estado nas sociedades europeias. Ele recebeu o nome de razão de Estado e foi o princípio de uma nova arte política que Foucault chamou de governamentalidade. Foram essas novas racionalizações a cerca dessa razão de Estado, principalmente de cunho econômico entre meados do século XVIII, que levaram ao redimensionamento dessas ações de governo dando lugar à política econômica liberal. O que, mais tarde, em processo análogo dará lugar ao neoliberalismo. Lembrando que o liberalismo econômico e o neoliberalismo foram temas de um longo trabalho de pesquisa realizado por Foucault¹⁴⁶. O filósofo justifica essa dedicação ao fato de que esse repertório teria servido como princípio para a formação dessa nova arte de governar. Ele ressalta essa importância ao observar que será a partir dessa conjuntura que se formará a biopolítica, cuja operação se realizará através do dispositivo de segurança.

Essa última modalidade de poder reorganiza as que lhe são anteriores, se apoiando nelas para se estabelecer. A biopolítica, portanto, se constituirá por um conjunto de estratégias onde se somam algumas das características já presentes na soberania, como o uso da lei e da sanção, a elementos de vigilância e controle, como os utilizados no regime disciplinar, combinados a novos dados obtidos pelo dispositivo de segurança a partir de estudos estatísticos e probabilísticos. Esses elementos serão somados, reorganizados e aplicados a partir de novas perspectivas, viabilizando a atuação governamental. Por conseguinte, esse conjunto estratégico de poder biopolítico organizado sob o foco do governo se tornará evidente através da reconstituição feita por Foucault sobre as noções de liberalismo e neoliberalismo. E como o filósofo mesmo frisa, o seu campo de ação não separa os aspectos políticos dos econômicos e dos sociais.

Pudemos observar, no decorrer dessa pesquisa, que ao dedicar sua filosofia em tentar ilustrar como se dão as relações de saber, poder e sujeição, o filósofo procura trazer novos questionamentos às ações sociais que reproduzem essas práticas, principalmente no que tange aos campos da política e da ciência. Ele se interessa em mapear uma política da verdade onde as relações de saber e poder se encontram duplamente entrelaçadas. Um dos meios de

¹⁴⁶ Esse tema sobre a constituição de uma arte de governar cuja trajetória teria início com a razão de Estado e que culminaria com o neoliberalismo foi amplamente explorado no capítulo anterior desse trabalho.

entrelaçamento dessa relação, como já foi observado logo acima, é a forma como saber e poder estão sempre interligados em sua formação e um serve sempre de meio para a renovação do outro. Ou seja, novas formas de saber possibilitam o aparecimento de novas estratégias de poder, assim como, novas estratégias de poder possibilitam novas formas de saber. O outro meio de entrelaçamento pode ser observado na maneira como nessa relação uma serve de reforço para outra. Em outras palavras, na forma como as relações de saber servem como meio de incitação de discursos com estatuto de verdade para justificar os efeitos de poder, assim como, as relações de poder se sustentam por trás desses discursos de verdade, um dando legitimidade ao outro.

Mediante tudo que já foi exposto sobre as análises das relações de saber-poder elaboradas por Foucault, pudemos constatar que para o filósofo essas relações não atendem a uma intencionalidade organizadora que lhe seja externa. O filósofo usa o termo de *acontecimentalização* para designar o que põe esse processo em movimento. Justamente nisso consiste o grande feito da racionalidade que o governo liberal põe para funcionar. Ela consegue perceber que gerir os acontecimentos é mais produtivo que tentar controlá-los. Por isso, será através do cálculo e do manejo, ambos sustentados nos estudos estatísticos, que a arte de governar liberal fará a administração do aleatório.

Ao fazer uma nova leitura sobre o funcionamento das relações de poder dentro das sociedades modernas, Foucault abre caminho para um novo entendimento sobre como funcionam as relações entre classes sociais. Apesar de centrar o peso de suas análises nas relações microfísicas de poder, ele admite a existência de diferentes classes sociais e até mesmo a ideia de sobreposição de uma sobre a outra. Como podemos observar em *A vontade de saber*, quando ele aponta elaboração de um dispositivo de sexualidade como meio de autoafirmação social da burguesia e depois o uso desse mesmo dispositivo como meio de controle sobre a classe trabalhadora. Mas refuta a ideia de que uma classe privilegiada (como sujeito de si) exerceria o domínio sobre os demais membros sociais (que seriam por tanto desprovidos de poder).

Para o filósofo, todo esse movimento de governo estará longe de pretender efetivar o controle minucioso da sociedade. Esse governo não tem a pretensão de executar um projeto social meticulosamente traçado por um grupo privilegiado. É justamente a ausência de um projeto pré-definido por pessoas pré-determinadas o que permite a essa arte de governo estar sempre se reinventando. A grande arte dessa forma de governo consiste em manter os

acontecimentos sociais dentro de uma média considerada ótima segundo sua relação custo-benefício, cujo fim é sempre a revitalização das relações de poder.

O filósofo também nos mostrou que não é o Estado quem organiza a todas essas relações e quem as coloca em funcionamento. Segundo ele, o Estado exerce um papel social bastante importante como meio articulador das ações de governo, mas não tem a capacidade de sintetizar as relações de poder em funcionamento. Portanto, não basta sua tomada para que sejam revolucionadas as formas de organização das relações de poder dentro da sociedade.

De onde concluímos que, para Foucault as tecnologias de poder não são imóveis, ao contrário, elas são o resultado do funcionamento de uma série de fatores e justamente por isso, podem ruir não apenas pela derrubada das estratégias de poder que a sustentava, como também, por mutações internas que fazem um conjunto estratégico desaparecer para dar lugar a uma nova configuração dessas estratégias de poder¹⁴⁷. A abertura para um grande campo de possíveis intervenções é o que permite direcionar as estratégias de poder para um lado (onde as relações saber-poder e sujeição sejam prolongadas) ou para outro (onde essas mesmas relações possam desaparecer). O que significa dizer que, justamente, por serem as relações sociais fruto de interações aleatórias, elas tanto são alvo de intervenções que visam perpetuá-las quanto daquelas que pretendem fazer com que elas se transformem ou desapareçam. Da interação desses campos de força que se formam as relações sociais. Conforme o filósofo nos acena, na conferência “*Qu’est-ce que la critique?*” proferida em 27 de maio de 1978 à Sociedade Francesa de Filosofia, em sua palavras:

(...) Mas, vejam vocês, não se trata de fazer funcionar o poder entendido como dominação, domínio, a título de dado fundamental, de princípio único, de explicação ou de lei incontornável; ao contrário, trata-se de considerar sempre como relação num campo de interação, trata-se de pensar numa relação indissociável com formas de saber, e trata-se de pensar sempre de tal maneira que se o veja associado a um domínio de possibilidade e por consequência de reversibilidade, de inversão possível¹⁴⁸.

Para Foucault, portanto, não bastaria tirar o controle do Estado das mãos de um grupo que governaria para um determinado fim e passá-lo a outro grupo cujas finalidades fossem diferentes. Não sem que antes fossem transformadas as próprias relações de governo. Ou seja, sem que antes se rompesse com as relações de condução/sujeição que as sociedades modernas instalaram em seu interior junto com as relações de governo. Para ele, mais importante que a

¹⁴⁷ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 124, vide nota de fim de página.

¹⁴⁸ FOUCAULT. *O que é a crítica?* p. 18.

tomada do Estado seria o fortalecimento das ações que impõem resistência às formas de conduta operadas pelas estratégias de governo.

Essas ações de resistência às práticas de governo, conforme nos aponta o filósofo, já teriam se manifestado concomitantemente à formação do próprio pastorado, ainda em seu período religioso. Ele as chamou de ações de contra-conduta. No curso *Segurança, território, população*, paralela a descrição da evolução do pastorado, Foucault também nos descreve as formas de resistência ao controle do pastor, afirmando haver uma correlação entre as ações de conduta e de contra-conduta. Essas manifestações significam uma posição negativa diante da obediência que o pastorado requer para conduzir o rebanho à salvação.

De acordo com esse ponto de vista, não é possível haver transformação social sem o fortalecimento das ações de contra-conduta, a partir das quais as relações de sujeição pudessem se emancipar e adquirir o estatuto de autonomia. O que nos remete ao segundo momento dessa pesquisa, que visa saber se Foucault nos apresentaria uma alternativa às formas de governo que se centram nas relações saber-poder-sujeição. De onde concluímos que, para o filósofo a saída desse campo de dominação não se desenharia na linha de um projeto social pré-estabelecido que devesse ser posto em prática. Essa saída precisaria ser construída, no interior desse processo de governo, com a afirmação do desejo de não ser de tal forma governado referendado por meio da atitude crítica. O filósofo vê, por conseguinte, na atitude crítica aquilo que possibilitaria traçar rotas alternativas e trilhar novos caminhos para quebrar os elos dessa cadeia estabelecida através das estratégias de saber-poder, cujos efeitos resultam nas relações de sujeição por ele descritas. Conforme podemos constatar em suas próprias palavras:

(...) E se a governamentalização é mesmo esse movimento pelo qual se tratasse na realidade mesma de uma prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que reclamam de uma verdade, pois bem, eu diria que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; pois bem, a crítica será a arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade.¹⁴⁹

Para Foucault, uma das leituras possíveis para a história dessa atitude crítica, e a que ele acompanha, sem, contudo, descartar a possibilidade de outras leituras a respeito, seria aquela que define seu aparecimento concomitantemente ao desenvolvimento da pastoral cristão e na inserção e aceitabilidade social de uma ideia de governo. Pois, uma das questões

¹⁴⁹ FOUCAULT. O que é a crítica? p. 05.

que intrigou o filósofo, e mobilizou uma boa parte de sua pesquisa foi o desejo em saber como o homem ocidental teria aceitado ser governado por um outro igual, ou seja, por outros homens. Daí a relevância em compreender a formação de um poder do tipo pastoral e da importância em saber o quanto esse poder influenciou na formação política das sociedades modernas.

A novidade que Foucault percebe na relação do pastorado e que, segundo ele, não teria processo similar em nenhuma outra parte do mundo é a relação de dependência integral da ovelha em relação àquele que a dirige. Sendo essa dependência edificada em três aspectos. O primeiro se caracterizaria pela relação de submissão global de um indivíduo a outro, no fim da qual o que se vislumbra é a salvação da alma do pastor e da ovelha. O segundo aspecto seria o de tê-la como uma relação que não se finaliza nunca. Não se trata de uma submissão temporária para atingir a um determinado fim, mas de uma obediência individual e exaustiva da vontade de Deus. E, o terceiro aspecto dessa subordinação é que ela está relacionada à questão da verdade, porém não de uma verdade reconhecida socialmente, mas de uma verdade individual, secreta, que pode ser extraída, ao mesmo tempo em que é imposta, por meio do exame e da confissão¹⁵⁰.

(...) e é este o paradoxo sobre o qual gostaria de insistir – o homem ocidental aprendeu durante milênios o que nenhum grego sem dúvida jamais teria aceitado admitir, aprendeu durante milênios a se considerar uma ovelha entre as ovelhas. Durante milênios, ele aprendeu a pedir sua salvação a um pastor que se sacrifica por ele¹⁵¹.

Nesse processo, a salvação, objetivo tanto de quem governa quanto de quem se deixa governar, é o fio condutor das relações pastorais e só pode ser obtida através de uma relação de obediência que é, ao mesmo tempo, global e individual. Segundo Foucault, essa salvação teria uma tripla relação com a verdade. A primeira relação seria aquela que entende a verdade enquanto dogma. A segunda seria a que compreende que a verdade implica um conhecimento particular e individualizante dos indivíduos. E, finalmente, a terceira relação entre salvação e verdade é aquela que comporta uma técnica reflexiva, onde são agregadas tanto as regras e preceitos gerais como os conhecimentos particulares, as confissões, os métodos de exame, entrevistas, entre outros. Essas três formas de intervenção formavam um aparelho de direção de consciência que foi amplamente utilizado, desde o período de hegemonia da Igreja romana, para governar aos homens.

¹⁵⁰ FOUCAULT. *Sécurité, territoire, population*, p. 177-88.

¹⁵¹ FOUCAULT. *Ibidem*, p. 134 (na tradução brasileira: *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France -1977-1978*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 174).

Essas relações de saber-poder-sujeição se baseiam na crença de que alguém deteria o conhecimento sobre uma verdade e que essa verdade poderia conduzir à salvação, desde que a pessoa conduzida fosse obediente ao seu pastor. Como já observamos de forma mais detalhada no corpo dessa pesquisa, esse poder pastoral teve uma origem religiosa cuja influência chegou ao ocidente por via dos povos mediterrâneos, principalmente os hebreus, através da ascensão do cristianismo. No entanto, gradualmente, após um longo período de institucionalização católica, os preceitos desse pastorado pode ser transferido para as relações político-sociais, dando origem às atuais relações de governo e, portanto, da biopolítica.

Portanto, para o filósofo, a atitude crítica se dirige à contestação dos discursos de verdade que justificam as ações de poder dentro das relações de governo. Seria uma forma de romper com o elo saber-poder. Sendo ela um desdobramento inerente ao processo de condução pastoral, ou seja, ela seria sua contrapartida. Ela se configura numa forma diferente de pensar, que ao mesmo tempo em que se encontraria atrelada a um governo, significaria a recusa a determinados procedimentos que ele põe em movimento.

A noção sobre como governar esteve, por muito tempo, ligada às práticas de grupos religiosos. Entre os séculos XV e XVI, ela teria sido alvo de profundos questionamentos, o que teria impulsionado sua multiplicação, fazendo-a explodir como modelo de governo para os mais variados domínios, como, a arte de governar as crianças, de governar os pobres e mendigos, de governar a família, uma casa, os exércitos, os diferentes grupos, as cidades, os Estados, a arte de governar o próprio corpo ou o próprio espírito, etc.

Na contra partida da formação da arte de governo se forma a questão de “como não ser governado” cujo sentido não estaria ligado à negação de toda e qualquer forma de governo, mas estaria atrelado à recusa de algumas formas específicas de ser governado. Podemos citar como exemplos dessa recusa o fato de não querer ser governado dessa forma, ou por tal pessoa, ou a partir de tais princípios, atendendo a tais objetivos ou a tais procedimentos, etc. Segundo Foucault, nasce com o governo a atitude crítica, como maneira de suspeitar dele, de recusá-lo e de limitá-lo. A atitude crítica seria ao mesmo tempo a expressão de uma cultura e de uma atitude moral e política que se configuraria numa nova maneira de pensar essas mesmas relações e que ao mesmo tempo em que se encontrariam atreladas a um governo significariam a recusa a determinados procedimentos que ele põe em movimento. O filósofo resume essa atitude crítica como a arte de não ser de tal forma governado¹⁵².

¹⁵² FOUCAULT, M. *O que é a crítica*, p. 4.

Segundo Foucault, a atitude crítica também teve três pontos históricos fundamentais para a sua ancoragem. O primeiro seria o desenvolvimento daquilo que ele chamou de crítica bíblica. O que teria sido o movimento religioso de buscar nas escrituras outras relações possíveis com Deus, evitando o que na época era imposto pelo magistério eclesiástico. Foi um movimento de busca ao acesso à verdade da Escritura através da própria Escritura, evitando as ações intermediárias, seguido pelo questionamento sobre a verdade do que estava escrito e chegando ao questionamento sobre a verdade da própria Escritura.

O segundo ponto de ancoragem seria a crítica jurídica. Essa crítica recairia sobre a recusa em ser governado a partir de determinadas leis, pois elas esconderiam em sua origem uma ilegitimidade essencial. Esse questionamento se dirige à obediência que se deveria a um governo cuja soberania se sustentaria em leis que seriam injustas. Ele nos remete às vastas discussões em torno do direito natural, que teria sua ênfase ampliada desde o Renascimento e que reflete sobre quais devem ser os limites jurídicos do direito de governar.

E, finalmente, o terceiro ponto de questionamento a um governo se sustenta na recusa em aceitar como verdade o que uma autoridade diz, simplesmente pelo fato de se tratar de uma autoridade. Em outras palavras, trata da recusa em reconhecer como verdadeiro um discurso apenas pelo fato de ele ser proferido por alguém reconhecido como autoridade, sem que esse discurso pareça válido a seus interlocutores. Essa crítica desqualifica o argumento de autoridade, cujo discurso só será validado se houver, para os interlocutores, boas razões para aceitá-lo.

Logo, segundo Foucault, os pontos históricos fundamentais onde a crítica pôde se fixar foram contra as verdades estabelecidas pela Bíblia, pelo direito e pela ciência. Esse jogo de governamentalização que, tanto num momento, impôs suas verdades, quanto em outro, ofereceu meios para o desenvolvimento da crítica fizeram surgir fenômenos como as ciências filológicas, o desenvolvimento da análise jurídica e da reflexão metodológica. Esses elementos que constituem a governamentalização se amarram entre si. Se por um lado eles se sustentam na relação poder, verdade e sujeito, por outro, a crítica vem de uma interrogação que recai sobre esses mesmos elementos. A atitude crítica é, portanto, característica do Ocidente, pois, ela é fruto do processo de governamentalização que essa região desenvolveu.

O filósofo, na conferência “*Qu’est-ce que la critique?*”, por ora citada, credita a Kant a herança autoral da ideia sobre a atitude crítica que ele quer invocar. No entanto, ele deixa

claro nessa conferência que não trata da teoria crítica desenvolvida na filosofia de Kant¹⁵³. Trata-se sobre o apelo por coragem que Kant dirigiu à humanidade no opúsculo “*O que é a Aufklärung?*” publicado em 1784. Foucault faz referência à observação do filósofo alemão sobre um estado de minoridade que a humanidade estaria submetida autoritariamente. Esse Estado de minoridade se caracterizaria pela incapacidade da humanidade em servir-se do seu próprio entendimento, sem que houvesse o direcionamento de outro. Incapacidade essa que se fundamentaria na correlação entre o exercício excessivo de uma autoridade externa e a falta de coragem de se livrar dela.

Segundo ele, a crítica empreendida por Kant na *Aufklärung* apresentaria três traços fundamentais. O primeiro se dirigia a uma ciência positivista, sendo aquela cujos resultados seriam inquestionáveis pela sociedade, quando no fundo, ela mesma se questionava sobre esses resultados. O segundo traço seria o do desenvolvimento de um Estado estático, que se atribuiria como prerrogativa ser fruto de uma profunda racionalidade histórica e que por isso, seria capaz de racionalizar a economia e a sociedade. E, o terceiro, que seria a costura entre esses dois primeiros aspectos: a ciência e o Estado, ambos positivistas. Sendo que a ciências desempenharia um papel cada vez mais determinante sobre o desenvolvimento das forças produtivas e o Estado seria cada vez mais dirigido por conjuntos técnicos refinados. A interrogação de Kant, com o texto sobre a *Aufklärung*, lança uma desconfiança sobre quais excessos de poder, de governamentalização, justificados numa necessidade de uso da razão não teriam como responsável o próprio desenvolvimento da razão. Foucault, fazendo uma interpretação do pensamento de Kant, diz:

A crítica dirá, em suma, que está menos no que nós empreendemos, com mais ou menos coragem, do que na ideia que nos fazemos do nosso conhecimento e dos seus limites, que aí vai a nossa liberdade, e que, por consequência, ao invés de deixar dizer por um outro “*obedeça*”, é nesse momento, quando se terá feito do seu próprio conhecimento uma ideia justa, que se poderá descobrir o princípio da autonomia e que não se terá mais que escutar o *obedeça*; ou antes que o *obedeça* estará fundado sobre a autonomia mesma¹⁵⁴.

¹⁵³ A crítica de Foucault, portanto, não se vincula ao processo analítico crítico desenvolvido na filosofia de Kant, mas nas ideias de minoridade e maioridade que aparecem no texto de Kant, publicado em 1784 sobre o que é a *Aufklärung*. Nosso filósofo faz um parêntese para observar que a coragem de saber que teria sido invocada por Kant nesse texto consistiria também em reconhecer os limites do conhecimento e, ainda, que essa autonomia invocada por Kant, para ele não se opõe à obediência ao soberano. No entanto, ela terá como principal objetivo o desassujeitamento em relação ao jogo do poder e da verdade, situação que ela mesma pode proporcionar. E, a história dos séculos XIX e XX viria a reafirmar essa possibilidade, essa necessidade crítica, clamada por Kant. Cf. FOUCAULT, M. *O que é a crítica*, p. 7.

¹⁵⁴ FOUCAULT, M. *Ibidem*, p. 6.

Portanto, a crítica empreendida por Foucault não se vincula ao processo analítico crítico desenvolvido na filosofia kantiana, mas nas ideias que aparecem no texto da *Aufklärung*. Ele identifica nesse texto uma denúncia empreendida por Kant aos processos de assujeitamento social. Esses processos puderam ser implantados devido à junção entre os domínios das ciências e os domínios políticos e se justificavam através de uma racionalidade que só esses campos pareciam capazes de deter.

Para Foucault, a atitude crítica parte do empreendimento em mapear esses processos que serviram de meio para tornar aceitável ou justificável essa operação das relações saber-poder dentro da sociedade. Deve-se ter em mente que não existe um direito originário ou nenhum outro a priori que fosse capaz de dar legitimidade aos mecanismos de poder e de verdade e que, portanto, justificassem essa aceitação. Dessa forma, o que o filósofo busca compreender é quais foram os artifícios que facilitaram a aceitação a um conhecimento que é arbitrário e a um poder que é violento. Esse foi um dos grandes legados de sua filosofia, a abertura de um prisma onde o jogo saber-poder pudesse ser detidamente analisado e que pusessem à mostra seus os pontos de sustentação.

Como pudemos observar ao longo dessa pesquisa, boa parte das reflexões trazidas por Foucault irá se centrar numa tentativa, empreendida através de um caminho genealógico, de reconstituir as técnicas de formação e de aceitação de uma governamentalidade, cuja invenção é uma característica presente nas sociedades modernas do ocidente. Nessas relações de governo as práticas de saber-poder e sujeição se fundem, tornando-se cada vez mais capazes da apropriação e da gestão da vida, em cada um de seus gestos, desde os mais íntimos desejos.

Como também já observamos, essa capacidade de introduzir a vida em diferentes estratégias de poder para que ela possa ser gerida é o que fundamenta aquilo que Foucault chamou de biopolítica, que representa uma gigantesca ampliação da capacidade e do alcance das ações de condução ou de governo. O filósofo nos aponta como meio possível para romper com essas relações biopolíticas a elucidação sobre como se instalam e se erigem esses processos. Para ele, a falta de clareza sobre as origens dessas relações de condução faz com que elas se perpetuem, pois criam em torno delas um clima de naturalização que as fazem parecer necessárias.

Assim, os conhecimentos sobre como os processos de condução funcionam ou sobre como eles puderam se instalar, mais ainda, sobre por quais meios eles são capazes de se renovar, serão vitais para que se rompa com essas relações biopolíticas, pois, são através deles que se desenvolve a atitude crítica, princípio da autonomia, e que nos capacitaria a romper

com os laços que nos prende às relações saber-poder e sujeição, habilitando-nos a dizer “não aceito ser governado”, “não desse jeito”, “não dessa maneira”, por fim, “não seguindo tais princípios”.

BIBLIOGRAFIA

Obras de Michel Foucault:

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité 1: La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.

_____. *Naissance de la biopolitique – cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

_____. *Sécurité, territoire, population – cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

_____. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes Editora.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Conferências de Michel Foucault na PUC-Rio de 21 a 25 de maio de 1973. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2009.

_____. *Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)*. Edição estabelecida no âmbito da Associação para o Centro Michel Foucault, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana por Mauro Bertani e Alessandro Fontana. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

_____. *Estratégia, poder-saber*. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Organização e seleção de textos por Manuel Barros da Mota. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (Coleção “Ditos e Escritos”).

_____. *História da loucura: na Idade clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. São Paulo: Editora Graal, 1999.
- _____. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. 24ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- _____. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Edição estabelecida por Michel Senellart; sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Trad. Eduardo Brandão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Organização e seleção de textos por Manuel Barros da Mota. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (Coleção “Ditos e Escritos”).
- _____. *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Edição estabelecida por Michel Senellart sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Trad. Eduardo Brandão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. Um diálogo sobre os prazeres do sexo. Nietzsche, Freud e Marx. *Theatrum philosophicum*. Trad. Jorge Lima Barreto e Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy Editora, 2000.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 25ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- _____. O que é a crítica? Título original: Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. Bulletin de la Société française de philosophie, Vol. 82, nº2 pp.35-63, avr/juin 1990. (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Trad. de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <<http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf>> (Acesso em 23 de agosto de 2012).

Sobre Michel Foucault:

- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de; VEIGA-NETO, A.; e SOUZA FILHO, A. de (Orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Estudos Foucaultianos).
- ARAÚJO, Inês L. *Foucault e a crítica do sujeito*. 2ª ed. Curitiba: Editora UFPR, 2008.
- ARTIÈRES, Phipippe (Org.). *Michel Foucault, la littérature et les arts*. Actes du colloque de Cerisy-Juin 2001. Paris: Éditions Kimé, 2004.
- CANDIOTTO, Cesar. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Coleção Estudos Foucaultianos).
- CARVALHO, Alexandre Filordi. *Foucault e a questão da crítica em torno da biopolítica*. In: Revista do Instituto Humanitas Unisinos. 203, ano VI, 06/11/2006. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=556&secao=203> (Acesso em 23 de agosto de 2012).
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CUSSET, FRANÇOIS. *Filosofia francesa: a influência de Foucault, Derrida, Deleuze & Cia*, tr. br de Fátima Murad, revisão de Maria Carolina dos Santos Rocha. 1ª ed. São Paulo: Artmed Editora, 2008.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DREYFUS, Herbert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória Filosófica: (Para além do estruturalismo e da hermenêutica)*, Trad. Vera Porto Carrero. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault y sus contemporáneos*. Trad. Viviana Arkeman. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1995.
- ESCOBAR, C. H. (org). *Michel Foucault (1926-1984) - O Dossier - últimas entrevistas*. Trad. Ana Maria de A. Lima e Maria da Glória R. da Silva. Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora, 1984.

- GROS, Frédéric (Org.). *Foucault: a coragem da verdade*. Trad. Marcos Maciolino. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- HAKOSALO, H. *Bio-power and pathology*. Oulu: University of Oulu, 1991.
- HEWITT, Martin. Bio-Politics and social policy, Foucault's account of welfare. In: *Theory, culture and society*, United Kingdom, Vol. 2, nº 1, p. 67-84, 1983.
- KELLY, Mark G. E. *The political philosophy of Michel Foucault*. 1st ed. New York: Routledge, 2009.
- MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- _____. *Foucault a ciência e o saber*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- MARTINS, A. L. e RAGO, M. (Orgs.). Dossiê Foucault. Revista Aula N. 3, dezembro 2006/março 2007. São Paulo: Unicamp.
- MORTON, S. *Foucault in age of Terror. Essays on biopolitics and the denfense of society*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.
- MUCHAIL, Salma T. *Foucault, simplesmente: textos reunidos*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MUÑOZ, Y.G.G. *Algumas relações entre diagnóstico e subjetividade nos percursos foucaultianos*. In: *Dossiê Foucault*. Org. A. L. Martins e M. Rago. Revista Aula N. 3, dezembro 2006/março 2007. São Paulo: Unicamp.
- _____. *Escolher a Montanha: Os Curiosos Percursos de Paul Veyne*, 2006, Humanitas.
- PASSOS, Izabel C. Friche (Org.). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008 (Coleção Estudos Foucaultianos).
- RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Figuras de Foucault*. 2^a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008 (Coleção Estudos Foucaultianos).
- _____. *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

- RAGO, Margareth, ORLANDI, Luiz B. L. e VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: Ressonâncias nietzschianas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- RIBEIRO, Carlos Eduardo. *Foucault: uma arqueologia política dos saberes*. Tese de doutorado na Universidade de São Paulo.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Filósofos na tormenta: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- TEMPO SOCIAL. *Foucault: um pensamento desconcertante*. Revista de Sociologia, V. 7, Nº 1/2, USP, São Paulo, outubro de 1995. ISSN: 0103 2070.
- SARGENTINI, Vanice e NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Editora Claraluz, 2004.
- SENELLART, Michel. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. In: Tempo Social. *Foucault: um pensamento desconcertante*. Revista de Sociologia, V. 7, Nº 1/2, USP, São Paulo, outubro de 1995. ISSN: 0103 2070.
- SILVEIRA, Rafael A.. *Michel Foucault: o poder e análise das organizações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- SIMONS, J. *Foucault & political*. London: Routledge, 1995.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.
- VEYNE, Paul. *Foucault, o pensamento, a pessoa*. Trad. Luís Lima. Lisboa: Edições Texto e Grafia, Ltda., 2009.
- ZARKA, Yves Charles (Diretor). *Michel Foucault: de la guerre des races au biopouvoir*. Cités – Philosophie, politique, histoire. Puf, 2000.

Outras Obras:

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

- CARVALHO, Marcelo. *O contexto do neoliberalismo. Relações mundializadas, neoliberalismo e sociedade humana*. São Bernardo do Campo: Ed. Universidade Metodista, 2008.
- ESPOSITO, Roberto. *Bios: biopolítica e filosofia*. Biblioteca de filosofia contemporânea. Lisboa: Edições 70, 2010.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. Trad. Berilo Vargas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 16ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte e a filosofia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2010.
- NASCIMENTO, Rodnei Antonio. *Força de trabalho e biopolítica*. In: Rodrigo Brandão (Org.) *Questão da filosofia contemporânea*. Curitiba, São Paulo: UFPR, Discurso Editorial, 2006, v., p. 311-320.
- NIETZSCHE, Friedrich. G. *Genealogia da moral*. Trad. Paulo César e Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- MARX, Karl. *O capital: da crítica da economia política: livro I, volume I*, Trad. Reginaldo Sant'Anna. 25ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.
- PELBERT, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- ROUANET, Sergio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SENELLART, Michel. *As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006 (Coleção Trans).
- SILVA JUNIOR, Ivo. *Em busca de um lugar ao sol. Nietzsche e a cultura alemã*. 1. ed. São Paulo: Ijuí: Discurso Editorial/Editora da Unijuí, GEN, 2007.